

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 286.2.53.O

DATA: 20/11/08

TURNO: Matutino

TIPO DA SESSÃO: Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h

TÉRMINO: 13h52min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 286ª Sessão, em 20 de novembro de 2008

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 9 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

- Arlindo Chinaglia
- Narcio Rodrigues
- Inocência Oliveira
- Osmar Serraglio
- Ciro Nogueira
- Waldemir Moka
- José Carlos Machado
- Manato
- Arnon Bezerra
- Alexandre Silveira
- Deley



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 74 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MANATO, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Finda a leitura do expediente,
passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lincoln Portela.



O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, comunico à Casa que apresentei um projeto de resolução com a assinatura de 80 Deputados Federais e 20 Senadores. Esse projeto tem por objetivo mudar algumas questões, em especial a das emendas individuais no Orçamento.

Estou propondo que nossas emendas individuais se destinem aos Estados de origem dos Parlamentares. Alguns Parlamentares enviam suas emendas para outros Estados, onde esses Parlamentares não têm reduto eleitoral, não têm votação, o que causa grande celeuma em seus Estados, quando os seus eleitores, principalmente das cidades mais necessitadas, questionam o envio dessas verbas.

Essa iniciativa também traria uma maior transparência ao trabalho do Deputado quando da apresentação das emendas individuais nesta Casa.

Era o que tinha a dizer. Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a ESPLAM, estruturada para orientar o Planejamento de Administrações Municipais, no Ceará, comemora hoje seu Jubileu de Prata, em meio a programação festiva a que estarão presentes autoridades, Prefeitos de numerosas comunas, Parlamentares e demais convidados, numa confraternização que objetiva realçar vitoriosa trajetória, cumprida durante mais de 2 décadas de proficiente atuação, dentro de padrões éticos inafastáveis.

Dirigida por Socorro Pitombeiras e Odival Limeira Lima, a organização há sabido direcionar gestores para que ajustem as suas metas às diretrizes dos Governos Federal e Estadual, numa linha de assessoramento que evita descumprimento de normas legais imperantes, em todos os níveis hierárquicos.

Acompanhando a execução orçamentária das Edilidades, a ESPLAM busca compatibilizar justas reivindicações com linhas de crédito da União e Unidades Federadas, ensejando a que as respectivas postulações não sofram retardamento em sua tramitação em Ministérios e Secretarias.

Durante fase de elaboração de Lei Orçamentária do Estado e do Governo Central, os Prefeitos buscam recolher subsídios adequados à orientação de setores competentes, numa sintonia que há sido expressada em êxitos consignados pelos Municípios, garantindo celeridade à obtenção de dotações indispensáveis à concretização de realizações previstas para cada exercício.

Tratando-se, pois, de instituição de idoneidade comprovada, entendi de registrar o magno evento, desta tribuna, na expectativa de que o aludido Escritório mantenha-se fiel à postura de reconhecida seriedade em que há pautado o seu esforço, durante todo esse lapso de tempo.

Cumprimento, de forma particular, os dirigentes e servidores da ESPLAM, testemunhando o esforço levado a efeito em prol do desenvolvimento de nosso Estado.



O SR. PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, por meio de uma medida provisória, estamos doando alimentos para países da América Central, como Nicarágua e Honduras. Trata-se de gesto humanitário muito bonito e louvável. Mas pergunto: será que esse dinheiro que estamos enviando à América Central não serviria para os nordestinos que estão com sede e fome? E quanto aos mendigos que estão nas grandes cidades? e quanto à crianças que estão mendigando nas ruas, junto aos sinais de trânsito, com fome?

Sr. Presidente, é preciso rever isso. Nós precisamos cuidar do povo brasileiro, dos companheiros da Região Nordeste, na qual há mais de 350 Municípios em estado de calamidade pública devido à falta de água e alimentos. Não podemos tapar nossos olhos a essas agruras pelas quais passa a nossa população. É bonito, louvável e bom ajudar outros países; isso repercute bem em termos de política internacional, mas é doído para o nosso povo que passa fome e não tem assistência.



A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro o Dia da Consciência Negra, neste 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, quando nos debruçamos sobre a inserção do negro na sociedade e o preconceito racial que sofre a população negra no Brasil.

Apesar das políticas afirmativas, muito precisa ser feito para a equidade entre as etnias que compõem o povo brasileiro. Os negros, por exemplo, são a maioria dos pobres numa população majoritariamente branca. Até as políticas afirmativas são alvo da negação hipócrita da escravidão e do preconceito aos negros.

Parabenizo a população negra, parda, e a nós todos, como povo brasileiro, pela tomada de consciência que nos mobiliza e nos torna melhores como Nação.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa. Muito obrigada.



O SR. ELIENE LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participei, no último final de semana, do 6º Festival do Caju, promovido pela Associação de Moradores do Rio da Casca, em Chapada dos Guimarães, a 100 quilômetros de Cuiabá.

Estiveram presentes o Vereador Vidal; o Vereador recentemente eleito, Cabo Adão; a Secretária de Educação, Mabel; a Secretária de Promoção Social, Neísa; e a comunidade do Rio da Casca.

As atividades contaram com apresentação de coral e de siriri, palestra sobre a cultura do caju e ainda de oficina de processamento da fruta na forma de compotas, geléias, frutas cristalizadas, licores, xaropes, salgados, biscoitos, pães, bolos e tortas.

Houve também plantio e distribuição de mudas da fruta, além da palestra *O caju como alimento e fonte de renda*.

Quem não se recorda de que há pouco mais de 1 ano, aqui em Brasília, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que pretendia associar sua imagem à popularização do caju? Ele queria ser garoto-propaganda do caju durante o lançamento do Projeto Caju. A ação faz parte do Programa Cozinha Brasil, que leva à população do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia (grandes produtores de caju) informações sobre as diversas formas de preparo e os benefícios da fruta na dieta alimentar.

O objetivo é fomentar o aproveitamento integral da fruta no preparo de refeições de baixo custo e alto valor nutritivo. Cerca de 2 milhões de toneladas de



polpa são desperdiçadas ou usadas na alimentação de animais, já que a indústria processa basicamente a castanha, destinada à exportação.

Na ocasião, Lula disse ainda que é necessário colocar essa fruta na mesa da população, para que vire um hábito de consumo. Pode-se começar comendo um hambúrguer de caju, pode-se começar com uma *pizza* de caju, pode-se começar com uma carne de caju.

Ao final, o Presidente da República destacou que esta é mais uma bandeira de seu Governo: fazer do caju uma preferência nacional.

Pelo menos em Mato Grosso, este é o nosso desejo, Sr. Presidente!



O SR. MANATO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para fazer um breve registro. Ontem à noite, houve uma reunião no bairro da Grande Jacaraí, no Município da Serra, com a presença do nosso querido Vice-Governador Ricardo Ferraço, do Deputado Estadual Vanildo Sarnágli, das lideranças comunitárias, de presidentes de bairros — 3 deles me ligaram: a Sra. Denise, a Sra. Eliamar, o Sr. André, pessoas importantes naquela comunidade.

Sr. Presidente, foi anunciado oficialmente pelo Vice-Governador a extinção de 52 mil multas geradas por divergências das placas de sinalização numa rodovia de menos de 15 quilômetros. Essas multas foram canceladas, e o Vice-Governador nos deu a notícia e normatizou o funcionamento daquela avenida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iran Barbosa.

O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de fazer um comunicado neste dia 20 de novembro, gostaria de saudar mais uma vez — e já tive oportunidade de ocupar a tribuna para fazer referência a este tema — as lutadoras e os lutadores em favor do povo negro, que neste Dia Nacional da Consciência Negra apresentam novamente no debate público a sua extensa pauta de reivindicações.

Invocando a memória de Zumbi dos Palmares, cuja história marca este dia, queremos homenagear todos aqueles que se somam à luta pela igualdade racial neste País.

Registro também, Sr. Presidente, que amanhã, junto com o Sindicato dos Engenheiros do meu Estado, promoveremos debate para tratar com mais profundidade da matriz energética do nosso País. O foco será a viabilidade ou a impossibilidade da utilização da energia nuclear.



O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A data lembra o assassinato de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. É uma forma de nós brasileiros reverenciarmos a vida e a luta de Zumbi, um dos nossos heróis e um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

Quero aproveitar a data para falar sobre a beleza, a resistência e o orgulho do povo negro. Mas sei que só isso não basta. Assim, vou aproveitar este pronunciamento para reforçar a importância da luta contra as manifestações de preconceito e racismo ainda existentes em nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, um país continental e de riqueza cultural inigualável, o racismo se apresenta de forma sorrateira e profundamente cruel. Todos os dias, a nossa população negra é vítima da profunda desigualdade racial gerada em mais de 3 séculos.

Se recorrermos à história, perceberemos que, mesmo após a Abolição, foi um certificado de cidadania, porém sem nenhuma garantia da mesma. Os negros foram libertados no dia 13 de maio, porém, no dia 14 foi negado a eles o acesso ao sistema educacional, a terra, à saúde, à moradia e ao mercado de trabalho.

Por isso, caros Deputados e Deputadas, não devemos nos surpreender quando temos acesso aos índices de desigualdade em nosso País. Quando damos um recorte racial nesses índices, percebemos que há concentração de negros e pardos no número de desempregados, de trabalhadores com baixos salários, de moradores de rua, de crianças e idosos abandonados, entre tantos outros que demonstram a face cruel do racismo.



Por isso costumamos dizer que pobreza e miséria no Brasil têm cor. Sabemos que o preconceito é uma revelação histórica da desigualdade sofrida entre os povos negros brasileiros desde a história colonial até os dias atuais.

Tanto o preconceito quanto o racismo devem ser combatidos por meio de ações do Poder Público, a exemplo da adoção de cotas de ingresso em universidades, do reconhecimento do direito de propriedade dos quilombolas sobre as terras por eles ocupadas, da inclusão de temas específicos de interesse dos afro-brasileiros nos currículos escolares, do aporte de recursos para constituição do Fundo para a Igualdade Racial, entre outras.

Contudo, é preciso avançar mais nessa questão.

A cidade de Salvador, por exemplo, vive um ambiente de contradições. Composta em sua maioria por pessoas negras, revela-se como uma das mais racistas do Brasil, conforme apontam os índices raciais do PNUD e do DFID.

Os jornais da Capital baiana exibem diariamente as suas páginas policiais, manchadas pelo sangue de jovens negros e de pessoas assassinadas na periferia.

Salvador tem os maiores índices de negros e negras desempregados. O que levou a Prefeitura Municipal de Salvador a criar, entre suas políticas afirmativas, uma certificação às empresas e aos órgãos públicos que praticarem a diversidade.

Essa ação paliativa não busca tratar efetivamente programas de geração de emprego, tratamento digno aos vendedores e ambulantes da cidade, revitalização da Feira de São Joaquim, que é fonte de renda para mais de 7.500 pais e mães de família, não atende ao objetivo da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, conforme determinou a Conferência da ONU, em 2001, na cidade de Durban, África do Sul.



O Prefeito prefere praticar o chamado racismo institucional ao tratar de forma desigual os soteropolitanos que moram nos bairros nobres, com os que se distanciam do centro, na sua maioria compostos por negros.

Esse mesmo Poder Público comete ainda o crime de intolerância religiosa ao autorizar a derrubada do Terreiro Oyá Onipó Neto, em virtude da expansão imobiliária aprovada pelo polêmico Plano Diretor Urbano.

Tal discriminação afronta o preceito constitucional da inviolabilidade da “liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Além disso, constitui flagrante demonstração de preconceito contra manifestação cultural e traço de identidade de significativo contingente de brasileiros. Por isso, deve ser combatida.

Foi em virtude desses episódios, que tive o prazer em apresentar a esta Casa o projeto de lei, já transformado na Lei 11.635, de 2007, que instituiu o dia 21 de janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, visando coibir a discriminação contra as religiões de matriz africana.

Como morador de Salvador, percebo a magia que cobre a nossa cidade, conhecida como Roma Negra, que possui mais terreiros de candomblé do que igrejas, negando inclusive o mito folclórico de que Salvador teria 365 igrejas, uma para cada dia do ano.

Conforme os dados da pesquisa de Mapeamento de Terreiros, desenvolvida pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), Salvador possui atualmente 1.296 terreiros. Desse total, 1.163 estão em funcionamento, confirmando a tese de que *“nesta cidade, todo mundo é d’Oxum”*.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voltando ao plano das iniciativas legais referente ao meu compromisso com um Brasil mais igualitário, tenho-me empenhado no sentido de apelar aos nobres colegas para agilizarem a apreciação do Estatuto da Igualdade Racial, que tramita nesta Casa há mais de uma década.

Sabemos que, apesar da morosidade, a discussão vem sendo aprofundada. Já foi criada uma Comissão Especial para o exame da matéria. Espero que, em breve, o tema possa ser levado à deliberação do Plenário.

Assim, novas perspectivas se abrem nesse processo de reparação de injustiças históricas e, conseqüentemente, de redução do preconceito e da desigualdade social. Isso vem ocorrendo não só no Brasil, mas começa a mobilizar a opinião pública mundial, conforme foi possível observar na recente campanha presidencial nos Estados Unidos.

A respeito da eleição de Barack Obama, sabemos que ela representa um grande avanço que certamente terá repercussão positiva em nosso País.

Por Obama ser é o primeiro presidente negro da história norte-americana, ele produzirá transformações sociais muito além da fronteira, isso já pode ser perceptível.

Toda criança negra de qualquer país, toda criança de qualquer grupo discriminado crescerá recebendo a mensagem de que barreiras podem ser superadas. Mesmo as que pareciam intransponíveis.

Essa eleição indica não apenas novo impulso à auto-estima dos negros em qualquer lugar do planeta, o que, em si, já é formidável, mas indica, sobretudo, considerando-se a biografia de Obama, a possibilidade de maior tolerância, respeito



à diversidade e busca de diálogo na condução tanto da política interna quanto externa dos Estados Unidos.

E, dado o papel de protagonismo dos norte-americanos no cenário internacional, isso deve ter reflexos positivos aqui e em muitos outros países, contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia em todos os aspectos — racial, social, econômico —, com base em relações de poder mais igualitária e justa.

Sr. Presidente, ao encerrar, destaco que o novo tempo está por vir. Ele já está muito próximo e pode ser sentido por alguns idealizadores. A experiência de políticas afirmativas vivenciada no Brasil por meio das Leis nºs 1.639 e 11.645, que obrigam as escolas a aplicarem no ensino os conceitos transversalizantes das culturas negra e indígena, é a possibilidade de construirmos uma geração futura mais humana e mais fraterna, que respeite e valorize a nossa história de resistência.

A todos os negros e negras brasileiros, o forte abraço, com muito axé!

Era o que tinha a dizer.



A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês de novembro, a preservação dos recursos hídricos estará em discussão em Foz do Iguaçu, durante o Fórum Americano das Águas. No encontro serão estudadas as propostas que as Américas vão apresentar durante o 5º Fórum Mundial da Água — marcado para março de 2009, em Istambul, na Turquia. O Fórum, que vai reunir cerca de 200 especialistas e tomadores de decisão dos países das Américas do Sul, Central e do Norte, terá a participação do Prefeito Paulo Mac Donald. O convite oficial foi feito durante um encontro nesta quarta-feira (21), pelo Coordenador-Geral da Agência Nacional de Águas — ANA, Antônio Félix Domingues. Também estiveram presentes o assessor da ANA, Ricardo Medeiros de Andrade, o Diretor de Coordenação da Itaipu, Nelton Friedrich, e o assessor da Diretoria de Coordenação, Zoltir Chiapetti.

O Fórum Americano das Águas irá contar com 50 instituições de 34 países americanos. Durante o encontro serão discutidas, pelos grupos divididos em sub-regiões, idéias, propostas, experiências bem-sucedidas, boas práticas, políticas públicas e participação social em torno das relações entre os recursos hídricos e as mudanças climáticas, e será encerrado com uma reunião conjunta dos grupos para ultimar as propostas que os países das Américas vão apresentar sobre o assunto para os demais países do mundo.

Considerando que a Amazônia detém a absoluta maioria dos recursos hídricos deste País, é imprescindível que membros deste Parlamento acompanhem, e de maneira próxima, todas as discussões sobre o tema.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.



O SR. DAMIÃO FELICIANO (Bloco/PDT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é Dia da Consciência Negra. É necessário que se faça uma referência ao passado, mas não podemos deixar de falar das questões do presente. Esta Casa e o Governo Federal devem fazer alguma coisa a favor da consciência negra.

O Estatuto da Igualdade Racial está tramitando há quase 8 anos, e emperrou por causa da questão das terras quilombolas. É um absurdo que isso aconteça nesta Casa!

Conversei com o Presidente Lula, que mostrou ter boa vontade em sancionar o Estatuto. No entanto, ele ficou emperrado por causa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O mesmo aconteceu aqui numa Comissão Especial desta Casa.

Solicito a V.Exa., Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, que tome providências, a fim de que não deixemos passar este momento. A igualdade racial tem que existir não só no papel, mas também de fato e de direito. É necessário que o negro ocupe sua posição.

Sou o primeiro Deputado Federal negro da história da Paraíba, que deu uma demonstração de democracia ao me eleger por 2 vezes.

Sr. Presidente, é importante discutirmos a questão salarial dos negros, assim como resolver este problema, o de que o número de mortes de pessoas negras é bem maior do que o de brancas. Isso tem de ser considerado por esta Câmara Federal, que é a Casa do povo.

Faço este registro na esperança de que avancemos nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Pois não. A Mesa assenta o registro de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO (PSDB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após o término das eleições municipais em nosso País, desejo cumprimentar os vitoriosos e felicitar aqueles que não obtiveram êxito mas contribuíram, com a sua participação, para o fortalecimento da democracia no Brasil.

Aos futuros dirigentes municipais almejo que executem, com sucesso, seus projetos e cumpram as promessas de campanha com ardor e tenacidade. O povo demonstra ansiedade e nutre esperança por melhor qualidade de vida. Deseja mais educação, saúde, segurança, habitação, saneamento e emprego. E todos sabemos que é no município que o cidadão vive, trabalha e morre.

Desafios são enormes e recursos são escassos. A hora exige definições de prioridades. E dentre estas prioridades estão aquelas que somente podem ser enfrentadas pelos dirigentes municipais. A melhoria de vida daqueles que ainda continuam excluídos do desenvolvimento e à margem do progresso é o maior de todos os desafios.

Apelo para os nossos Prefeitos e Vereadores no sentido de que voltem a atenção para o cuidado com o meio ambiente; para o abastecimento de água para a população; para a coleta do lixo e o seu aproveitamento com técnicas mais modernas; para uma política habitacional que permita a cada cidadão ter um endereço. E que dêem também atenção ao aumento do número de escolas, à melhoria dos salários dos professores, dos postos de saúde e da segurança das pessoas que vivem na periferia.



Estudiosos afirmam com muita precisão que *“a busca desenfreada do crescimento e a compulsão cega do progresso têm envenenado os nossos rios, empestado a nossa atmosfera, destruído as nossas reservas florestais, exterminado brutalmente dezenas de espécies e pervertido nossas mentes”*. Que os futuros dirigentes municipais procurem dar o basta a esses fatores de desequilíbrio, que abram os olhos para os reclamos das populações e sejam agentes do desenvolvimento sustentado.

É o que desejo a todos, independentemente das siglas partidárias. O Brasil é maior do que os partidos. A nossa Pátria é maior do que cada um de nós.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Léo Alcântara.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PR-CE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, presto aqui uma homenagem ao cearense Raimundo Gomes da Silva, ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal, que faleceu na noite de 18 de novembro, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, aos 88 anos, vítima de enfarte.

Natural de Uruburetama, o ex-Deputado Gomes da Silva era advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Exerceu o mandato de Deputado Estadual de 1951 a 1963, pelo Partido Social Democrático — PSD; e de 1964 até 1973, pela Aliança Renovadora Nacional — ARENA. Foi 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de 1971 a 1973, quando fora escolhido para ocupar vaga de Conselheiro no Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

Como Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado, nos anos de 1961 e 1968, assumiu o Governo do Ceará em duas oportunidades. Foi ainda Assessor Parlamentar do Ministério das Minas e Energia, de fevereiro de 1989 a 1990.

Gomes da Silva era também Oficial da Reserva do Exército Brasileiro, instituição a que serviu como 2º Tenente.

Como advogado, atuou nas Comarcas de Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio e em todo o Vale do Acaraú. Era também Tabelião Público e Oficial de Registro de Imóveis de Pentecoste.



Homem digno, honesto, sério e trabalhador, Gomes da Silva foi muito importante na história política do Ceará. Seu legado é mantido na política cearense por seu filho, Roberto Sávio Gomes da Silva, Prefeito do Município de Apuiarés.

Seu sepultamento ocorreu às 17h do dia 19 de novembro, no Cemitério Parque da Paz, na Capital cearense.

À família, os meus sinceros pêsames e minha profunda solidariedade.

Era o que tinha dizer.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Valentim.

O SR. EDMILSON VALENTIM (Bloco/PCdoB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 20 de novembro, comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra, data que lembra a luta do líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares, ícone da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade.

O Dia Nacional da Consciência Negra é um momento simbólico que contribui para reflexão e a luta pela eliminação do racismo e preconceito que ainda são vítimas grupos raciais e étnicos no Brasil.

A homenagem é instituída pela Lei nº 10.639, de 09/01/03, e traz à tona a situação socioeconômica e política da população negra no Brasil, bem como destaca a contribuição que os afro-brasileiros deram e dão para a construção e o desenvolvimento deste País.

Infelizmente, os dados demonstram que a realidade racial do Brasil é muito cruel e merece a atuação firme e eficaz dos poderes públicos. Estudos e Pesquisas do IBGE, do DIEESE, da ONU, do PNUD, dentre outros órgãos, e até os levantamentos realizados por órgãos privados, demonstram que a situação da população negra no Brasil é a pior social e economicamente. A população negra compõe quase 70% dos mais pobres e apenas 16% dos 1% mais ricos do País.

Os afrodescendentes são os mais pobres, a maioria dos favelados, aqueles que possuem os piores níveis de educação, os piores empregos e que são as vítimas preferenciais do sistema judicial. Brasileiros negros ou pardos têm



rendimento médio e equivalente à metade do que ganham os trabalhadores brancos — é o que mostra a recente pesquisa do DIEESE.

Para mudarmos essa realidade temos que lutar, simultaneamente, contra o preconceito racial, isto é, contra aquela idéia preconcebida sobre uma pessoa ou grupo de pessoas por causa de sua raça/etnia. E também combater a discriminação racial, ou seja, qualquer distinção, exclusão ou preferência que prejudique alguém por causa da cor da sua pele.

Não há dúvidas de que políticas públicas podem contribuir tanto para eliminar o preconceito, como para combater a discriminação, espécies de uma das maiores perversidades que ainda dominam a humanidade: o racismo. Nesse sentido, é importante registrar a mudança de postura do Governo Federal, que, desde o início do Governo Lula, vem adotando medidas inovadoras e indispensáveis para contribuir com a superação da desigualdade racial no País. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial estimula e auxilia os diversos Ministérios na elaboração de políticas públicas transversais focadas nas questões de raça.

As políticas de promoção da igualdade racial adotadas neste Governo são a comprovação de que, pela primeira vez, o Estado brasileiro está empenhado em garantir que a justiça racial se consolide como realidade no País, criando condições para uma convivência harmônica entre os diferentes indivíduos que formam o povo brasileiro. O Governo Federal está empenhado em garantir que as metas do milênio sejam garantidas também pelo prisma da raça.

Parabenizo esta Casa pela aprovação, em março deste ano, da Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da



disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, ao mesmo tempo em que conclamo os nobres Parlamentares a que votem favoravelmente ao PL 6.264/05, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, o mais rapidamente possível.

Finalmente, não poderia deixar de registrar a eleição do democrata norte-americano Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos da América. Sem dúvida, esse resultado significa um grande marco na história mundial, no tocante à superação de regimes de *apharteid*. A sua eleição gera simpatias e renova as esperanças por um mundo melhor e mais democrático.

Por fim, quero cumprimentar o Presidente Lula e o Ministro Edson Santos pela inauguração da estátua de João Cândido, o “Almirante Negro”, líder da Revolta da Chibata, de 1910, na Praça XV, no centro da cidade do Rio de Janeiro, num ato que representa o resgate de importante passagem da História do nosso País.

Muito obrigado.



O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Osmar Serraglio, venho à tribuna também fazer o registro da importância desta data, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem ao herói Zumbi dos Palmares, que liderou o Quilombo de Palmares.

O Brasil está fazendo muito na direção da superação da discriminação racial: está titulando as terras de quilombos, promovendo um programa de inclusão social do negro na universidade, reconhecendo e anistiando João Cândido. Mas precisa fazer ainda muito mais no sentido da inclusão do negro no mercado de trabalho, dando-lhe mais oportunidades na educação, nos serviços de saúde, no acesso à moradia e nos altos escalões da nossa sociedade. O maior exemplo que temos hoje para o mundo se deu com a eleição de um presidente negro, Barack Obama, numa nação predominante branca, como são os Estados Unidos da América.

A partir desse exemplo, nós precisamos aqui no Brasil fazer políticas públicas de inclusão dos negros no mercado de trabalho, e dar-lhes mais escolaridade, para que assumam mais postos de direção nas empresas, no serviço público, na política e nos postos mais altos de direção neste País.

Neste Governo, foi nomeado um negro para o Supremo Tribunal Federal, o Ministro Joaquim Barbosa. Mas penso que precisamos fazer ainda muito mais no sentido de proporcionar maior inclusão do negro na nossa sociedade.

Por isso, quero comemorar esta data como um dia que relembra a luta dos negros, mas que também aponta para a necessidade de avançarmos nos direitos da população negra do País, que é metade da nossa população.



A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estou aqui também para registrar a comemoração, neste 20 de novembro, do Dia Nacional da Consciência Negra, com a lembrança da morte de Zumbi dos Palmares.

O Congresso Nacional, além de reverenciar essa data por intermédio do discurso de vários Deputados, promove outros eventos para discutir formas de garantir a igualdade racial em nosso País. Dentre os eventos correlatos está o lançamento da campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, edição 2008. O movimento feminista mundial tem marcado esses 16 dias de ativismo para uma data próxima ao dia 25 de novembro, quando se comemora o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. No Brasil, entretanto, temos feito diferente; iniciamos a campanha no dia 20 de novembro para coincidir com o dia da igualdade racial.

No mundo, e em nosso País, não é diferente: as mulheres negras são as que mais sofrem violência e as que mais pagam por essa prática machista e preconceituosa de discriminação contra as mulheres.

Também hoje a Câmara realizará um seminário para discutir e comemorar os 20 anos de implantação do Sistema Único de Saúde no País. O evento, do qual participarei como coordenadora de uma das Mesas, contará com a presença do Ministro da Saúde, Temporão.

Como todos podem notar, no dia de hoje esta Casa está promovendo ações e discutindo questões importantes como saúde, igualdade racial e direito das mulheres.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (Bloco/PDT-AP. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, quero me associar às homenagens que estão sendo prestadas aos nossos irmãos negros, neste Dia da Consciência Negra, e também me dirigir à população negra do meu Estado do Amapá, que tem um arcabouço histórico, uma estrutura cultural totalmente vinculada à população negra, que ajudou a construir aquele Estado promissor da União brasileira. Foi ela que deixou para as futuras gerações um dos maiores monumentos feitos aqui no período português, que é a nossa Fortaleza de São José de Macapá.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, Deputado Osmar Serraglio, quero agradecer a Deus por me ter dado um coração desprovido de qualquer preconceito e discriminação. Eu pugno pela igualdade, pela solidariedade humana, pela fraternidade e lamento que ainda hoje visualizemos ações contrárias aos direitos dos negros e à igualdade social.

A vitória do Senador Obama, nos Estados Unidos, mostra exatamente que todos nós somos iguais e que, quando são oferecidas oportunidades iguais, não há qualquer tipo de diferença entre brancos e negros. Estão aí os Estados Unidos, após 40 anos de políticas afirmativas, conseguindo eleger um presidente negro.

Eu luto por isso também. No Senado, fui relator de projeto que garante cotas para negros nas universidades, de autoria do Senador José Sarney. Então, apóio também as políticas sociais afirmativas de qualquer natureza, porque entendo que são imprescindíveis para revertermos essa situação de preconceito e discriminação contra a população negra.



Então, fica registrado aqui o meu voto fraterno e de esperança para que possamos igualar cada vez mais os direitos dos nossos cidadãos brancos, negros, indígenas, de todas as raças, sem diferenças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Osmar Serraglio, há poucos instantes, o nobre colega Léo Alcântara expressou o sentimento dele próprio, e eu agora posso exprimir também, em nome do Deputado Marcelo Teixeira, a nossa manifestação de profundo pesar pelo desaparecimento, ontem, em Fortaleza, do ex-Deputado Federal, em 3 legislaturas, Raimundo Gomes da Silva.

Raimundo Gomes da Silva, detentor que foi de seguidos mandatos parlamentares, revelava suas extraordinárias qualidades de homem público íntegro, sempre atento aos interesses da coletividade. Como representante estadual e membro do Parlamento brasileiro, deixou testemunhos inequívocos de sua sensibilidade aguçada na discussão de questões relevantes, vinculadas à nossa Unidade Federada, ao Nordeste e ao País.

Na condição de Presidente da Assembléia, sua atuação foi das mais proficientes, esforçando-se no sentido de que aquela Casa mantivesse perfeita sintonia com as aspirações populares.

Pertencendo ao antigo PSD e, a seguir, à Aliança Renovadora Nacional, manteve liderança no Vale do Curu, cujos Municípios garantiram-lhe ponderável apoio político, a partir de 1951.

Na Câmara dos Deputados, em 3 Legislaturas, também guardou fidelidade aos princípios éticos inarredáveis que o tornaram respeitado pelos seus Pares e a comunidade brasileira.



Transmito à sua esposa, Yeda Gomes da Silva, a seus filhos e parentes mais próximos a manifestação de nosso profundo pesar, bem como de nosso reconhecimento do realce de seu marcante desempenho no cenário regional e nacional.

Gomes da Silva foi um líder autêntico que enobreceu a nossa vida pública.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra, já que vai se associar à mesma manifestação, ao Deputado Marcelo Teixeira.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, referendo as palavras dos Deputados Mauro Benevides e Léo Alcântara.

Convido todos os Parlamentares que compõem esta Casa para um evento na próxima terça-feira, quando teremos durante o dia todo, no auditório Nereu Ramos, um seminário muito importante: o Congresso Brasileiro da Atividade Turística, anualmente feito pelas Comissões de Turismo e de Esporte. Já estão asseguradas as presenças de Ministros de Estado, como Luiz Barreto e Orlando Silva. O tema não poderia ser melhor: os desafios do País para a Copa do Mundo, uma vez que há preocupação constante com relação à infra-estrutura.

Sou daqueles que entendem que, quanto mais se adiar essa escolha, mais tempo perdemos. Talvez a cidade de V.Exa., Curitiba, esteja presente. Quanto mais se demorar para a escolha, mais tempo se perde para trabalhar nas atividades de implantação da infra-estrutura. Ontem, o Brasil foi muito bem, a Copa do Mundo está chegando; esperamos que todos os brasileiros fiquem satisfeitos.

Obrigado.



O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, quero registrar que, atendendo a pedido do nobre Deputado Darcísio Perondi, estive na sexta-feira passada, dia 14, em reunião com o Presidente da República em exercício, José Alencar, juntamente com Deputados integrantes da Frente Parlamentar da Saúde e representantes do setor.

Na ocasião, solicitamos a liberação de recursos adicionais ao Ministério da Saúde, a fim de manter os atendimentos do Sistema Único de Saúde — SUS até o final deste ano. Para isso serão necessários pelo menos 2 bilhões e 674 milhões, a fim de que o atendimento integral do SUS continue.

Se não houver a referida suplementação, infelizmente não será possível realizar o pagamento no último mês de 2008 dos serviços prestados na área ambulatorial e hospitalar, bem como o repasse de recursos referentes aos últimos 2 meses para aquisição dos medicamentos de dispensação excepcional, além de suprir outras áreas de importância estratégica do Ministério da Saúde.

Outra reivindicação feita diz respeito à regulamentação da Emenda Constitucional 29, cuja votação está paralisada nesta Casa. Essa Emenda visa garantir recursos suficientes e definitivos para a saúde e acabar de vez com os desvios do setor.

No entanto, para a conclusão da votação aqui na Câmara, resta um destaque, justamente o que prevê a criação da polêmica Contribuição Social para a Saúde — CSS.

Durante a reunião, destaquei a importância do trabalho desenvolvido pelas Santas Casas de Misericórdia no Ceará, as quais realizam dezenas de cirurgias por



dia, muitas delas de elevada complexidade. Pelo menos metade dos procedimentos cirúrgicos está relacionada à retirada de tumores cancerosos.

Quero, pois, agradecer ao Vice-Presidente José Alencar pela forma sincera e amigável como nos recebeu, mostrando-se completamente a favor da saúde com o reconhecimento de que esta causa é mais do que justa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, registro, que a Câmara de Vereadores de Tubarão, Santa Catarina, através de proposição de sessão solene, estará fazendo uma homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. Esta data foi estabelecida pelo Projeto Lei nº 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003. Neste dia, no ano de 1695, morria Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares.

A requerimento do Vereador Maurício da Silva, nosso representante da raça negra naquela Casa de leis, o dia 20 de novembro também será lembrado em Tubarão, sul de Santa Catarina, embora o feriado de hoje seja apenas comemorado em 225 Municípios, de um total de 5.563, no Brasil, segundo levantamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A fixação desta data foi importante, pois serve como um momento de conscientização e reflexão sobre a importância da contribuição do povo africano na formação da cultura nacional.

Os negros africanos colaboraram, durante nossa história, nos aspectos políticos, sociais, gastronômicos e religiosos de nosso País. É um dia que devemos comemorar nas escolas, nos espaços culturais, em vários locais, valorizando a cultura afro-brasileira.

Conforme estatísticas do IBGE, em 2010, a população negra, no Brasil, já será superior à branca.

O Brasil, embora rico, é um dos países mais desiguais do mundo.

Relembro aqui que sempre ocorreu uma valorização dos personagens históricos de cor branca, como se a História do Brasil tivesse sido construída somente pelos europeus e seus descendentes: imperadores, navegadores,



bandeirantes, líderes militares entre outros. Esses foram sempre considerados heróis nacionais. Agora estamos a valorização um líder negro em nossa história, e esperamos que em breve outros personagens históricos de origem africana sejam reconhecidos por nosso povo e por nossa história. Passos importantes estão sendo tomados neste sentido, pois nas escolas brasileiras já é obrigatória a inclusão de disciplinas e conteúdos que visam estudar a história da África e a cultura afro-brasileira.

Meus cumprimentos à Câmara de Vereadores de Tubarão, aos coordenadores do Movimento MOCNETU, da Pastoral Afro-Brasileira, e aos demais grupos que cultuam a belíssima cultura afro.



O SR. WILLIAM WOO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Osmar Serraglio, quero registrar a importância do Dia Nacional da Consciência Negra, principalmente sobre quanto ainda precisamos avançar para cortar as diferenças e proporcionar melhor distribuição da renda social na sociedade brasileira.

Matéria ontem do jornal *Folha de S.Paulo* registra que os salários dos brancos no Estado, comparados aos dos negros, chegam a ser o dobro dos valores distribuídos na sociedade.

Registro a visita, ontem, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, do Presidente Lee Myung-bak, da Coreia do Sul, e a importância da relação entre a Coreia do Sul e o Brasil. O próximo investimento em nosso País será a construção de uma fábrica de automóveis no Estado de São Paulo. Trata-se de um investimento no valor de 1 bilhão de reais, em 2 anos, o que demonstra a importância que a Coreia do Sul dá ao Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 2 experiências em Mato Grosso confirmam que produção e meio ambiente podem compor uma aliança de bons negócios. Ambas conquistaram o primeiro lugar para a obtenção do Prêmio Chico Mendes, edição 2008, do Ministério do Meio Ambiente. Uma delas, Sr. Presidente, é desenvolvida em Lucas do Rio Verde, e a outra, no Município de Tangará da Serra.

No caso de Lucas do Rio Verde, o projeto Semeando a Educação envolve jovens estudantes em atividades teóricas e práticas que vão desde o estudo da fauna e flora locais ao levantamento das espécies do cerrado adequadas para a recomposição de áreas degradadas, bem como coleta de sementes e produção de mudas.

O projeto é desenvolvido pelas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Educação e Cultura, com o objetivo de despertar os jovens para as questões ambientais.

O projeto, desenvolvido na rede escolar municipal, disponibiliza uma coordenadora pedagógica, uma bióloga, uma engenheira agrônoma, além de contar com boa infra-estrutura.

Os estudantes participam de todo o processo: coleta das sementes, semeadura, preparação do solo e plantio de mudas, durante o qual são desenvolvidos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências. Esses são elementos fundamentais para uma participação cidadã e a construção de uma sociedade sustentável. Como um dos resultados, o viveiro municipal já produziu 10 mil mudas de espécies nativas e a mesma quantidade encontra-se em fase de germinação. Elas foram utilizadas na recuperação e recomposição de áreas



degradadas situadas no perímetro urbano e em uma região de uma nascente na zona rural.

Mas existem outros trabalhos também em Lucas do Rio Verde que merecem muito destaque.

O Município é responsável por 1% de toda a produção de grãos do País, com mais de 1,5 milhão de toneladas de grãos por ano e está estrategicamente localizado — próximo à Amazônia legal.

A intenção do Poder Público Municipal é transformar a cidade em modelo de sustentabilidade no Brasil. Para isso, o Município está identificando todo o passivo ambiental e apresentando alternativas para sua redução. E o próximo passo é identificar os mecanismos de financiamento e fontes de recursos para a regularização socioambiental de todas as propriedades rurais, a fim de melhorar os aspectos tecnológicos voltados à produção sustentável.

É a primeira aliança no Brasil entre o Poder Público e a iniciativa privada com vistas à regularização de todas as propriedades rurais em conformidade com o Código Florestal.

Em Lucas do Rio Verde, os produtores rurais estão descobrindo que é muito mais viável e lucrativo cumprir a legislação e ter a garantia de que o mercado vai absorver os produtos ecologicamente corretos produzidos na região. O sucesso do projeto vai transformar a região na primeira do País, sem nenhum passivo socioambiental amplo.

O segundo projeto a receber o Prêmio Chico Mendes é desenvolvido pela Associação Indígena Halitinã, que representa o povo indígena Paresí, em busca de sua autodeterminação.



Hoje, 400 índios estão envolvidos no aproveitamento de espécies nativas do cerrado, principalmente do pequi, fruta que serve de matéria-prima para vários produtos, como geléias, doces em barra, tirinhas desidratadas e conservas. Eles fazem a coleta seletiva dos frutos, assim como higienização, beneficiamento e comercialização do produto, gerando renda e melhoria na alimentação. Os produtos são comercializados com o rótulo comercial *Kani* nos Municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

O trabalho é realizado em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de Tangará da Serra, Empresa Mato-grossense de Extensão Rural e SEBRAE. O patrocínio é da PETROBRAS, e as novas parcerias firmadas vão possibilitar a ampliação dos índios para 1.232 pessoas envolvidas no projeto. Além disso, será possível a inclusão de mais 2 povos: Nambiquara e Irantxe.

As iniciativas estão de parabéns! Mais do que um símbolo do sucesso do trabalho da Prefeitura de Lucas de Rio Verde e da Associação Indígena Halitinã, esses projetos são uma vitória para todos aqueles que se preocupam e trabalham pela preservação da vida e o futuro do planeta.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, quero também prestar minha homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A data é lembrada por ser o dia da morte de um ícone da cultura brasileira — Francisco Zumbi.



O líder Zumbi dos Palmares foi um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão. A história de Zumbi é ímpar: ele não nasceu escravo, mas tornou-se um.

Francisco, um brasileiro, negro e herói nacional, nasceu por volta de 1655 no Quilombo dos Palmares, hoje no Estado de Alagoas. A história conta que Zumbi foi capturado, condenado executado por tropas do Estado. Sua cabeça foi exposta em praça pública em Recife.

De acordo com o levantamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, o Dia da Consciência Negra é feriado em 700 cidades brasileiras. A data para a comemoração foi escolhida em 1971 por ativistas do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, que chegaram à conclusão de que o dia 20 de novembro teria sido a data da execução de Zumbi, o maior representante da resistência negra no período colonial.

A comemoração, no entanto, foi oficializada somente em 2003, com a sanção da Lei nº 10.639/03, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceu a data como parte do calendário escolar.

Apesar de essa agenda existir para a conscientização do povo brasileiro de suas raízes africanas, a discussão ainda é um fenômeno novo na história do País. Hoje, é moderno cultivar os valores da cultura negra; entretanto, as condições sociais do negro ainda continuam desfavoráveis, se comparadas com as dos brancos.

Os indicadores sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comprovam que negro no Brasil está associado à miséria e exclusão social. O IBGE calcula que precisaremos de pelo menos 20 anos de políticas



públicas voltadas para as ações afirmativas para colocar brancos e negros em níveis mínimos de igualdade.

No Brasil, os negros representam, atualmente, 49,5% da população. Em Mato Grosso, meu Estado, conforme estatísticas divulgadas pelo Governo Estadual, esse número é superior: 54,9% dos quase 3 milhões de pessoas que vivem no Estado são afrodescendentes.

Em Mato Grosso, apesar das premissas favoráveis para o agronegócio, há um lado social que precisa ser valorizado. Outros dados do IBGE mostram que a condição do negro, apesar de alguns avanços, continua desfavorável em relação à da população branca. Em indicadores como acesso ao ensino superior entre pessoas de 18 a 24 anos, a população preta e parda não havia atingido, em 2006, o patamar já alcançado pelos brancos em 1995.

Na área de trabalho, por exemplo, estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostra que, em 2006, o rendimento médio mensal dos homens brancos equivalia a R\$1.164. Esse valor, no mesmo ano, era 98,5% superior ao recebido pelos homens pretos e pardos (R\$586,26) e 200% maior do que o obtido pelas mulheres pretas e pardas. Os dados são apenas exemplos das dificuldades que os negros enfrentam em situações cotidianas marcadas pela falta de oportunidades, discriminação e desrespeito.

Portanto, datas como estas têm um viés político muito forte. Além de demonstrar que a resistência venceu a escravidão, é momento de se refletir sobre o art. 5º da Constituição Federal, que diz: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros*



residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Também cabe aqui lembrar o inciso XLII sobre o fato de a prática de racismo ser crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

Temos que nos lembrar diariamente da contribuição da população negra para a construção da riqueza da Nação brasileira. Seja pela memória de Zumbi e Dandara, líderes da República de Palmares; Osvaldão, líder da Guerrilha do Araguaia; Machado de Assis, escritor; Grande Otelo, ator inesquecível que representou o personagem de Macunaíma da obra de Mário de Andrade; Chiquinha Gonzaga, compositora, pianista e primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil; Pixiguinha, um dos maiores compositores da música popular brasileira, entre outros.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui para celebrarmos a construção de um Brasil sem distinção de raça, cor e credo, para manter viva as manifestações culturais africanas.

Muito obrigado.



O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero expressar aqui minha indignação quanto à conduta não adequada do Presidente do Senado Federal ao devolver medida provisória que trata do cadastro de entidades filantrópicas, no momento em que esta Casa vem analisando a PEC que regulamenta a tramitação e estabelece os procedimentos das medidas provisórias, colocando o Congresso Nacional como protagonista.

Essa atitude, que não é adequada para um Presidente de um dos Poderes da República, confronta os próprios Poderes na medida em que não estabiliza as relações políticas da base aliada. É bom lembrar que o Senador Garibaldi Alves é do PMDB, partido que compõe, de forma correta e muito política, a base de sustentação do Governo Lula. E essa atitude não ajudará a que se criem condições para que seja debatida, nesta Casa, a PEC obstruída pela Oposição. Na verdade, a conduta do Presidente do Senado só ajuda a Oposição a travar o País.



O SR. MARCOS ANTONIO (Bloco/PRB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, serei sucinto em minhas palavras.

Quero mandar um abraço especial para Caruaru, que, às vezes, é esquecida pela bancada de Pernambuco, e lembrar do carinho especial que este “negão” abençoado, Marcos Antonio, tem pela grande população daquela cidade.

Aproveito o ensejo para agradecer a São Lourenço da Mata, cidade pequena, porém decente, com a qual a bancada de Pernambuco está comprometida, eis que sabemos da violência que assola o nosso Estado.

É o apelo que deixo aqui: SOS para a segurança em Pernambuco.

Tendo em vista que a situação é delicada, convocamos a bancada pernambucana, esta Casa e todo o Congresso para que ajudem, de fato, com carinho e amor, Pernambuco a sair desse caos violento.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, consciência é atitude que todos devemos ter acerca de qualquer tema que mereça nossa especial atenção.

Culturalmente refletindo, os países de todo o Planeta vão se construindo e se distinguindo pelo valor específico que dão a determinadas correntes culturais ou sociológicas. A Polônia, por exemplo, dada a magnitude da devoção à religião católica, exalta a diversidade dos santos de sua principal igreja, e faz deles um tema celebrado a cada dia, com diversos patronos e patronesses — inclusive batizando cada cidadão católico (95% da população polaca) daquele país com nomes de santos. Dessa forma, além de se comemorar por lá o dia do nascimento, também se celebra o chamado “Dia do Nome”, em que cada cidadão é rebatizado com o nome do santo escolhido.

E assim, a exemplo da Polônia, datas são lembradas e comemoradas, seguindo-se diferentes rituais e respeitando-se tendências de cada terra, de cada etnia.

No Brasil, também bastante se valoriza a comemoração de datas. Algumas fazem parte do calendário civil nacional, a exemplo do Dia da Mulher (8 de março), que também se comemora internacionalmente. Outras são datas religiosas, como dos santos padroeiros das cidades. E outras se destacam por, além de representarem momentos históricos do País, também referenciam movimentos de maior ou menor grandeza, sempre de acordo com a sua relevância ou por alguma razão específica pela qual se enaltece o momento.



Retomemos, então, a questão da consciência. Em princípio, toda data comemorativa é resultante de uma razão forte para que esta seja lembrada, anualmente, de forma particular.

O foco desta nossa fala é exatamente a necessidade constante de que o Brasil, através de seus cidadãos e governos, tem de relembrar a consciência nacional sobre a presença negra, cujo dia é oficialmente comemorado em 20 de novembro.

Não estou exatamente convencido de que temos condição de nos fixar em uma data específica para reforçar a importância deste e de outros relevantes temas. Ter consciência acerca da imensa presença da raça negra no Brasil é fundamental para compreender a formação social e cultural da maior parte do território brasileiro. Não há como compreender a formação desta Nação sem compreender o movimento afro para cá trazido e que também vem orientando o desenvolvimento do Brasil, independente de se querer ou não, pois a presença negra para cá foi e permanece sendo muito ampla.

Ressaltem-se os movimentos religiosos, gastronomia, dança, música, literatura, enfim, diversos contributos. Haveria como entender a História do Brasil sem estudarmos a presença negra por aqui?

Não estaremos arriscando muito ao quisermos afirmar que, fora do continente africano, o Brasil é o país onde se concentra a maior comunidade afro no Planeta. Certamente isto já justifica o respeito que deve compor a nossa conduta frente a esta realidade.

Cumpre-nos, no mínimo, nesta data comemorativa, finalmente, cumprimentar todo e qualquer cidadão negro aqui residente, seja por opção própria ou pelos seus



antepassados, assim como, registrar o nosso agradecimento pela crença e dedicação ao Brasil e sua formação quinhentista.

Sr. Presidente, faço também uma homenagem ao nosso colega Vicentinho, que hoje vem todo paramentado para comemorar este dia. Parabéns, companheiro, Deputado Vicentinho!



O SR. ROBERTO BALESTRA (PP-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de um tempo fora da Casa, atendendo a convite do Governador Alcides Rodrigues para comandar a Secretaria de Assuntos políticos do Estado de Goiás, e depois de uma campanha bastante acirrada, retorno à Casa com saldo positivo: o Governador, com seu estafe, conseguiu eleger 180 Prefeitos, dentre 246 Municípios. E retorno no momento da apresentação das emendas ao Orçamento — e não só para defender as minhas, como também as da bancada do meu Estado, que é carente.

Sr. Presidente, quero me colocar à disposição da Mesa para continuar aquele trabalho de 6 mandatos que exerci na Casa. Estou à disposição dos colegas, e continuo a trabalhar em favor do meu Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Pois não. V.Exa. foi Conselheiro da República, o que orgulha a nossa Casa.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com alegria que registro a passagem do Dia da Consciência Negra — 20 de novembro. Todos nós, não apenas os negros, com suas bandeiras de luta, trabalhamos para acabar com o preconceito e a discriminação.

Parabenizo todos os movimentos, todas as organizações e entidades que hoje lutam para que tenhamos uma diversidade religiosa, uma diversidade cultural, uma diversidade de raças, e que haja respeito, efetivamente, para construção de um país justo, soberano, um país com ética e justiça social.

Quero me associar a todos aqueles que hoje celebram esta data.

Zumbi dos Palmares traz para nós esta mensagem: é preciso juntar forças para acabar com o preconceito e a discriminação em nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, professora e assistente social. Já prestou serviços ao Canadá e à África, como professora de Biologia. Foi Vereadora em Macapá e Deputada Estadual no Amapá. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro o sucesso do // *Simpósio da Amazônia: O Desafio do Modelo de Desenvolvimento*, que a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, que presido, realizou nos dias 5 e 6 de novembro.

Abordamos os temas saúde, transporte, gestão ambiental, educação, ciência e tecnologia, produção e financiamento para o modelo novo de desenvolvimento.

É imprescindível integrar as culturas tradicionais amazônicas às políticas públicas.

A ausência do Estado na Amazônia, 60% do Brasil, foi salientada pela sociedade civil e reconhecida pelos representantes do Poder Público. Para modificar esse quadro, propomos diretrizes que enviaremos ao Governo Federal.

É urgente investir em ciência e tecnologia, nas instituições locais. É preciso aumentar os recursos, destinando 10% dos investimentos públicos para a Amazônia; criar o comitê científico e tecnológico nacional; fixar doutores; modernizar a legislação para elevar a produção científica; contratar mais pessoal, formar recursos humanos e fortalecer a graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

A regularização fundiária e ambiental das atividades econômicas, o condicionamento do crédito rural à regularidade ambiental, a consolidação do



Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal e a implantação de comitês de bacia hidrográfica precisam ser efetivados.

É preciso interiorizar os profissionais de saúde, com melhores salários, serviço obrigatório para os graduados em universidades públicas e pelo serviço militar; investir em recursos humanos nas comunidades indígenas; criar soluções específicas para as populações ribeirinhas, indígena e rural que elevem o serviço de saúde; regularizar e incluir as parteiras tradicionais no SUS trará grande aporte profissional.

Nos transportes, navegação e aviação são imprescindíveis. O Grupo de Trabalho do Governo Federal sugerido por esta Comissão está em consonância com o que debatemos: conduzir uma política de modernização da frota mercante, com apoio técnico e financeiro, abarcando as tecnologias tradicionais e instituindo centros de formação em navegação; e reformar e homologar os aeródromos e enfatizar o papel da Força Aérea como suporte a regiões isoladas.

É possível, por exemplo, duplicar a produção agrícola e triplicar a pecuária sem avançar sobre a floresta, investindo nas áreas degradadas e, por outro lado, incentivar as cadeias produtivas da Amazônia gerando renda por longo prazo.

Não podemos repetir os equívocos do passado que reproduzem a predação ambiental, concentração de riqueza e injustiça social.

Otimista, o Prof. Ignacy Sachs vê na Amazônia *“uma futura biocivilização, capaz de inaugurar uma nova sociedade e novos estilos de vida na Terra”*. Essa deve ser nossa meta.

Peço a divulgação deste pronunciamento pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - V.Exa. será atendida.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo, exemplo do que significa voltar aos bancos escolares e se formar Bacharel em Direito. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 20 de novembro, estou vestido em homenagem à nossa comunidade com um filá que ganhei de uma senhora, uma matriarca de Moçambique de 90 anos, quando lá estive com o Presidente Lula. Hoje resolvi usá-lo para esta homenagem, porque o povo africano o usa nos momentos mais importantes.

Esta Casa, Sr. Presidente, tem uma tarefa a cumprir. Tramita nesta Casa há 10 anos o Estatuto da Igualdade Racial — já o podíamos ter aprovado há muito tempo — e o PL nº 73, que quase foi votado ontem — chegou-se inclusive a entendimento com o PSDB, e depois não sei o que aconteceu —, está na Casa desde 1999. Ele é a oportunidade de os jovens pobres, negros, indígenas chegarem à universidade.

Todos nós sabemos que os pobres deste País não conseguem chegar à universidade. Não chegam à universidade privada porque não podem pagar as mensalidades. Ainda bem que existe o PROUNI, que tem dado oportunidade a mais de 600 mil jovens. Na universidade pública é pior, porque, embora ela seja pública, lamentável e ironicamente, os pobres não conseguem entrar. Quem faz vestibular vindo de uma escola particular, de melhor qualidade, toma lugar dos pobres, que não têm condições de concorrer em termos de aprendizado.

Por esse motivo, o Projeto de Lei nº 73, do Governo Federal, é de extrema importância. Foi aprovado em 2 Comissões por unanimidade, inclusive na Comissão



de Constituição e Justiça. Sua aprovação seria um grande presente para o nosso Brasil.

Esta Casa, que de vez quando ou quase sempre tem imagem negativa, às vezes injustamente, ou não, deve dar um salto de qualidade como esse e garantir a aprovação de um projeto que efetivamente traga dignidade.

O grande mestre Paulo Freire já dizia que, se quisermos transformar este País, o instrumento mais importante é a educação. Ontem tivemos a honra de cumprimentar e receber o Presidente da Coréia. Em 20 anos, aquele país investiu tanto em educação, que passou à 7ª economia do mundo em pouco tempo.

Esse projeto de cota, Sr. Presidente, que não chamo de cota mas de proporcionalidade, é de extrema importância para o Brasil. Não podemos viver mais nesse atraso.

Nesse sentido, quero saudar as várias entidades que lutam por este movimento, quero saudar o meu companheiro Sérgio Custódio, Presidente do Movimento dos Sem-Universidade, que tem atuado com dignidade, juntamente com o EDUCAFRO, com o MNU e com vários outros movimentos sociais deste País.

Hoje é um dia importante. Saudemos a imortalidade de Zumbi dos Palmares, saudemos a imortalidade de Dandara, com a graça de que nunca devemos parar de lutar, com a esperança de que um dia este País será de todos e que as pessoas negras não serão julgadas pela cor da pele, mas sim pelo seu caráter e pela sua competência. Que sentemos à mesma mesa para partilhar do mesmo pão, como irmãos, como companheiros, como amigos, e que ninguém seja tratado de forma diferente em razão dessa maldita doença chamada preconceito!

Viva Zumbi de Palmares!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - A Mesa se associa à manifestação de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Léo Alcântara, que, apesar de jovem, já está no seu terceiro mandato, valorizando a nossa Casa.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Agradeço a referência, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante dos resultados alcançados pelo Brasil nas Olimpíadas de Pequim, venho fazer um alerta sobre a importância de insistir nas políticas públicas de esporte, encontrando soluções para melhorar o desempenho dos nossos atletas em ambientes de alta competitividade.

Ao final, foram 15 medalhas, número equivalente a um sexto do total conquistado por brasileiros em todas as edições dos jogos, desde 1920. Além disso, disputamos 38 finais e ficamos em primeiro lugar no *ranking* da América Latina.

Não há dúvida de que esse é um bom resultado, mas há que se ter claro que ele está muito aquém das nossas possibilidades e das expectativas que desenvolvemos, especialmente depois do desempenho alcançado em Atenas. Naquela ocasião, conquistamos 4 medalhas de ouro e ficamos em 16º lugar na listagem final; em Pequim, foram apenas 3 de ouro, e o modesto 23º lugar. Ficou a sensação de que não fizemos o que poderíamos ter feito. Esperava-se mais, especialmente em função do tamanho da nossa delegação: 277 atletas.

Merece atenção também o resultado final obtido pela delegação brasileira nas Paraolimpíadas. Na competição para atletas com deficiência física, os países mais pobres obtiveram resultados bem mais expressivos, incluindo o Brasil, que ficou em nono lugar no quadro final de medalhas. Com recorde de atletas, o Brasil conquistou 47 pódios, correspondendo a 16 medalhas de ouro, 14 de prata e 17 de bronze. Em



relação a 2004, em Atenas, até então a melhor participação brasileira na competição, houve melhoria na quantidade de medalhas, inclusive de ouro. Em Pequim, também foi maior o número de modalidades em que o País conquistou medalhas: natação, atletismo, judô, bocha, hipismo, remo, tênis de mesa e futebol de 5.

Além das verbas da Lei Piva, o Comitê Paraolímpico Brasileiro contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal para se preparar para Pequim 2008. Para 2004, o Comitê contou com cerca de 22 milhões de reais de repasse da Lei Piva, mais 1 milhão de reais da Caixa, cujo contrato teve início naquele ano. O volume investido para a Paraolimpíada de Pequim subiu para cerca de 57 milhões de reais, até junho do ano passado. Com esse dinheiro, foi montado um programa de alto rendimento, com 16 atletas e 3 guias.

Impõe-se, com efeito, enaltecer o papel inclusivo do esporte e, em particular, dos jogos paraolímpicos. Sem dúvida, devemos prestar crescente apoio aos esforços empreendidos em favor da inclusão de cidadãos portadores de deficiência, que constitui um dos mais importantes compromissos para o Brasil, tendo em vista as necessidades das 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de incapacidade ou deficiência, ou seja, 14,5% da população total do País, de acordo com dados do Censo 2000.

Voltando, no entanto, à discussão acerca dos resultados do Brasil nas Olimpíadas, esperava-se mais também em decorrência das políticas e dos projetos implementados pelo Ministério do Esporte nos últimos anos. Afinal, houve substancial mudança de perspectiva nas políticas do Ministério. Todas as ações desenvolvidas atualmente partem do princípio de que *“num País como o Brasil, o*



esporte deve ser mais um instrumento na resolução da questão social, articulando-se com setores fundamentais da atividade estatal: educação, saúde e política alimentar”.

Julgo oportuno ressaltar algumas dessas ações, Sr. Presidente.

Por exemplo: o Programa Esporte e Lazer da Cidade integra 14 ações, relacionadas e agrupadas em 2 conjuntos. O primeiro busca consolidar o esporte e o lazer como direitos sociais, ou seja, garantir o acesso à população. Em especial, o programa visa suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes demandas por esporte recreativo e lazer, sobretudo das populações em situação de vulnerabilidade social e econômica. De outra parte, o segundo conjunto de ações está direcionado ao desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer; à configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva; e à viabilização de acordos de cooperação e intercâmbio institucionais e internacionais, num evidente compromisso com a gestão pública participativa e democrática.

Cumpre assinalar, no âmbito desse projeto, que a rede é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Valendo-se das estruturas físicas e administrativas e dos recursos humanos e materiais existentes nas instituições de ensino superior, os centros de excelência esportiva têm como objetivo detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas. Hoje, há 9 centros implantados, em oito estados de quatro regiões brasileiras, e a perspectiva é de que o número se amplie.



Outra ação substancial é a do Programa Bolsa-Atleta, destinado a garantir manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio. Em 2007, 2.171 atletas foram contemplados, sendo 73 deles participantes das Paraolimpíadas de Pequim. O Bolsa-Atleta investe prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País nas competições internacionais.

Além disso, merecem louvor as iniciativas de promover a ressocialização de internos do sistema penitenciário, com o Programa Pintando a Liberdade, e de envolver pessoas em situação de vulnerabilidade social, como acontece no Programa Pintando a Cidadania. Ambos os projetos são voltados à produção de materiais esportivos para suprir as necessidades de programas do Ministério, de escolas públicas e entidades sociais de todo o Brasil e, em alguns casos, do exterior.

Com o envolvimento de 12.700 detentos e de cerca de 1.900 pessoas em situação de risco, a produção já atingiu 7 milhões de itens, entre os quais se distinguem as bolas com guizo desenvolvidas para uso nos jogos de futebol de 5, modalidade paraolímpica praticada por cegos e deficientes visuais. As bolas brasileiras, únicas a serem aceitas em competições esportivas oficiais de todo o mundo, com presença inclusive nas Paraolimpíadas de Pequim, são um símbolo das potencialidades deste País, Sr. Presidente.

Os resultados alcançados em Atenas e em Pequim, se analisados de modo acurado, indicam que o Brasil caminha no rumo certo e que vale a pena insistir nas



políticas públicas de esporte, especialmente se elas são estruturantes, como é o caso dos exemplos citados.

Entretanto, os resultados de Pequim trazem a urgência de pensar no que falta para que os nossos atletas alcancem os resultados esperados e possíveis. Que outras ações precisam ser desenvolvidas? Há que se debater sobre isso, para que as soluções sejam encontradas. Algumas, no entanto, já são evidentes e consensuais.

No caso dos esportes de alto rendimento, falta equipe setORIZADA que envolva vários profissionais, entre os quais um psicólogo, cuja função há de ser a da promoção da auto-estima e da autoconfiança, para que os nossos atletas não sintam o peso dos ambientes de alta competitividade, como vimos acontecer recentemente, por exemplo, com João Derly, Jade Barbosa e Jadel Gregório, entre tantos outros; e também para que, diante do fracasso, que pode acontecer, não se sintam culpados, o que vimos expresso nos pedidos de desculpas de tantos, inclusive do sempre seguro Diego Hypólito.

Faltam, certamente, mais investimentos, sobretudo em determinados esportes. E a maior evidência disso foi dada pela equipe de futebol feminino, que só perdeu o ouro por falta de condicionamento físico, numa situação lamentável e paradoxal com relação à equipe masculina.

Faltam também maiores esclarecimentos da população sobre a Lei do Esporte. Sancionada em dezembro de 2006, ela permite que patrocínios e doações para a realização de projetos desportivos educacionais, de lazer, de alto rendimento e paradesportivos sejam descontados do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas, na proporção de até 6% para pessoas físicas e de até 1% para



peças jurídicas (tributadas com base no lucro real). Informar a população sobre essas possibilidades pode aumentar os investimentos de modo substancial.

Falta, acima de tudo, promover a valorização do profissional de Educação Física, elemento indispensável em qualquer dessas ações e em qualquer outra que se pretenda desenvolver. Do seu envolvimento, do seu empenho, da sua capacitação e do seu bem-estar dependem os resultados finais, não há dúvida.

Reitero, por fim, o valor das lições proporcionadas e apreendidas a partir das Olimpíadas e das Paraolimpíadas de 2008, enaltecendo a importância do esporte como fator de desenvolvimento e inclusão, com a atenção voltada também e especialmente para os portadores de deficiência.

Esses são alguns pontos do debate, nobres colegas. Mas, como disse, o debate há de ser intenso, célere e comprometido, em busca de resultados ainda melhores e para que, em Londres, o Brasil assuma o lugar de relevo que merece no cenário internacional, também na esfera esportiva, um lugar compatível com a sua extensão territorial, com a sua população e, principalmente, com a grandeza de sua gente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Deputada Janete Capiberibe, por 30 segundos.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, no Dia Nacional da Consciência Negra; saúdo a população quilombola do Estado do Amapá; parabênizo as mulheres do IMENA pela luta e a população do Município de Macapá pela eleição da companheira Cristina Almeida, mulher e negra, Vereadora do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro.

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - O próximo orador inscrito é o Deputado Celso Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

S.Exa. é economista, foi por 2 vezes Prefeito de sua cidade, Maravilha — que, por sinal, conheço —, e foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito inicialmente para registrar a presença, nas galerias, do Prefeito Adélio Spanholi, de Piratuba — região de águas termais que recebe turistas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná —, e o Prefeito de Alto Bela Vista, Sérgio Luiz Schmitz, que hoje prestigiam a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, a exemplo do Vale do Silício, na Califórnia, Estados Unidos da América, região na qual está situado um conjunto de empresas implantadas a partir da década de 50 com o objetivo de gerar inovações científicas e tecnológicas, destacando-se na produção de *chips*, na Eletrônica e na Informática, a Capital catarinense, Florianópolis, tem-se destacado na atividade que chega a gerar mais impostos do que o próprio turismo, atividade econômica que é referência na ilha.

O mercado da tecnologia, destacado em reportagem do jornal *Diário Catarinense*, chega a arrecadar o dobro do que arrecada o turismo na Capital. E o crescimento desse setor (*software*, serviços e *hardware*) é vertiginoso: em média, de 20% a 30% a cada ano. Em 2007, o faturamento ultrapassou os 800 milhões de reais.

O turismo, considerado uma das atividades econômicas mais importantes de Florianópolis, arrecadou em Imposto Sobre Serviços (ISS) algo em torno de 240



milhões de reais em 2007, 50% menos do que a Tecnologia, cuja arrecadação no segmento de *softwares* ficou próxima de 480 milhões de reais no mesmo período.

Todos esses números positivos do mercado de tecnologia são resultado, em grande parte, do estímulo ao empreendedorismo. Em Florianópolis, por exemplo, existem pelo menos 2 grandes incubadoras: o Celta e o MIDI Tecnológico. A primeira foi pioneira em incubação no País: nasceu em 1986 e já angariou prêmios na área, assim como o MIDI Tecnológico, que ganhou neste ano o *Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador*, da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), como a melhor incubadora do País.

As empresas que entram nas incubadoras bem pequenas saem desses ambientes preparadas e chegam ao mercado fortalecidas. Lá elas têm uma série de facilidades a um custo mais baixo. A taxa de sobrevivência das que saíram do MIDI Tecnológico é de 93%, enquanto que, segundo o SEBRAE, 90% das empresas brasileiras fecham antes de completar 1 ano de atividade.

Outro grande projeto em execução na Capital catarinense é o do *Sapiens* Parque, cujos editais para obras foram lançados pelo Governador Luiz Henrique no dia 21 de agosto deste ano.

Localizado em Canasvieiras, o parque ocupa área de 4,5 milhões de metros quadrados, sendo aproximadamente 50% do espaço reservados para a preservação ambiental. A estimativa de investimentos nacionais e estrangeiros para os próximos 15 anos gira em torno de 2,5 bilhões de reais. Com a implantação de todos os empreendimentos previstos, a expectativa é de que sejam gerados cerca de 30 mil empregos diretos.



O lançamento tornou-se o grande marco do início da implantação física do empreendimento *Sapiens* Parque. Os editais contemplam 8 unidades a serem construídas no *Sapiens*, destinadas às áreas de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento e Serviços Empresariais. As obras devem começar no início de 2009. Quando estiverem em operação, esses primeiros empreendimentos deverão gerar cerca de mil empregos, ocupando área total construída de aproximadamente 14 mil metros quadrados, com edificações de 2 pavimentos que incorporam tecnologias sustentáveis, tais como reaproveitamento de água da chuva e reciclagem de água.

O setor, entretanto, sofre com a falta de mão-de-obra especializada. Estão à espera de ser preenchidas aproximadamente mil vagas, em contrapartida à boa oferta de crédito oferecida ao setor. A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTTEX) estima que em todo o País há cerca de 20 mil vagas à espera de profissionais qualificados.

Para garantir a continuidade do crescimento, o setor de Tecnologia necessita de apoio para financiar seus projetos. A boa notícia é que, mesmo em meio à crise mundial, as empresas inovadoras têm à disposição uma série de linhas de crédito acessíveis. Uma das beneficiadas é a Bry Tecnologia, de Florianópolis. Em 2007, ela conseguiu aprovar um projeto no Programa Juro Zero da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e captou 450 mil reais.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar as mudanças anunciadas no Sistema S, formado, entre outras entidades, por SENAI, SESI, SENAC e SESC. A partir de agora, o Sistema deve ampliar a gratuidade e o



número de vagas em cursos técnicos de formação inicial e continuada em mais de 2.800 municípios brasileiros. Os decretos que alteram os regimentos dos serviços oferecidos pelo Sistema S foram assinados no início do mês pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que na terça-feira à noite estivemos num jantar promovido pela FENACON. E quero cumprimentar Valdir Pietrobon pelo evento, que reuniu grande número de pessoas extremamente importantes, entre elas a nova Secretária da Receita Federal do Brasil, Dra. Lina Maria Vieira, o ex-Ministro Sepúlveda Pertence e o Ministro José Pimentel.

E quero lamentar porque não vou poder comparecer ao jantar que será oferecido hoje pelo Conselho Federal de Contabilidade. A presidenta do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, convidou-me, mas infelizmente não poderei comparecer porque tenho compromissos em São Paulo aos quais gostaria de estar presente.

E quero reclamar da demora, por parte do Senado, para decidir sobre a alteração do Super-SIMPLES. Que mande para esta Casa o enquadramento dos contabilistas no Anexo 3 da tabela da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o que é essencial e muito importante.

E, com alegria, tomamos conhecimento de que o Presidente Lula disse ontem que vai orientar o Comitê Gestor do Super-SIMPLES a prorrogar para 60 dias o prazo para o pagamento de tributos federais, o que é extremamente importante. Aliás, à medida provisória que trata da prorrogação do prazo para pagamento de tributos apresentamos emenda nesse sentido. Ficamos muito contentes com essa solução.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Eliene Lima, engenheiro civil, professor do CEFET — instituição respeitabilíssima —, que também exerceu mandatos de Vereador de Cuiabá e de Deputado Estadual.

S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer referência aqui a uma reportagem do *Correio Braziliense*, publicada na terça-feira, que diz respeito à superação do ser humano. Em outras palavras, quando se quer alguma coisa na vida se consegue.

A matéria informa o que segue:

“Aos 21 anos, dono de duas bermudas, uma calça, um tênis e três camisetas, Alex Costa Santos se prepara para ser o dono do próprio destino. Hoje cedo vai para a Universidade Católica de Brasília se matricular no curso de psicologia. A aprovação no vestibular, sonho de boa parte dos jovens, representa muito mais para o garoto que há dois anos e três meses mora nas ruas de Brasília. É a conquista da cidadania. Vindo do Mato Grosso” — meu Estado por coincidência — “ele teve como primeiro endereço na capital a comercial da 306 Norte. Se alimentava do que sobrava do verdurão da rua e tomava banho escondido em um supermercado próximo. De lá, após três meses, foi para a Torre de TV. E, com um ano de Brasília, mudou-se para a plataforma inferior da



Rodoviária. Vivia fazendo bicos, guardando carros ou, simplesmente, pedindo dinheiro.

O jovem teve fome e medo do futuro. Também fez uso de diversos tipos de drogas. Quando os outros meninos de rua se encontravam, eram eles que ajudavam a amenizar momentaneamente o desconforto da vida. Entre um cachimbo de crack e uma lata de tinner, aproveitava para ler. 'Os caras reclamavam comigo porque eu gostava de ter minha viagem na companhia dos livros. Não ficava lá trocando idéia com eles', lembra.

A fonte de cultura vinha das prateleiras instaladas nas paradas de ônibus da Asa Norte. Passava horas lendo tudo o que aparecia, desde poesia até textos de livros didáticos. Também lia jornais e revistas abandonados por quem passa diariamente pela Rodoviária. Foi essa mania que preparou o rapaz a superar a primeira barreira. Como não tinha concluído o ensino médio, ele procurou, no início do segundo semestre, a educação de jovens e adultos (EJA) em Taguatinga. Fez uma prova para checar se estava apto a receber o diploma.

'Lá em Barra do Garça fiz todos os estudos, mas não tinha passado nas matérias de exatas. Sempre achei química e física muito difíceis', comenta. Logo no primeiro



exame, foi aprovado. Superado o problema, pôde se inscrever para fazer o vestibular. E, na última sexta-feira, viu o nome exposto na lista de aprovados divulgada pela Internet.

Mas não se engane imaginando que ser aprovado na prova da Católica foi o maior desafio enfrentado por Alex. Ter sobrevivido nos últimos 27 meses foi muito mais difícil. A história do rapaz em Brasília começa com uma grande decepção. Ele veio para cá em junho de 2006 para realizar um sonho: servir na Aeronáutica. O problema é que foi dispensado logo após chegar. 'Liguei para minha mãe contando que tinha passado, quando me avisaram que não ia rolar e me ofereceram o transporte para voltar para casa', conta. 'Não quis porque fiquei com vergonha. Como eu ia voltar para casa pior do que saí?', pergunta.

Sem ter onde ficar, caminhou durante horas e foi do 6º Comando da Aeronáutica (Comar) até a 306 Norte a pé. Lá chegando, conheceu dois meninos de rua que tinham fugido da violência de casa. Passaram a cuidar uns dos outros. Durante mais de um ano, quem conseguia comida, dividia. Quem recebia dinheiro também. Foi nesse período que conheceu as drogas, principalmente o crack. (...)



A vida seguiu desse jeito até ser levado por outro garoto de rua para o GirAção — um projeto social que atende 60 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Agora, o grupo que trabalha no projeto batalha para conseguir uma bolsa para Alex e um emprego para que o jovem consiga caminhar com as próprias pernas.

As educadoras e assistentes sociais do GirAção encontraram em Alex algo que ninguém via nele desde que saiu de casa. ‘Ele é um rapaz muito inteligente e ativo demais. Só precisa canalizar a energia para o bem pessoal. Até agora, ele estava fazendo mal para si mesmo’, afirma Karina Figueiredo, do Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (Cecria). Ela destaca que, mesmo com todos os problemas, ele nunca foi parar na polícia. (...)

A alegria de Alex por ter passado no vestibular só não é maior do que a ansiedade de contar para a família a novidade. ‘Vou ver minha mãe e contar para ela e para o meu pai que eles podem ter orgulho do filho’, conta. ‘Minha mãe estudou até a 3ª série e o meu pai cursou o supletivo quando eu já tinha 15 anos e terminou os estudos antes de mim’.



Hoje à noite, após garantir a vaga, ele segue para Barra do Garça, sua cidade natal, para buscar os documentos. (...)

O GirAção, projeto do Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) e do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, à primeira vista não tem nada demais. Funcionando na antiga casa de passagens para idosos e para população adulta de rua, na frente do Camping de Brasília, o centro é mobiliado com mesas, sofás e camas velhos e exibe desenhos feitos crianças e adolescentes. Mas não se engane com a descrição do lugar. A importância daquele espaço não pode ser vista por olhos pouco sensíveis. E Alex fez dessa referência a sua moradia”.

Parabéns a este jovem que não se abateu pelos percalços da vida! E que o seu exemplo ilumine o caminho de tantos outros jovens que se encontram sem rumo e por isso acham que não têm saída. Têm, sim! Quem acredita sempre alcança!

Sr. Presidente, passo a abordar outro tema.

O Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, chamou a atenção, nesta semana, dos participantes da Conferência de Governadores sobre Clima Global para a redução nos índices de desmatamento em Mato Grosso nos últimos 5 anos. O evento reúne até esta quinta-feira autoridades políticas, pesquisadores e representantes de organizações não-governamentais de todo o mundo em Los Angeles, na Califórnia, Estados Unidos da América.



O alerta para a redução dos índices de desmatamento foi feito por Maggi durante a palestra *Floresta e Agricultura*, proferida pelo Governador na noite de terça-feira. No discurso, frisou a diminuição dos níveis de desmatamento desde 2003, quando assumiu o Governo de Mato Grosso.

A participação no evento internacional, a convite do Governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, é mais uma oportunidade para a missão de Maggi, de tentar, conforme S.Exa. mesmo define, desmistificar a imagem de Mato Grosso diante da comunidade internacional. Para isso, o Governador, que já foi considerado o maior produtor de soja do mundo, frisou durante a palestra que Mato Grosso tem peculiaridades no universo da Amazônia Legal que precisam ser consideradas.

Numa postura relativista, Maggi tem sustentado em suas falas públicas, a exemplo do que fez no evento mundial promovido na Califórnia, que a história de crescimento econômico do Estado nas últimas 3 décadas e as próprias características naturais de Mato Grosso, com 3 biomas diferentes, exigem análise igualmente diferenciada sob o prisma ambiental, o que implicaria, inclusive, regras diferentes no âmbito legal.

Nas explanações, Maggi relatou a participantes o mecanismo do MT Legal, novo programa ambiental já aprovado na Assembléia Legislativa, com o objetivo de estimular a redução do passivo legal acumulado em propriedades rurais do Estado.

Outro ponto abordado pelo Governador Blairo Maggi e que se sobressai em toda a tônica da conferência envolve o programa que trata da implantação de políticas mundiais de redução da emissão de gases do efeito estufa decorrentes da degradação ambiental. Autoridades têm apontado que o grande desafio é o de colocar esse programa, conhecido pela sigla em inglês REDD em franca execução,



trazendo resultados práticos ao meio ambiente. Para Blairo Maggi, o REDD é um dos poucos instrumentos que podem, efetivamente, ajudar no combate ao desmatamento.

Nesses 2 dias de encontro, em que Governadores de todo o mundo trocam experiências, tiveram a rara oportunidade de encontrar um caminho que concilie o desenvolvimento econômico.

A assessoria de imprensa do Governador Blairo Maggi divulgou ainda que S.Exa. assinou protocolo de intenções sobre cooperação ambiental entre Mato Grosso e a Califórnia. Um dos pontos mais importantes do protocolo diz respeito ao compromisso institucional com a redução da emissão de gases poluentes.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 20 de novembro, comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra. Em Cuiabá, Capital de Mato Grosso, bem como no Estado inteiro, é feriado municipal devido à lei da qual fui um dos autores, quando Deputado Estadual, em conjunto com as demais Lideranças partidárias.

Deixo uma reflexão sobre a necessidade de respeitarmos os negros do Brasil.

O Brasil é o segundo País do mundo em afrodescendentes. Segundo estatísticas, negros e mestiços representam praticamente metade da população brasileira, o que significa quase 80 milhões de brasileiros.

Em 1995, ou seja, há 12 anos, foi promulgada a Lei nº 9.125, que instituiu aquele ano como o Ano Zumbi dos Palmares, em homenagem ao tricentenário de sua morte.



Já a Lei nº 9.315, de 20 de novembro de 1996, inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no *Livro dos Heróis da Pátria*, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, aqui perto desta Casa.

Para quem desconhece, há inúmeras razões pelas quais se deve celebrar o dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi, até porque a dimensão de sua luta foi muito maior. Zumbi morreu pelo povo excluído, pela liberdade e pela igualdade. Foi covardemente assassinado e esquartejado em 1865, e sua cabeça ficou exposta na entrada da cidade de Palmares para servir de suposto exemplo a todos os que se identificavam com seu ideal. Por isso, o ideal de Zumbi transcende a ótica de raça ou o drama da escravidão. De fato, por seus anseios libertários, Zumbi não é apenas um herói negro, mas um herói de todo o povo brasileiro.

Zumbi, o negro-rei Ganga Zumba, nobres colegas, que liderou o Quilombo dos Palmares, é um ícone da multiculturalidade e da multirracialidade nacional. Por isso que essa data histórica é por demais importante para todos os brasileiros comprometidos com a construção de uma sociedade em que haja respeito às diferenças e à diversidade étnico-cultural.

É inegável a influência da cultura do negro em nosso contexto social, e a instituição de data comemorativa em ainda poucos 225 municípios brasileiros é, nada mais nada menos, que o reconhecimento da identidade cultural e da cidadania de nosso povo. Assim se justifica plenamente que o aniversário da morte de Zumbi não seja celebrado apenas como Dia Nacional da Consciência Negra, mas também como feriado que leve à reflexão de como hoje em dia os negros ainda procuram seu devido espaço em nossa sociedade.



A negritude no Brasil não tem apenas Zumbi como ícone. Lá no meu Estado, por exemplo, havia uma negra da então Capitania de Mato Grosso chamada Tereza de Benguela, visto que os escravos não tinham sobrenome, daí o Benguela ser uma referência à sua origem. Tereza, Sr. Presidente, era analfabeta e esposa de um escravo que se chamava José Piolho, que não aceitava a sua condição de escravo. José Piolho liderou movimentos em Vila Bela da Santíssima Trindade, então Capital de Mato Grosso, e liderou a fuga de centenas de irmãos negros. Fundou um quilombo — o Quilombo do Piolho —, também conhecido como Quilombo do Quariterê. Depois de algum tempo, José Piolho faleceu, e Tereza herdou o comando.

Essa pode ter sido a única experiência no Brasil de uma mulher que comandou milhares de quilombolas. Tereza de Benguela criou um conselho gestor de todo o quilombo, democratizou as relações de poder e definiu com clareza as atribuições, desde a educação das crianças. Definiu os responsáveis pela produção e também os responsáveis pela própria segurança do quilombo. Durante os anos em que Tereza esteve à frente do Quilombo do Quariterê, sua gente viveu como se estivesse na África, em plena Vila Bela de Mato Grosso, mantendo sua cultura, seus dialetos, seus costumes.

O fato é que o domínio do branco dizimou aquele quilombo. A Câmara Municipal de Vila Bela e os fazendeiros da região patrocinaram uma expedição com o intuito de destruir o quilombo, e assim aconteceu. A meta era a de matar todos os quilombolas, e os que restassem deveriam ser levados de volta a Vila Bela, para que lhes fosse aplicada exemplar punição. Os que foram poupados da morte no quilombo tiveram em Vila Bela suas orelhas cortadas em praça pública e ainda



foram violentamente açoitados. Tereza, nobres colegas, assistiu a tudo e morreu de depressão.

A história é das mais tristes, mas deixou suas marcas naquela região.

Pois bem. Voltemos a Zumbi, que representa todas as Terezas de Benguela que certamente viveram por este País.

Zumbi na realidade se chamava Francisco e nasceu ali mesmo em Palmares. A ausência de dados históricos mais consistentes sobre Palmares era uma forma conhecida de diluir politicamente o episódio na memória dos brasileiros em geral e, especialmente, dos negros.

Mesmo assim, o Quilombo dos Palmares resistiu contra várias incursões sem sucesso promovidas pelo Governo de Pernambuco. O bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, como outras tantas expedições, fracassou na primeira tentativa, em 1692. A guerra continuou por mais 2 anos; e, em 1694, um exército de 9 mil homens destruiu o quilombo.

Caros Parlamentares, esse exército era composto de soldados, detentos, índios, negros e voluntários de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, todos muito determinados a destruir Palmares, a matar Zumbi e a ganhar lotes naquelas terras. Como sempre, a ganância preponderou.

Apesar da destruição do quilombo, Zumbi fugiu, escondeu-se no mato e iniciou uma guerrilha contra Domingos Jorge Velho. Zumbi foi traído por um de seus homens de confiança, Antônio Soares, que, depois de capturado e torturado, conduziu Jorge Velho ao esconderijo de Zumbi, que morreu supostamente aos 40 anos de idade, com tiros e inúmeros ferimentos de arma branca.



Assim como o 21 de Abril se destina à celebração das idéias de outro libertário, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o 20 de Novembro deve, cada vez mais, fortalecer a consciência negra, reverenciando o líder negro Zumbi dos Palmares.

Zumbi será para sempre aquele que lutou por liberdade e justiça para seu povo. Esse exemplo todos nós brasileiros devemos seguir e obrigatoriamente celebrar com reverência.

Sr. Presidente, parabênzo o *Jornal da Câmara* pelo caderno especial que marca a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra. Vários Deputados negros fazem o seu contraponto, em entrevistas concedidas ao jornal.

O Deputado Carlos Santana diz: *“Queremos, em cada Ministério, um percentual de verbas destinado a políticas públicas para os negros”*.

Sobre o Deputado Vicentinho, a manchete do artigo é *Parlamentares analisam sistema de cotas para afrodescendentes*.

O Deputado Domingos Dutra falou sobre o racismo que permeia sociedade e economia.

A Deputada Janete Rocha Pietá falou sobre a pesquisa que mostra que negros ocupam empregos de pior qualidade.

Por tudo isso, é preciso que façamos mudanças em busca da igualdade racial tão propalada.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Manato. S.Exa. é médico e nos orgulha integrando a Mesa Diretora da Câmara. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na bancada do Espírito Santo somos 10 Deputados Federais e 3 Senadores. É uma das menores desta Casa — há bancadas de 2 Estados com 8 Deputados e 3 Senadores. Mas, confesso a V.Exa., estou no meu segundo mandato, estou aqui há 6 anos, e nunca vi uma bancada tão unida em torno de um assunto como o da Reforma Tributária.

A Reforma Tributária estava prejudicando enormemente o nosso Estado porque no seu contexto, no seu relatório preliminar, extinguiu o FUNDAP. Ora, esse fundo tem mais de 30 anos e foi criado para estimular a importação pelo nosso Estado, tendo em vista que o Espírito Santo tem vários portos, o que facilita a mobilização de carga. A nossa malha viária também é muito boa. Pois bem. Essa receita entra no Orçamento dos Estados e Municípios, diferentemente de muitas que existem por aí, e representa 31% do faturamento de ICMS no nosso Estado. O texto da reforma tributária, no entanto, extinguiu automaticamente o FUNDAP, fazendo o nosso Estado perder de um dia para o outro 89 mil empregos, entre diretos e indiretos. A Prefeitura de Vitória perderia 130 milhões de reais, e a Prefeitura de Serra, 70 milhões de reais. Isso fez com que toda a bancada federal, sem exceção, se mobilizasse.

O Governador também foi de determinação ímpar. Tivemos reuniões da bancada com o Governador do Estado, da bancada com o Governador e com o Ministro Guido Mantega, da bancada com o Deputado Sandro Mabel, a quem mando



um abraço fraterno e o meu agradecimento pela consciência que teve em atender ao pleito da nossa bancada. Também quero agradecer ao ex-Ministro Antonio Palocci, que também foi sensível e viu que aquele não era só um fundo, mas uma peça orçamentária, e lhe deu uma sobrevida de mais 8 ou 10 anos, para que o Estado do Espírito Santo possa planejar o término desse fundo e o que fazer com esses 89 mil empregos que serão extintos. Com um prazo de 10 anos é possível fazer esse planejamento.

Há 6 anos o Estado vivia nas páginas policiais; só havia desmando e corrupção; o Estado tinha a Assembléia Legislativa e os demais Poderes envolvidos em corrupção. Ocorre que este momento político do Estado é o melhor possível. Então não poderíamos perder assim esse fundo de compensação, o FUNDAP. Afinal, trata-se de garantir 89 mil empregos.

Então, a todos aqueles atores, a todos os 10 membros da bancada federal de Deputados Federais, aos 3 Senadores, aos Deputados Estaduais, aos Vereadores, a toda a classe política, às lideranças, ao Governador do Estado, ao Vice-Governador, a todos que participaram desse processo, eu agradeço em nome da população do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Domingos Dutra, que é professor, advogado, escritor, foi Vereador, Deputado Estadual e Vice-Prefeito da Capital do Maranhão, São Luís.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pelo resumo da nossa pequena história.

Sras. e Srs. Deputados, a exemplo de outros Parlamentares, quero registrar a comemoração, hoje, 20 de novembro, do Dia Nacional da Consciência Negra, que tem como símbolo Zumbi dos Palmares, figura que simboliza todos os negros e não-negros que lutaram contra a barbárie da escravidão, sobretudo os negros e negras, índios, ciganos e brancos que continuam na luta por um País justo, fraterno, mais igual.

Eu quero, portanto, também dedicar este dia à Nação brasileira, no momento em que o mundo dá demonstrações de que é possível diminuir a intolerância e a injustiça. A eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, que teve a maioria de votos de brancos, é sinal de que o século XXI pode ser caracterizado como o século em que as guerras e as injustiças serão minimizadas e homens e mulheres poderão viver melhor. Portanto, dedico este dia ao Quilombo de Saco das Almas, onde eu nasci, lá em Buriti; a Brejo dos Anapurus; à Dona Raimunda, minha mãe, que tem 92 anos, quebradeira de coco, lavradora e fazedora de filhos, porque teve 20 filhos durante a sua existência; a todas as mulheres; aos quilombolas de Alcântara — que acabaram de ter uma vitória, pois o Governo Lula reconheceu 78 mil hectares de terra em Alcântara como área quilombola, dentro da área da Base Espacial de Alcântara; aos negros, negras, índios, ciganos e também aos brancos, uma vez que



muitos deles, inclusive ricos, já mudaram sua concepção e querem um país mais justo.

Sr. Presidente, já fui crítico do Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, por ter apresentado cerca de 8 decretos legislativos que suspendem portarias referentes à demarcação de terras indígenas. E há um Decreto Legislativo de nº 44 que pretende suspender os efeitos do Decreto nº 4.887, de 2003, do Poder Executivo, que estabelece o rito da discriminação e identificação das terras de quilombos. Porém, o Deputado Valdir Colatto ontem fez um gesto positivo retirando essa matéria da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para possibilitar debate mais amplo com as comunidades negras, os Parlamentares desta Casa e o Governo.

Assim, da mesma forma que tenho sido crítico do Deputado Valdir Colatto, por conta de suas iniciativas que considero supressoras de direitos de negros e índios, quero parabenizá-lo pelo gesto positivo. Desejo ainda que o coração de S.Exa. continue aberto ao debate, que só pode trazer solução se for feito de modo franco e transparente.

Não adianta suprimir direito de negros e índios, porque eles continuarão a lutar e a dizer que também são brasileiros, que têm direito ao sol, à vida, à terra.

Parabéns a todos aqueles que lutam por um país melhor e a todas as comunidades negras. Essa luta deve ser de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Se São Luís do Maranhão e o próprio Estado orgulham-se do Deputado Domingos Dutra, eu fico imaginando uma senhora de 92 anos, com 20 filhos, saber que um deles está aqui em Brasília como Deputado Federal. É um orgulho para nós a presença do nosso companheiro Deputado Domingos Dutra.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Com a tolerância do Deputado Walter Pinheiro, que é o próximo inscrito, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não resta a menor dúvida, preservar a memória é uma das formas de construir a história.

E é focado nessa premissa que parte do País celebra nesta quinta-feira o Dia Nacional da Consciência Negra, data escolhida não apenas para lembrar o assassinato de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares e um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão, ocorrida em 1695, mas também para ressaltar as contribuições culturais que os negros trouxeram ao País e trazer à tona a reflexão sobre o papel de protagonista que a população negra ocupou e continua ocupando na história do nosso País.

Não podemos esquecer, jamais, Sr. Presidente, que Zumbi morreu em combate, defendendo seu povo e sua comunidade. Ele lutou até a morte por esta cultura e pela liberdade dos negros, que colaboraram durante a nossa história quanto às questões políticas, sociais, gastronômicas e religiosas de nosso País.

Com certeza a programação desta quinta-feira nas cidades que estão reverenciando Zumbi deve ser extensa e repleta de reivindicações dos movimentos negro por direitos e políticas públicas. Até porque, Sr. Presidente, os dados estatísticos ainda são vergonhosos para uma Nação que se diz livre e democrática. Basta recorrer ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE para termos uma idéia da discrepância que envolve a raça negra e a raça branca em nosso País. Observa-se, por exemplo, que somente 36,2% dos negros com idade entre 15 e 17



anos cursaram ou cursam o ensino médio no Brasil, contra 60% da parcela de jovens brancos.

Já entre aqueles que têm até 24 anos, por exemplo, 57,2% dos brancos atingiram ou atingem o ensino superior, contra 18,4% dos negros. O rendimento médio da população branca no Brasil é de R\$812 contra R\$409 dos negros, enquanto que entre a parcela de 1% dos mais ricos do País pelo menos 86% dela é formada por pessoas da raça branca.

A edição de hoje do jornal *O Globo* mostra que as vítimas do racismo perdem 57,7% das ações na Justiça e que em segunda instância, por exemplo, os réus, isto é, os brancos, são beneficiados por decisões de desembargadores. Ou seja, em meio às comemorações, hoje, pelo Dia Nacional da Consciência Negra, os números mostram que a Justiça caminha em descompasso com a legislação anti-racista no Brasil. Não sou eu quem diz, são as estatísticas.

Ainda, de acordo com a matéria de *O Globo*, o avanço do arcabouço legal, estimulado por esta Casa, na confecção da Constituição de 1988, infelizmente não é capaz de garantir punição para a maior parte dos infratores, segundo levantamento inédito do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais — LAESER. Análise feita entre janeiro de 2005 e dezembro de 2006 mostra que as vítimas venceram 32,9% dos processos, enquanto que os réus saíram vitoriosos em 57,7% dos casos, nos julgamentos em segunda instância que tratam de racismo.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos entender que o Dia Nacional da Consciência Negra é também o dia nacional de todos os brasileiros que lutam por uma sociedade democrática, igualitária, unindo toda a classe trabalhadora num



projeto de nação que contemple a diversidade engendrada no nosso processo histórico, como bem frisou a socióloga Antônia Garcia, doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Até porque, Sr. Presidente, a desigualdade no Brasil tem, de fato, cor, nome e história. Certamente, esse não é um problema apenas dos negros no Brasil, mas também um problema do Brasil, que é de negros, brancos e de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro, que está no quinto mandato, já foi Vereador em Salvador, Líder do PT e Vice-Líder do Governo na Câmara dos Deputados, e teve expressiva votação nas últimas eleições.

S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a generosidade no tratamento. É muito peculiar o comportamento de V.Exa. na direção dos trabalhos nesta Casa.

Sr. Presidente, assim como diversos Deputados, em especial o Deputado Domingos Dutra — que, na realidade, não tem uma família, mas um colégio eleitoral, pois são 20 irmãos — quero também, Deputado Sarney Filho, fazer o registro deste dia importante, o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, dia em que todos nós demarcamos, no País inteiro, como dia de luta e combate ao racismo; dia de luta pela igualdade racial neste País; dia inclusive em que temos a oportunidade de marcar também a passagem de uma figura como Zumbi dos Palmares, pela sua resistência, pela capacidade de organização.

Portanto, é um dia que nos traz uma série de reflexões para que possamos entender o nosso papel diante de tanta desigualdade, diante da intolerância racial, diante de tantos desafios que o mundo também tem apontado.

Aqui foi citada pelo meu colega Domingos Dutra a experiência da eleição norte-americana, a eleição de Barack Obama, o simbolismo que isso tem para o mundo, não só para o enfrentamento do momento econômico, mas principalmente para a quebra de barreiras, a ruptura na ação racial ou na atitude discriminatória, a ruptura nos padrões instituídos.



Neste período de Governo do Presidente Lula tivemos oportunidade de comemorar vitórias importantes como a aprovação de quotas; o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial; a possibilidade de o povo negro adentrar a universidade, dando-lhe oportunidade no mercado de trabalho, para que a questão salarial não seja utilizada cada vez mais como forma de separação de negros e brancos.

Porém, a maior conquista que temos que realçar neste 20 de novembro é exatamente o debate sobre a questão da igualdade, num processo cada vez mais acentuado de acesso à universalização.

Portanto, quero salientar a importância desta grande data, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Na nossa cidade, Salvador, hoje ocorrem manifestações diversas, como, por exemplo, a caminhada no final da tarde, a caminhada no Curuzu.

A cidade de Salvador, cuja população é, em mais de 80%, composta por negros, foi durante muitos anos marcada pelo racismo e por atitudes intolerantes.

Por todas essas conquistas, creio que é importante que o Parlamento continue dando a sua contribuição para debater esses temas, inclusive na hora em que fecharmos o Orçamento da União, para que tenhamos oportunidade de aporte de recursos para a solução de diversos problemas vividos ainda pelo nosso povo nos quilombos, pelas nossas comunidades quilombolas, quanto à questão fundiária no País, às oportunidades no mercado de trabalho e à educação.

Portanto, no dia 20 de novembro, o Congresso Nacional tem a oportunidade de acentuar essas mudanças e, de uma vez por todas, dar uma contribuição para que vivamos verdadeiramente a igualdade em nosso País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Fernandes, engenheiro civil, ex-Vereador e ex-Secretário Municipal de Infra-Estrutura da capital do seu Estado. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveitando a lembrança de que eu já fui Vereador, quero saudar 3 Vereadores de São Luís que se encontram presentes no plenário: J. Pinto, Marília Mendonça e Joberval Bertoldo, todos acompanhando os Deputados Cleber Verde e Sarney Filho para participarem de reunião mais tarde com o Senador José Sarney.

Na condição de Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, quero louvar os membros da Comissão pelo árduo trabalho que está sendo realizado por nós este ano, com a aprovação, por meio de consenso ou mesmo pelo voto, de projetos bastante interessantes e polêmicos.

Quero anunciar que já pautei e, na próxima quarta-feira iremos discutir, o substitutivo de autoria do Deputado Vicentinho, que trata da redução da jornada de trabalho e do desestímulo a horas extras. Após a análise de 43 projetos apensados à proposta do ex-Deputado Paulo Paim, o substitutivo de S.Exa. indica um consenso. A partir dessa discussão, no dia 3 de dezembro, esperamos aprovar a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

Traz o referido substitutivo alguns acréscimos às disposições legais sobre a hora extra no sentido de desestimular essa prática.

Sr. Presidente, estamos atravessando uma crise mundial e é hora de se discutir também a questão da melhoria das condições do trabalhador e da promoção de incentivos à criação de novos empregos.



Diante da possibilidade de aprovação desse projeto que pretende a redução da jornada de trabalho, podemos encontrar caminhos para que a população brasileira, principalmente o trabalhador, tenha uma melhor qualidade de vida e novos postos de trabalho possam ser gerados.

O trabalhador brasileiro hoje trabalha 8 horas diárias. Por vezes, além das 2 horas extras diárias, gasta outras 6 horas no transporte coletivo. Ou seja, sai de casa às 5 da manhã e volta às 22 horas. Precisamos, portanto, rever isso.

Estamos estipulando jornada máxima de trabalho de 8 horas, com a possibilidade somente de 2 horas extras. Enfim, vamos começar a discutir a matéria, mas ela não será votada no próximo dia 26. Suspendemos a discussão e, se tudo der certo, ela será submetida à votação no dia 3 de dezembro.

Sr. Presidente, também no dia 3 de dezembro, começaremos a discutir um projeto polêmico do Senado Federal, que já está nesta Casa há muito tempo. Trata-se de uma demanda de muitos profissionais médicos, pois o projeto define o que é ato médico.

Ainda estamos no prazo de recebimento de emendas ao substitutivo — uma já foi apresentada pelo Deputado Edinho Bez — e vamos pautá-lo, a fim de dar início à discussão, no próximo dia 3, na Comissão de Trabalho. São necessárias 5 sessões a partir da publicação. Hoje deve completar a quarta sessão e, na próxima terça-feira, o prazo será encerrado.

Enviaremos todas as emendas ao Relator Edinho Bez. Quando S.Exa. as devolver, vamos pautar o início da discussão sobre esse importante projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sarney Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV. S.Exa., que já foi Ministro do Meio Ambiente em nosso País, dispõe de 3 minutos.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, em nome do meu partido, parabenizo toda a comunidade negra do País pelo transcurso do Dia da Consciência Negra, ao mesmo tempo em que me solidarizo com ela.

No estatuto do Partido Verde está muito clara nossa posição contra qualquer tipo de discriminação, principalmente a racial. O Partido Verde é conhecido mundialmente pela pluralidade de idéias que defende e pelos direitos individuais e difusos, cuja defesa é um dos seus objetivos principais.

Mas, Sr. Presidente e caros colegas, não vim ao plenário comentar assuntos propriamente ambientais, vim falar sobre a crise econômica. Ainda há pouco houve na Casa uma reunião com os Ministros da área econômica do Governo, na qual tive oportunidade de me pronunciar dizendo que a crise econômica é apenas o sintoma, a febre, pois a causa real tem fundo ambiental.

Ontem, lendo o jornal *Folha de S.Paulo*, que transcreveu parte da palestra do Presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, vi o seguinte: "*Demora não é mais uma opção e negação não é mais uma resposta aceitável*". No pronunciamento de Obama, gravado em Los Angeles, ele fala: "*Poucos desafios que se colocam diante da América e do mundo são mais urgentes do que combater a mudança climática*". E mais, Obama prometeu investir 15 bilhões de dólares ao ano em pesquisas sobre tecnologia limpa.



Pois bem, Sr. Presidente, enquanto os países desenvolvidos e as sociedades que têm compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a qualidade de vida e com a própria vida no planeta Terra estão preocupados com esses problemas e ligam esse tema à crise econômica, aqui no Brasil, vemos que o Governo está dando ajuda ao setor automobilístico sem exigir nenhuma contrapartida em termos de compromissos sociais, trabalhistas ou ambientais.

Então, Sr. Presidente, temos que começar a discutir nesta Casa como encarar essa crise econômica. Temos que vê-la como algo grave, mas também como uma oportunidade. O Brasil é um país que tem vantagens competitivas na área ambiental. Vamos aproveitar essas vantagens! Vamos reforçar o caráter de nossa energia, que é sustentável, que é limpa; vamos reforçar a necessidade de manter o desenvolvimento sustentável neste País megadiverso; vamos reforçar o seu caráter de país que tem compromissos com a humanidade.

Dentro dessa perspectiva, chamo a atenção dos companheiros e companheiras para que, de agora em diante, não discutamos somente as medidas que têm que ser adotadas para evitar ou diminuir o agravamento da crise. O Congresso tem de discutir também a exigência de contrapartidas e acertos. O Governo não pode ficar dando dinheiro a empresas automobilísticas ou a bancos sem alguma contrapartida, como acontece nos Estados Unidos. Só que, naquele país, o Congresso não aprovou tão-somente uma ajuda para o setor automobilístico; ele está discutindo como esse setor tem de se comportar, que tipo de produto irá fabricar. Seria o carro *flex*? E as indústrias têm ainda de pesquisar novos modelos que não emitam gases que aumentem o efeito estufa.



Precisamos incorporar essa prática à cultura do nosso Poder Legislativo. Não é porque existe uma grande crise mundial que precisamos ficar dizendo amém a tudo que vem de fora.

É preciso que o Congresso Nacional se imponha, e é nesse sentido que, a partir de agora, o nosso partido irá trabalhar nesta Casa. Precisamos exigir contrapartidas daqueles que estão recebendo o dinheiro do povo brasileiro. Não é possível que esse dinheiro seja usado apenas para tirá-los da crise, sem que haja nenhuma contrapartida, nenhum compromisso social e ambiental.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Gerson Peres, que foi Deputado Estadual, Vice-Governador do Pará, Secretário de Estado em várias Pastas e está no seu sexto mandato nesta Casa.

S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. GERSON PERES (PP-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos enfrentar um grande debate nesta Casa: o da infidelidade partidária. O Deputado Flávio Dino apresentou projeto nesse sentido, em que estabelece uma grande abertura e entra em choque, em confronto, com a determinação do Supremo Tribunal Federal, o guardião e o intérprete da Constituição, em relação ao art. 17, que trata exatamente da organização partidária.

Se o Supremo decidiu que o mandato é do partido, há que se conseguir formatar uma norma que possibilite a mudança do partido, porque não existe nenhuma medida legislativa no mundo que possa ter caráter absoluto sobre a liberdade individual. Pode-se compatibilizar o paradigma estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral com uma norma constitucional. Para isso basta uma norma nesse sentido, o que sugiro e encaminho ao debate desta Casa.

Temos aqui 3 grupos de opiniões. O primeiro é aquele que realmente abre a janela. Outro grupo é o da Justiça, que determina que o mandato é do partido. E o terceiro grupo é o que eu quero interpretar. Vamos elaborar um artigo estabelecendo a não-renúncia do mandato, com prejuízos ao próprio cidadão que se elegeu com tanto sacrifício para chegar a uma Câmara Legislativa. Como fazer?

Ora, quando uma pessoa casada se divorcia, ela fica com os efeitos decorrentes dos compromissos e contratos assumidos durante o casamento, com os filhos, até que eles atinjam a maioridade, e também com a ex-esposa. São os efeitos



decorrentes. Então, quando uma pessoa quer mudar de partido, ela pode fazê-lo na convenção que a lei determina para os partidos. Nessa ocasião, ela se candidata a fazer parte do outro partido que escolheu, mas sofrerá os efeitos decorrentes das obrigações que tem com o partido que vai deixar, e até o término do seu mandato.

Explico de maneira mais clara: a pessoa terá que continuar até o último dia do seu mandato, dia 31 de dezembro, obedecendo às diretrizes partidárias e ao programa partidário do partido pelo qual se elegeu. Desse modo, ela não precisa perder os seus vencimentos, e não se pode dizer que ela está barganhando; ela está fazendo tudo com transparência. E, no dia 1º de janeiro, ela virá à Câmara para ingressar no novo partido que escolheu em nova convenção.

Trago essas considerações porque temos que definir essas normas, não como consta do bem-preparado projeto do Deputado Flávio Dino mas que traz uma série de grandes falhas e não estabelece prazos para a tramitação processual da cassação do mandato. E no período em que está, vamos dizer, licenciado pelo primeiro partido, não pode traí-lo. O Parlamentar pode perder o mandato se a Executiva ou o Diretório do partido estabelecerem que ele tem de votar com o partido de origem. Mas essa seria uma modalidade que poderíamos criar.

A infidelidade partidária não pode ser tão rigorosa a ponto de não nos permitir ter novas idéias. Todo cidadão tem novas idéias. Isso não vai comprometer a dignidade do Parlamentar. Ele pode praticar esse ato transparente e público.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a gentileza de ter-me prolongado o tempo. Eram essas as considerações que queria fazer, na singeleza de uma modesta e despretensiosa explicação. Dessa forma, procuro aliados para esta proposta que, acredito, vai resolver o problema do paradigma de que o mandato é do partido e quem mudar de partido perde o mandato.

Muito obrigado.



O SR. PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Governadora Yeda, do meu Estado do Rio Grande do Sul, conseguiu uma façanha inédita, sem aumentar impostos — aliás, até diminuindo alguns índices de cobrança de impostos, como o ICMS, sobre alguns produtos: zerar um déficit que vinha se arrastando há mais de 30 anos.

Hoje, o Rio Grande do Sul comemora o déficit zero no orçamento encaminhado. Nesse mesmo tempo, repito, sem aumentar impostos — eu mesmo defendi essa tese e votei contra, e, sendo Líder do meu partido, renunciei à Liderança para votar contra o aumento de impostos —, a Governadora Yeda conseguiu brilhantemente zerar o déficit.

Nesse mesmo tempo, meu caro Presidente, conseguiu concluir muitas das obras iniciadas, iniciar o pagamento dos precatórios, pagar o décimo terceiro que vinha sendo pago através de empréstimo aos bancos; conseguiu regularizar os pagamentos, fazer o pagamento dos funcionários, que antes eram parcelados — é preciso que se diga: sem se descuidar das obras necessárias à infra-estrutura e ao funcionamento do Estado.

A Governadora Yeda conseguiu renegociar a dívida e estabelecer uma forma de gestão que marca, sem dúvida alguma, o seu Governo. Agora, déficit zerado, a Governadora terá a tranqüilidade necessária para iniciar as obras de infra-estrutura a cargo do Governo do Estado.

Quero dizer, e já o disse em outras ocasiões, que o Governo da República, o Governo do Presidente Lula, não tem auxiliado o Rio Grande do Sul.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer de um projeto inédito que a Governadora Yeda Crusius está estabelecendo, é o Projeto de Irrigação. O Rio



Grande do Sul é um Estado produtor, agrícola, que necessita, portanto, de novas tecnologias. Não adianta ter pivôs para a produção, para a irrigação, se não houver água necessária. A Governadora Yeda estabeleceu então um programa capaz de permitir àqueles que querem introduzir essas novas tecnologias água suficiente para que se tenha mais produtividade nos campos. Quero cumprimentar, em nome da bancada federal de meu partido, a Governadora Yeda, fazendo votos de que S.Exa. continue assim, administrando bem o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Acabamos de ouvir o Deputado Professor Ruy Pauletti, que foi Reitor da Universidade de Caxias do Sul. Por aí se mede como temos pessoas qualificadas em nosso meio.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/PRB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar a presença nesta Casa dos Vereadores de São Luís: Jota Pinto, Joberval Bertoldo e Marília Mendonça. Eles também clamam, junto aos demais Vereadores do nosso País, a aprovação imediata da PEC nº 333, que se encontra no Senado Federal.

Os Vereadores estarão em audiência com Senadores para buscar entendimento, na indicação da relatoria do projeto que lá se encontra, na Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de pedir, considerando-se que há uma controvérsia em relação aos repasses dos recursos, no sentido de que seja votada apenas a parte que trata do aumento do número de vagas de forma proporcional ao número de habitantes do Município.

É possível fazê-lo. E o que os Vereadores querem, de modo geral, é a aprovação dessa parte que trata do aumento do número de vagas dos Vereadores, de forma proporcional ao número de habitantes.

Sr. Presidente, aproveito esta manhã também para registrar um fato que me chama a atenção. Foi publicado em jornal que o INSS reduz aposentadoria de ex-combatente da 2ª Grande Guerra.

Mais uma vez, vemos casos como esse, envolvendo segurados e ex-combatentes, ou dependentes de ex-combatentes, viúvas, viúvos, que recebiam seus benefícios há mais de 30 anos, 40 anos. Sabemos que esses benefícios são defasados. Assim mesmo, o Governo aplica uma forma de reajuste, de revisão de proventos, após 30 anos de recebimento do benefício, e, neste momento, reduz em



quase 50% o benefício dos ex-combatentes e também os das viúvas de ex-combatentes.

Portanto, isso me chama a atenção. Vou fazer, inclusive, uma visita ao Ministro para buscar informações, porque não se pode conceber que, para pessoas que recebem benefícios há mais de 30, 40 anos, venha agora uma legislação dizer que, à época, a concessão do benefício foi equivocada ou não se aplicaram os índices corretos e que, portanto, não faz justiça. Ora, essas pessoas têm hoje 80, 90 anos de idade. É neste momento que mais precisam desse benefício, e aí vem o INSS e diminui o seu rendimento.

Portanto, tenho aqui matéria jornalística que traz inclusive nomes de pessoas que tiveram seus benefícios reduzidos de forma bastante drástica. Isso penaliza e traz, certamente, dificuldade para a manutenção do poder de compra e, obviamente, para a manutenção dessas famílias.

Portanto, quero fazer este registro e aproveitar para dizer que esta Casa tem, mais do que nunca, oportunidade de manifestar o apoio aos nossos aposentados.

O Senado aprovou mais de 3 projetos importantes em benefício do aposentado e pensionista, e, portanto, fez a sua parte. Agora cabe aos Srs. Parlamentares desta Casa mostrar interesse e manifestar de fato apoio aos nossos aposentados.

Aproveito a oportunidade para solicitar aos aposentados brasileiros que procurem um Parlamentar do seu Estado, para que ele possa defender aqui principalmente o projeto aprovado no Senado, que trata da correção das aposentadorias para acima do mínimo, o PLS nº 58. Da mesma forma, peçam o fim do fator previdenciário. E aqui lembro um outro projeto que está aguardando ser



colocado na pauta: uma emenda do Senador Paulo Paim que requer reajuste dos benefícios com o mesmo índice do salário mínimo.

Portanto, são projetos relevantes, Sr. Presidente, e esta Casa deve demonstrar aos aposentados brasileiros que está de fato comprometida com homens e mulheres que já contribuíram muito com o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - O Deputado Cleber Verde, que se manifestou sobre assuntos relacionados à Previdência, já foi o gerente regional do INSS no Maranhão.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Homero Pereira, que já foi Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso e Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. HOMERO PEREIRA (PR-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para resgatar um assunto que levantamos na semana passada. O Governo precisa abrir urgentemente uma agenda emergencial para tratar das questões da agropecuária, em função do agravamento da crise.

Elenquei naquela oportunidade alguns pontos, de tantos que nos afetam: política agrícola, infra-estrutura e logística, regularização fundiária e política ambiental.

Pois bem, Sr. Presidente, a mídia especializada estampa nesta semana em suas manchetes algumas ações que vêm sendo levantadas e que tinham sido por mim abordadas na semana passada.

Por exemplo, na área de política agrícola, o Ministro da Agricultura e o Presidente do Banco do Brasil falam de um novo modelo de financiamento da nossa agricultura, tema que há anos tenho levantado, pois o atual modelo de financiamento da agricultura e da produção brasileira está em xeque.

Nesse sentido, o jornal *Valor Econômico* publicou matéria com uma nova proposta sobre o sistema de crédito rural que vem sendo gestada pelo Banco do Brasil, incluindo a compulsoriedade da adesão ao seguro rural, a proteção de preços e o uso dos fundos garantidores.



Acredito que temos de caminhar nesse sentido. O atual modelo está esgotado, os recursos são insuficientes para atender a demanda, deixando o produtor rural, principalmente os da fronteira agrícola, à mercê da vontade das multinacionais.

Em relação à agricultura brasileira, especificamente no meu Estado de Mato Grosso, um grande produtor de alimentos, temos mantido na agenda esse assunto devido às dificuldades de crédito, além dos problemas estruturais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto outros setores da economia começam a perceber os sintomas da desaceleração da economia, o produtor rural já começa a perder os seus instrumentos de trabalho, como máquinas agrícolas, no momento mais crítico da safra: o plantio.

Na última semana, só na região de Rondonópolis, absurdamente, 70 produtores tiveram seus tratores seqüestrados, com mandado de busca e apreensão pelo banco de fábrica.

Para conter essa situação, a área econômica do Governo reuniu-se com o Presidente da República e com o Conselho Monetário Nacional. Além disso, divulgou a abertura de uma linha extraordinária de crédito para que os agricultores possam refinarçar os 40% devidos na parcela deste ano.

Espero que isso chegue na mão do produtor, porque debitado na mídia já está. Espero que o produtor seja creditado com esse recurso, para que possa ter tranqüilidade para trabalhar.

Sr. Presidente, os produtores do Estado de Mato Grosso e de todo o Centro-Oeste, região reconhecida pelo Governo, onde o problema é mais agudo, aguardam, ainda nesta semana, medidas que possam efetivar o que foi ali anunciado.



Nesse sentido, o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que, além de ser um dos maiores produtores rurais, governa um dos grandes Estados produtores deste País, já disse à imprensa nacional e até à norte-americana nesta semana que a bolha do *subprime* agrícola estourou.

Temos, portanto, de rever conceitos e quebrar paradigmas, enfim, fazer uma reengenharia para tentar produzir com tranqüilidade, financiar o setor, torná-lo mais competitivo sob todos os aspectos, dar-lhe sustentabilidade econômica, social e ambiental, sob pena de todos sucumbirmos.

Esperamos voltar a este assunto oportunamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Britto, médico, professor universitário, já foi por 2 vezes Prefeito da grande cidade de Jequié, na Bahia.

S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho falar de um tema que acho por demais interessante: as ferrovias. No passado, o Brasil foi um país eminentemente ferroviário, mas com a industrialização as rodovias tomaram esse lugar. Agora, graças a uma ação efetiva do Governo Lula, voltamos ao sistema ferroviário.

Foi construída a Ferrovia Norte—Sul. Mas eu quero mesmo falar neste instante é da Ferrovia Oeste—Leste, que irá do Município de Figueirópolis, no Tocantins, até Ilhéus, na Bahia. Sabemos perfeitamente que o oeste da Bahia, assim como o Estado do Tocantins, é uma região agrícola e altamente rica em minério. A construção dessa ferrovia irá por certo ampliar a produção, baixar custos e melhorar os transporte e a segurança. Ou seja, passaremos a utilizar um meio de transporte relativamente barato e seguro.

A Ferrovia Oeste—Leste terá 1.504 quilômetros de extensão. Como eu disse, sairá de Figueirópolis, no Tocantins, exatamente no entroncamento com a Ferrovia Norte—Sul e, a partir daí, desce até o Estado da Bahia, chegando a Ilhéus, onde será construído um novo porto, tendo em vista que o atual precisa ser dragado constantemente. Além da construção desse novo porto, outro será construído pela iniciativa privada para facilitar o escoamento da produção. A obra está orçada em 9 bilhões de reais, mas o Governo Federal não precisará utilizar todo esse montante.



O sistema de concessão dará ao Governo a oportunidade de reduzir à metade o custo de construção da ferrovia Leste—Oeste.

Parabenizo, por essa empreitada, o Governo Lula, a VALEC, empresa pública responsável pela construção da ferrovia, e, de forma especial, o Sr. Juquinha, diretor da empresa e um dos grandes patrocinadores dessa obra.

A construção da ferrovia gerará aproximadamente 50 mil empregos diretos. Num momento em que buscamos novas oportunidades de emprego, por certo a ferrovia Leste—Oeste contribuirá para que tenhamos o melhor escoamento da nossa produção, o barateamento do custo e a geração de emprego e renda para a nossa população.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - V.Exa. será atendido.

Durante o discurso do Sr. Roberto Britto, o Sr. Osmar Serraglio, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Manato, 1º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Dando continuidade ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, Sras. e Srs. Deputados, a agricultura brasileira tem sido considerada uma âncora verde fundamental para amenizar os efeitos que a crise dos mercados financeiros estão provocando na economia brasileira.

Recentemente, o Governo anunciou medidas de incentivo à produção agrícola, como, por exemplo, a prorrogação das dívidas rurais por até 2 anos e a liberação de recursos para o financiamento da próxima safra.

Essa atenção especial do Governo e de representantes do agronegócio é louvável, pois sabemos que o setor tem amargado perdas irreparáveis nos últimos anos, principalmente agora com essa crise mundial, e merece ser acompanhado de perto para que continue a dar os frutos que o País vem colhendo com a agricultura.

Não é à toa, Sr. Presidente, que, em tempos de crise como esta que atravessamos, o agronegócio é o setor que carrega o piano para o País, ou seja, o que ajuda a equilibrar as contas e continua a produzir, mesmo em tempos difíceis.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é fundamental uma atenção especial do Governo neste momento, pois as reivindicações dos produtores visam a uma boa colheita na próxima safra e à garantia das futuras.

Para se ter uma idéia do que estamos falando, a agricultura brasileira é a principal atividade econômica de 4 mil Municípios no País, sendo necessária para o equilíbrio da inflação e do superávit primário, além de alavancar a geração de emprego e renda de milhões de famílias.



É importante ainda ter em mente que o País pode e tem condições suficientes de assumir o papel relevante de fornecedor de alimentos para o mundo, em um período de médio a longo prazo, já que o mundo continuará consumindo e precisando de um mercado fornecedor.

Portanto, são fatores que apontam para um futuro promissor da agricultura brasileira. No entanto, é preciso que o Governo continue atento e, não apenas isso, invista também maciçamente nesse setor, que, considerando toda a cadeia agrícola, desde a produção de insumos, passando por maquinários e os produtos gerados, responde por nada menos do que 32% do Produto Interno Bruto.

Pequeno produtor que sou e representante de uma região extremamente agrícola, estou muito preocupado com a demora, com a morosidade que existe em toda iniciativa, em toda atitude do Governo a que pertença. Por isso, estou aqui hoje para fazer essa chamada, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Manato, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, quero fazer 2 registros, um dos quais tem a ver com a profissão da esposa de V.Exa., homenageada aqui ontem, merecidamente.

Está sendo realizado, na Comissão de Seguridade Social e Família, com a presença de S.Exa., o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, um seminário em comemoração aos 20 anos do Sistema Único de Saúde.

O SUS tem seus problemas, tem suas dificuldades, é verdade, mas se não fosse ele, nos rincões do nosso País, muita gente não teria acesso sequer a uma aspirina.

Faço aqui uma homenagem à Unidade de Saúde Dr. Oswaldo Brandi Faria, do Município de Mirandópolis, dirigido pelo Dr. Isaac Sumita, a toda a sua equipe, a todos os profissionais da saúde. Esse hospital foi levado para lá na década de 60 por meu pai, Jorge Maluly Neto, então Deputado Estadual, e leva o nome do meu saudoso avô, que também era médico, o Dr. Oswaldo Brandi Faria.

Portanto, a minha homenagem a todos aqueles que se dedicam ao próximo por intermédio do SUS.

Quero fazer outra homenagem, Sr. Presidente — e, lamentavelmente, não está mais conosco o querido e saudoso Deputado Ricardo Izar, se não certamente estaria aqui para fazer esta homenagem.

No próximo dia 22, comemora-se o Dia Nacional do Líbano. Sou descendente de imigrantes libaneses. Meu avô veio pequenino para o Brasil, com o seu pai. Instalaram-se na região de Piraju. Passou a primeira noite, Deputado Dr. Talmir,



numa fazenda, num celeiro, como muitos imigrantes que para cá vieram começar vida nova.

Quero fazer esta homenagem também em nome do Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano — em nome da qual falo —, Deputado Nelson Trad, que me passou essa responsabilidade.

Nós, descendentes de libaneses — e temos no Brasil a maior colônia sírio-libanesa fora do Líbano —, alguns dias atrás, comemoramos os 50 anos da Câmara de Comércio Brasil-Líbano. Quero homenagear o Sr. Embaixador Fouad El Khoury e, por seu intermédio, todas as autoridades libanesas no Brasil.

O Líbano foi conhecido no passado como a Suíça do Oriente Médio, mas, infelizmente, a guerra civil e a guerra religiosa maltratam aquela região. Lutamos e torcemos para que a paz chegue à Palestina, a Israel e a todo aquele povo, para que todos possam ter mais tranqüilidade e uma vida melhor.

Sr. Presidente, ontem vimos aqui muitas Parlamentares, com razão, fazerem menção ao transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra. E é com muito orgulho que também homenageio todos aqueles que deram até mesmo a vida pelo Brasil, para transformá-lo no que é hoje.

Na minha família trabalhou uma senhora, D. Iria, que tenho certeza está junto de Deus. Ela foi um exemplo de ser humano. Era uma negra maravilhosa, apaixonante, que deixou uma lição de vida para a minha sogra, para a minha esposa, para todos nós. Ela criou 3 gerações da minha família. Assim, em memória dela, faço esta saudação.

Finalizo, mais uma vez parabenizando todos nós que somos descendentes de imigrantes — eu, particularmente, de libaneses — italianos, espanhóis, africanos,



Índios, japoneses, sírios, alemães, poloneses, russos, iugoslavos, porque o Brasil é isto, Sr. Presidente: uma mistura de raças que formou este grande povo que é o brasileiro.

Parabéns a todos nós, brasileiros!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro, engenheiro elétrico, pós-graduado em Sistema Elétrico de Potência, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1980, que tão bem exerce seu quarto mandato pelo PT de Pernambuco. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores que conosco participam desta sessão, somo-me aos que aqui vieram saudar a Semana da Consciência Negra, a luta histórica dos descendentes africanos que construíram a riqueza brasileira, responsáveis pelos momentos de afirmação do Brasil, e submetidos ao duro e vergonhoso processo de escravidão.

A instituição do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra revela os espaços conquistados pela luta civilizatória de combate ao racismo, de combate à escravidão e ao trabalho escravo, que se mantém acesa nos 4 cantos do Brasil, com todos aqueles que hoje festejam, celebram e lembram a história do povo negro neste País. Portanto, o 20 de novembro passou a fazer parte do calendário nacional como uma das datas da afirmação da nossa consciência de país e de nação, a partir da luta do povo negro.

É evidente que existe o 13 de Maio, que foi consequência de uma ação da minoria branca, em sucessivos processos de abrandamento do processo de escravidão, sendo o País um dos últimos a acabar legalmente com a escravidão.

Temos que comemorar essa luta e, ao mesmo tempo, saudar todos aqueles que têm ampliado os espaços e o processo de afirmação dos direitos do povo negro.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui registrar ações de governo que hoje buscam aprofundar esse reconhecimento, como as cotas para negros nas universidades e os programas sociais, como o Luz para Todos, que está levando energia elétrica a todas as áreas quilombolas do País. Isso é muito importante para inserir essas populações, com dignidade, no processo de construção da democracia em nosso País.

O 20 de novembro é uma data que não podemos esquecer. Mas na imprensa nacional vejo alguns jornalistas querendo esconder o processo de preconceito — há necessidade de políticas afirmativas para combater o preconceito — e a tentativa de reduzir o conflito racial existente no País. Temos que condenar isso. Não podemos desconhecer que o preconceito ainda persiste no País como elemento cultural. Não é à toa que se vêem poucos generais negros, poucos cardeais negros, poucos cientistas negros. As oportunidades não foram iguais para todos.

Por isso, neste dia, todos nós queremos reafirmar esta luta, este momento de soberania, de afirmação da democracia, que é a luta pelo aprofundamento da consciência negra em nosso País.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que estou apresentando, na Comissão de Legislação Participativa, pedido de audiência pública para tratar da agressiva e violenta política de agrotóxicos em nossa agricultura. Está havendo liminares da Justiça, conferidas a proprietários e sindicatos de produtores de agrotóxicos, com as quais se tenta impedir a análise de agrotóxicos que são proibidos em outros países, mas que são vendidos, são comercializados em nosso País.



Esse é um dado extremamente grave. Vários agrotóxicos proibidos nos Estados Unidos, na China e na Europa são aqui vendidos, e nós consumimos esses agrotóxicos junto com frutas, leguminosas e hortaliças. Esse veneno está sendo levado à mesa do povo brasileiro.

Requeiro, portanto, audiência pública para obter esclarecimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ministério da Agricultura, junto com a Justiça, que vem impedindo que a ANVISA faça a rigorosa seleção desses agrotóxicos que, infelizmente, proibidos em outros países, são utilizados no Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Talmir, médico pediatra, Presidente do Partido Verde em Presidente Prudente, que tão bem exerce seu primeiro mandato pelo PV de São Paulo.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Carlos Manato.

Gostaria de parabenizar D. Maurício Grotto de Camargo, sacerdote prudentino, que estava exercendo a função de bispo auxiliar na cidade de Assis e foi anunciado Arcebispo da Arquidiocese de Botucatu. Um grande amigo, que, tenho certeza, vai alçar vôos em atitudes realmente dignas da competência, da fidelidade dele à Igreja, à ética, ao compromisso com o povo. Parabéns à família Grotto e à família Camargo.

Hoje estivemos na CNBB por conta da missa que lá é celebrada uma vez por mês, para a qual os Deputados e Senadores do Congresso Nacional são convidados, sempre sob a coordenação do Padre Ernane. Na companhia do Padre Aleixo e dos Deputados Padre José Linhares e Luiz Couto, tivemos a satisfação de assistir à homilia proferida pelo Ministro Patrus Ananias, que, com muita dignidade, nos deu uma aula de história sobre o Oriente Médio, a humanidade e a divindade de Jesus Cristo.

Nessa mesma missa foi mostrada a importância do acordo feito entre a Santa Sé e o Estado brasileiro e passada uma nota da CNBB para cada um dos Parlamentares presentes, Deputados e Senadores, que passo a ler:

“O Acordo firmado nesta quinta-feira, 13 de novembro, em Roma, entre a Santa Sé e República Federativa do Brasil, responde a uma exigência de



natureza jurídica da Igreja e recolhe, num único texto, o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Sempre presente na história do povo brasileiro, a Igreja Católica é reconhecida em sua personalidade jurídica pela doutrina e jurisprudência brasileiras desde a Proclamação da República. O Acordo, solicitado há alguns anos pela CNBB, vem, portanto, consolidar e formalizar esta situação já existente, dirimindo dúvidas de interpretação que ocorrem com certa freqüência em casos como os de personalidade jurídica de dioceses, paróquias e outras instituições eclesíásticas.

A identidade específica da Igreja consiste no anúncio do Evangelho. No cumprimento desta sua missão, a Igreja quer atingir a pessoa humana em sua integridade, consciente de que ela vive numa sociedade que é regida por normas e leis. Para sua atuação na sociedade, a Igreja necessita de um arcabouço jurídico. É este o objetivo do acordo” — então realizado com a presença do Presidente Lula junto com o Papa Bento XVI.

“Este Acordo não concede privilégios à Igreja Católica nem faz nenhuma discriminação com relação às outras confissões religiosas. Cada um de seus artigos respeita o ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição Federal e demais leis brasileiras, bem como



a paridade de tratamento a outras entidades de idêntica natureza, quer sejam de caráter religioso, filantrópico, de assistência social, de ensino e outras, excluindo-se, portanto, qualquer possibilidade de discriminação entre elas.

Consciente desta necessidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB acolhe com satisfação este ato de respeito mútuo entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, imploramos ao Espírito de Deus que ilumine as mentes e os corações de todos na busca de uma sociedade justa e fraterna.”

Sr. Presidente, esse acordo deve ser ratificado pelo Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Quero dizer que, na próxima semana, estará aqui conosco a Pontifícia Academia para a Vida, que tem como referência a primeira universidade do mundo, que se estabeleceu em Roma com critérios científicos e que traz para nós a definição em relação à questão da vida.

Os Deputados Hugo Leal e Colbert Martins estarão presentes, fazendo referência à ortotanásia e à inseminação artificial. Todos os Deputados e Senadores estão convidados também para este momento.

Obrigado, Presidente Manato.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Concedo a palavra à jornalista, Deputada Federal Constituinte, ex-Secretária de Desenvolvimento e de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo, filiada ao PMDB desde 1982, que exerce tão bem seu quinto mandato pelo Espírito Santo, Deputada Rita Camata.

S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, querido Presidente Manato, que honra o Espírito Santo não só com seus mandatos, mas presidindo os trabalhos nesta Casa.

Sr. Presidente, nesta manhã, vou fazer o que não pude fazer ontem à noite.

Primeiro quero cumprimentar o jornal *Correio Braziliense* e as jornalistas Érica Montenegro e Helena Mader pela excelente reportagem que fizeram em 12 páginas, num Caderno Especial intitulado *Reféns do Abandono — A vida depois da violência sexual*.

Elas estiveram em 17 cidades, nas Regiões Norte, Nordeste, e Sudeste do País, além de Brasília, também incluída na megamatéria do *Correio*. Duas equipes percorreram 15 mil quilômetros, de avião, carro, ônibus e barco, num período de 29 dias, e as jornalistas responsáveis pela reportagem concentraram sua investigação no tipo de atenção dada a crianças e adolescentes vítimas de abuso, violência, e exploração sexual, registrando com muita presteza as falhas no atendimento a essas vítimas e mostrando um processo perverso e cruel, em que as crianças, de forma precoce, são aviltadas na sua condição mais peculiar, como frágeis seres humanos, indefesos, que não tiveram a oportunidade de outro caminho. E são duplamente penalizadas: por estarem tendo seu corpo usado, ainda na infância e por serem consideradas objeto, pelos adultos, por não haver punição severa a esses



adultos, criminosos inescrupulosos. E essas vítimas acabam tendo que sair do aconchego das suas famílias para tentar uma nova vida.

As jornalistas assinalaram o sofrimento desses meninos e meninas não apenas com o abuso, a violência, mas várias vezes, desde a apuração das denúncias, passando por hospitais e até tribunais.

Além disso, foi constatado que a instituição escola não está preparada para incluí-las. Como conseqüência, sem suporte psicológico e assistencial adequados, a tendência é a reprodução, ou o prosseguimento do ciclo de violência. Esses cidadãos e cidadãs passam por diversos encaminhamentos sem que nenhum órgão assuma efetivamente sua proteção e atendimento como determina a lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990).

As repórteres avaliaram também, como grave falha nessa área, a impunidade. Não se vê efetivamente a responsabilização e punição legal do agressor, e as vítimas se sentem inseguras, vulneráveis. Crianças e adolescentes abusados passam a ser duplamente violentados, pois passam de vítima a réu, condenados à clandestinidade, à falta de teto, de suporte familiar, vitimados pelo desamparo do Estado, pela humilhação. Também não se vê o cumprimento da lei quanto, a oferta de tratamento psicológico — se for o caso — para os agressores, que paralelamente à pena, deveria ser implementado.

Diante do curto tempo para esta manifestação na tribuna, Sr. Presidente, posto que há inúmeros aspectos da matéria a serem citados, como a importância da denúncia aos órgãos competentes, o pequeno alcance da estrutura da rede de atendimento às vítimas de violência sexual, solicito a inserção nos Anais da Casa



dessa matéria do *Correio Braziliense*, como fonte histórica e de pesquisa sobre o tema.

É lamentável que pela omissão e negligência da sociedade, das autoridades competentes, e até das próprias famílias, situações como as mostradas pela reportagem especial do *Correio* se perpetuem.

O abuso, a violência, a exploração sexual de crianças e adolescentes, é intolerável em qualquer caso, é crime, e isso simboliza a ineficiência, o fracasso das instituições que devem proteger esses seres.

Infelizmente o sentimento de impunidade permeia essa situação, pois os criminosos sentem-se inalcançáveis pela Justiça. O abandono, a omissão, a falta de políticas públicas concretas, principalmente na área da educação, mantém meninas e meninos vitimados como condenados.

Nosso País tem um Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual, e sediará, na próxima semana, no Rio de Janeiro, o Terceiro Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Que tipo de anfitriões somos nós? Que exemplos positivos podemos dar aos 110 países que estarão presentes nesse Congresso? Neste momento de debate sobre o problema é importante a união de todos os atores da luta pela infância e a parceria da mídia para se dar um basta à este tipo de crime.

Reforço, Sr. Presidente, a solicitação do registro nos Anais da Casa da matéria do *Correio Braziliense*, e meus cumprimentos às 2 jornalistas que coordenaram a matéria.

Sr. Presidente, quero ainda, com muita indignação, fazer aqui o meu protesto à forma jocosa, deseducada, deselegante do nosso Presidente Arlindo Chinaglia.



Sinto não estar falando na sua presença, porque ontem não me foi permitido. O Presidente Arlindo Chinaglia tem transformado o tratamento a vários pares desta Casa, Deputados como ele, num processo rotineiro de falta de respeito aos Parlamentares.

Eu deixo aqui o meu protesto, a minha indignação pela forma como fui tratada ontem à noite, quando pedia para que pudesse me manifestar não só sobre a importância do registro da matéria do *Correio Braziliense*, mas também sobre os 20 anos do SUS, sobre o qual hoje está sendo realizado um seminário.

Não desrespeitei o Regimento Interno. Todos nós temos obrigação de respeitar o Regimento Interno, como S.Exa. o Presidente Arlindo Chinaglia.

Quando me manifestei pela ordem para pedir para fazer o registro, fui informada de que havia uma lista. Resignei-me, respeitando os meus pares. Depois de mais de 40 minutos esperando — e já estavam sendo chamados pela segunda vez Parlamentares que tinham sido inscritos —, fui questionar e fui alertada de uma forma jocosa, primária, grosseira, como se eu estivesse querendo furar a fila ou diminuir meus pares.

Nunca Rita Camata terá esse comportamento, porque eu respeito meus pares de igual para igual. Todos nós estamos aqui com responsabilidade, com sonhos, com um compromisso e com dignidade na representatividade do povo brasileiro, do povo capixaba.

Deixo o meu protesto, a minha indignação como mulher, como mãe e como Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

MATÉRIA A QUE SE REFERE A ORADORA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 120 A 120-ZQ)



O SR. CARLOS ALBERTO CANUTO (Bloco/PMDB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago hoje a esta tribuna um tema da maior importância para o Brasil: os efeitos da crise financeira sobre o setor sucroalcooleiro.

A restrição do crédito, resultante da crise financeira, é o mais novo golpe sofrido pela indústria brasileira de álcool e de açúcar. As ótimas perspectivas de tempos atrás contrapõem-se a tempos difíceis. Apesar do grande potencial do setor sucroalcooleiro no longo prazo, são grandes as dificuldades no curto prazo.

Mesmo antes da crise esse setor já passava por dificuldades devido à excessiva oferta de açúcar, à queda dos preços e à elevação dos custos dos insumos. O acréscimo no preço dos fertilizantes foi superior a 100% no último ano.

A situação está tão grave que, segundo o acompanhamento feito pela Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba, muitos produtores tiveram grandes dificuldades para realizar os tratos culturais de suas lavouras de maneira adequada.

Mesmo com todas as dificuldades, antes da crise a indústria de açúcar e álcool do Brasil estava passando por bom momento, o que fez com que as empresas se alavancassem para investir. Agora elas estão enfrentando perdas por causa da desvalorização do real, pois são muitas as dívidas em dólar.

O setor sucroalcooleiro investiu muito para financiar os estoques e para lidar com uma crescente demanda no exterior. No momento, em razão da falta de crédito, alguns produtores estão sendo forçados a vender seu produto a qualquer preço para fazer dinheiro.



Segundo Plínio Nastari, Presidente da Datagro, o crédito está escasso e caro. Há 45 dias, por exemplo, grupos conseguiam financiamento com taxas entre 6% e 8% ao ano. Agora não conseguem por menos de 20% a 23% ao ano.

São grandes as dificuldades para obtenção de adiantamento de contrato de câmbio ou operações de pré-pagamentos. Sem capital de giro muitas usinas deverão ofertar produtos no mercado, já que não terão como carregar estoques.

Apesar de tudo, o presidente da ASPLAN ficou otimista com a notícia de que o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acatou a sugestão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil de montar um grupo interministerial destinado a propor soluções para a crise que o setor enfrenta.

O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar informou que os usineiros também pretendem buscar apoio junto ao Governo Federal. Registre-se que as usinas de cana-de-açúcar já enfrentavam alto grau de endividamento, sobretudo após 2 anos de baixos preços do açúcar e do etanol.

Maurílio Biagi, importante empresário do setor, acredita que talvez o setor sucroalcooleiro seja mais atingido do que os outros pela crise financeira, por conta do volume de investimentos que recebeu nos últimos anos e em razão, principalmente, da alta demanda por energia renovável.

No entanto, lembra ele que 1 ano atrás os fundamentos do setor, em certos aspectos, eram piores do que os de hoje. Atualmente, o câmbio está mais favorável para quem exporta, e os preços do etanol no mercado interno estão muito firmes. Além disso, com estoques apertados para a entressafra ele espera uma reação de preços do etanol.



Destaque-se, contudo, que apesar dos bons fundamentos, a questão do crédito continua muito séria. Por isso, além das usinas, produtores de cana e fabricantes de bens de capital estão se mobilizando.

Os produtores de cana reivindicam equiparação com os financiamentos dos produtores de soja. Assim, segundo o presidente da Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro—Sul, os juros seriam reduzidos para 6,75% ao ano.

Registre-se ainda que, hoje, cada produtor de soja pode recorrer a R\$400 mil por safra, enquanto o produtor de cana tem limite máximo individual de R\$200 mil.

Segundo o presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo, o ano já vinha difícil porque os preços não estavam remunerando custos. A crise piorou o cenário e a produtividade da próxima safra será comprometida.

Algum atraso nos pagamentos por parte das usinas já vinha acontecendo antes da crise. Havia alguns sinais de desaceleração percebidos pela indústria de base, por conta de adiamentos de encomendas e de alguma inadimplência.

Na semana passada, os fornecedores de máquinas e equipamentos para o setor sucroalcooleiro e as usinas de cana-de-açúcar divulgaram a intenção de recorrer ao Governo Federal para o retorno do fluxo de crédito. A indústria de base se adiantou e solicitou R\$855 milhões para capital de giro.

A expectativa do setor é de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES informe o volume de recursos e as linhas de financiamento que serão disponibilizadas.

Para socorrer o setor sucroalcooleiro o BNDES cogitou reativar a linha Revitaliza, utilizada anteriormente pelo setor calçadista e hoje praticamente



desativada. O banco não tem tradição em liberar recursos para capital de giro; essa linha foi criada como uma exceção.

Um mapeamento feito pelo Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroalcooleiro e Energético apontou que até o dia 20 de outubro, por conta dos efeitos da crise financeira, a inadimplência alcançava 36% da carteira de pedidos da indústria de base, que é de R\$4,89 bilhões.

Dessa fatia, 53,3% justificam a inadimplência devido ao atraso na liberação de recursos por parte do BNDES ou por corte de crédito de bancos privados. Além disso, houve cancelamento de, em média, 22,82% dos pedidos e outros 28,76% foram postergados.

Nesse cenário de dificuldades, existe um consenso de que deve haver um forte aumento de fusões e aquisições no setor, já que empresas menores têm virado alvo de grupos maiores. Essa tendência de concentração pode ser muito ruim para o País.

Estima-se que os atuais 200 grupos que compõem a indústria brasileira de açúcar e álcool podem cair para 100, em cerca de 15 ou 20 anos. Atualmente, os investidores estrangeiros têm o controle de 7% desses grupos, mas esse percentual pode aumentar significativamente.

É hora de o Congresso Nacional se unir ao setor sucroalcooleiro brasileiro, pois somente com o apoio de todos o setor terá condições de superar a crise e continuar sendo um verdadeiro instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

Sr. Presidente, falo como alagoano, Estado que é um dos maiores produtores de açúcar e álcool e enfrenta grande crise. Eu faço parte desse setor. Recentemente, segunda-feira passada, estivemos reunidos na Associação dos



Plantadores de Cana de Alagoas, em Maceió, com plantadores de cana, empresários e políticos de Alagoas, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, para discutir as dificuldades do setor.

Chegamos a algumas conclusões, aproveitando a visita que o Sr. Presidente Lula fez a Recife, Pernambuco, no dia 2 de novembro. Ficamos de agendar uma reunião para discutir alguma solução emergencial para o setor a fim de evitar que o caos se instale em algumas regiões do nosso querido Nordeste, especialmente no Estado de Alagoas, o Estado mais vulnerável, porque depende quase que exclusivamente da cultura canavieira para sua sobrevivência.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Para dirimir qualquer dúvida, vou ler a ordem dos Deputados inscritos: Angela Portela, Átila Lira, Marina Maggessi, Átila Lins, Pedro Wilson, Eugênio Rabelo, Rômulo Gouveia, Dalva Figueiredo, Armando Abílio, Gastão Vieira, Manoel Junior e Paulo Pimenta.

Todos estão inscritos e essa é a ordem.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Angela Portela, professora, ex-Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social do Governo de Roraima, com pós-graduação em Letras, que tão bem exerce seu primeiro mandato pelo PT de Roraima.

S.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. ANGELA PORTELA (PT-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a comemoração, hoje, do Dia Nacional da Consciência Negra, uma data que marca a luta e as conquistas dos afrodescendentes ao longo de nossa história, com uma imensa contribuição para a cultura, a economia e o desenvolvimento humano do Brasil.

Registro também o lançamento, na segunda-feira, dia 17, da Campanha Nacional de Combate ao Sub-Registro. Esse tema me interessa especialmente porque o Estado de Roraima, o meu Estado, é o campeão nacional do sub-registro. Mais de 48% das crianças não são registradas nos primeiros meses de vida.

É difícil acreditar, mas quase metade das crianças de Roraima não tem qualquer documento que comprove a sua existência.

Quando fui titular da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, formalizamos convênios com os cartórios para que o registro fosse feito na maternidade, imediatamente após o nascimento da criança.

A administração seguinte não deu continuidade, e o resultado é que Roraima é hoje o Estado com o pior desempenho do País.

Espero que a exposição negativa na mídia, em plena campanha de combate ao sub-registro, leve o Governo Estadual a tomar as medidas cabíveis, e que as crianças de Roraima tenham direito, como todo cidadão, ao seu registro de nascimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Dando continuidade às Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lira, administrador de empresas, economista, ex-Secretário de Trabalho e Ação Social do Estado do Piauí, que tão bem exerce o quinto mandato pelo PSB, com Pós-Graduação em Administração Pública.

S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer 2 registros. O primeiro é relativo a uma nota do jornal *O Globo*, de ontem, sobre os carteiros do Piauí que querem mudar o horário de trabalho.

Nesse sentido, solicitamos à direção dos Correios, em âmbito nacional e estadual, que examine o horário de trabalho no Estado do Piauí. Normalmente os carteiros trabalham de manhã na separação das cartas para, à tarde, fazerem a entrega. O pior horário é o da tarde.

A nossa proposta é que se mude o horário de trabalho. A atividade, que normalmente é feita pela manhã, poderia ser interna, durante o horário da tarde, e, pela manhã, eles fariam a entrega das correspondências.

É esse o apelo que fazemos à direção dos Correios.

Sr. Presidente, registro ainda a posse do Reitor da Universidade Federal do Piauí, Prof. Luiz dos Santos Júnior, reeleito com aprovação do corpo docente, designado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro Fernando Haddad.



O Prof. Luiz dos Santos Júnior é o reitor responsável pela grande expansão da Universidade Federal do Piauí, pela conclusão do Hospital Universitário e pelo maior Programa de Mestrado já implantado naquela universidade.

Nesse sentido, cumprimentamos o novo reitor. Estamos ao seu lado na implementação desse programa de ampliação do acesso ao ensino público federal.

Muito obrigado.



O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem a Junta Orçamentária do Governo Federal, da qual fazem parte o Presidente Lula, a Ministra Dilma, o Ministro Mantega e o Ministro Paulo Bernardo, decidiu liberar parcialmente os recursos do SUS — média e alta complexidade, ambulatório e internação —, fechando assim o ano do SUS.

A necessidade é de 1 bilhão 850 milhões. A Junta Orçamentária liberou 1 bilhão e 400 milhões — corrigindo, faltam 450 —, e pediu ao Ministério que cortasse outras verbas de custeio de outros programas para chegar aos 850.

A movimentação em que a Frente Parlamentar, as entidades nacionais e os Deputados se envolveram há 15 dias deu resultado parcial. O problema vai continuar porque a Junta Orçamentária não colocou esse 1 bilhão e 400 milhões na base de cálculo, mas deu um recurso extraordinário para uma despesa continuada, como fez o ano passado. Foi uma movimentação da Frente e desta Casa toda. O problema vai continuar. É preciso também quase 400 milhões de uma medicação excepcional para os doentes da base.

O pleito do Ministério, com reforço, foi atendimento parcialmente, mas sem resolver o problema, porque não foi colocado no gasto do SUS deste ano.

Por isso, conclamo todos os Deputados interessados a trabalharem na Comissão de Orçamento, vamos conversar com o Presidente Mendes Ribeiro Filho, com o Relator Delcídio Amaral, com o Ministro e seus líderes, para que o Governo faça uma revisão e coloque esse recurso na base da cálculo, senão, repito, o problema vai continuar.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Quero registrar a presença dos alunos do Colégio Alfa Sistema Objetivo, de Minas Gerais, que muito nos honram com sua visita. Sejam bem-vindos.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Dando continuidade ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lins, bacharel em Direito, economista, servidor público, auditor do Tribunal de Contas do Amazonas, que tão bem exerce seu quinto mandato.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos desta tribuna registrar o trabalho feito pela Comissão Especial da Reforma Tributária — a reunião terminou exatamente às 6 horas da manhã.

Tivemos oportunidade de aprovar o substitutivo do Relator, Deputado Sandro Mabel, além de definir uma série de destaques de bancada. Entre eles, foi aprovado destaque apresentado por nós e pela bancada do PR — uma vez que a bancada do PMDB já havia apresentado os destaques a que tinha direito —, que prorroga as isenções da Zona Franca de Manaus por mais 10 anos.

Foi uma grande vitória, Sr. Presidente, pois com a unificação do ICMS o Amazonas terá muitos problemas, em razão de que, sendo o parque industrial de Manaus eminentemente exportador, tudo girava em torno da cobrança do imposto na origem. Se ele passa a ser cobrada no destino, cria-se grande preocupação para todos os amazonenses e para os que vivem na região. Era preciso, então, a boa vontade da Comissão Especial para solucionar o problema.

Queremos, então, aproveitar este ensejo para agradecer ao Presidente da Comissão Especial, o Deputado Antonio Palocci, ao Relator, Deputado Sandro Mabel, aos companheiros do PT, do PMDB, enfim, a todos os Deputados presentes à reunião que colaboraram para a aprovação desse destaque que permitirá à Zona Franca enfrentar a incógnita que virá com o novo Sistema Tributário Nacional e fará



com que o emprego e a renda gerados em Manaus se mantenham com tranqüilidade.

Aproveitamos também para exaltar o trabalho do Ministro Alfredo Nascimento, que muito contribuiu com o PR nessa luta, do Governador Eduardo Braga junto a nós, do PMDB, do Vice-Governador Omar Aziz, enfim, de todos que contribuíram para o êxito de mais 10 anos de isenção para a Zona Franca de Manaus.

Registramos ainda a audiência mantida com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, quando levamos a S.Exa. o pleito da implantação de Centros de Ensino Tecnológico no Amazonas. Existem hoje no Estado 5 CEFETs, mas sabemos que o Governo está elaborando estudo para a criação de mais CEFETs.

Reivindicamos a S.Exa. a criação de um CEFET na zona leste de Manaus, uma vez que o único existente é insuficiente para atender à demanda de pessoas que querem estudar, por causa da Zona Franca.

Queremos também instalar CEFETs em Tefé, importante pólo no Médio Solimões, e em Eirunepé, em Manicoré e em Boca do Acre.

Certamente, o Presidente Lula, que tem olhado com muito carinho para a nossa região, contemplará o Amazonas com mais Centros de Ensino Tecnológico, o que ajudará muito o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado.



O SR. EUGÊNIO RABELO (PP-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o crescimento do uso e do abuso de drogas no Brasil é imensurável desafio para as autoridades, em todas as esferas do poder, e está sendo objeto de estudo e debate da maior relevância na Frente Parlamentar Antidrogas desta Casa. Seu Presidente, o ilustre Deputado Givaldo Carimbão, tem feito chegar a todos os gabinetes parlamentares matérias de jornais que mostram as conseqüências do uso e do tráfico de drogas em todo o País.

Material jornalístico tão valioso deixa-me ainda mais convencido da inestimável importância de programas, projetos e iniciativas as mais variadas com vistas à inclusão social por meio do esporte.

Ainda bem que o atual Governo teve o discernimento de lançar e fazer executar o Projeto Segundo Tempo, todo voltado para essa perspectiva.

Na prática esportiva, entre tantos outros aspectos positivos, a própria concentração de jovens nos seus horários de lazer evita que permaneçam ociosos e, muitas vezes, tentados a desenvolver comportamentos socialmente inaceitáveis.

O esporte, por sua natureza, possibilita a superação dos limites individuais e, como reflexo, o aumento do rendimento escolar, a elevação da auto-estima e a melhoria do comportamento na escola e junto à família, bem como a incorporação de valores considerados socialmente positivos. O jovem é, assim, levado a sentir-se valorizado, inserido em um grupo em que o respeito mútuo, a disciplina, a camaradagem são valores praticados no dia-a-dia e em que a perspectiva de vida digna e cidadania plena se torna um sonho realizável.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rômulo Gouveia, comerciante, servidor público, bacharel em Direito, ex-Governador interino, que tão bem exerce o primeiro mandato pelo PSDB da Paraíba.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, compareci no último dia 14 de novembro, com membros de diversas entidades médicas e da Frente Parlamentar da Saúde, entre os quais o Deputado Darcísio Perondi, um dos expoentes da luta pelo segmento de saúde filantrópico no País, a audiência com o Presidente em exercício José Alencar para tratar de relevantes questões que envolvem a saúde no Brasil.

Confesso que senti total frustração em relação aos encaminhamentos dados pelo Governo. Apesar de o Presidente em exercício José de Alencar ter se mostrado ardoroso defensor das causas da saúde, a crise iminente no setor não sensibilizou a Junta Orçamentária do Governo, formada pelos Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil, que decidiu só liberar uma parte do reivindicado pela Frente Parlamentar da Saúde e pelas entidades nacionais do setor, incluindo a CMB. O Ministério da Saúde terá, portanto, apenas R\$1,4 bilhão para fechar as contas de 2008.

O setor de saúde, porém, está a exigir R\$2,674 bilhões, sendo R\$1,850 bilhão para ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, R\$342 milhões para medicamentos excepcionais e R\$482 milhões para dar continuidade aos novos programas do Governo, como o Saúde do Homem, Saúde na Escola, Farmácia Popular e Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, por exemplo.

Além disso, o Governo não atendeu aos apelos do setor, e vai repetir a mesma estratégia adotada no final do ano passado, quando liberou R\$1,5 bilhão em



recursos extraordinários para a saúde, alegando que eram originários do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A consequência dessa estratégia é que os recursos liberados não foram incluídos no piso constitucional para a definição do orçamento da saúde para 2009.

A saúde está enfrentando graves problemas em todo o Brasil, e é necessário que o Congresso Nacional se una não só para regulamentar a Emenda Constitucional nº. 29, bem como para sensibilizar o Governo Federal no sentido da liberação das verbas necessárias para a manutenção desse direito basilar e constitucional dos brasileiros — a saúde —, possibilitando o acesso de todos ao SUS, que está completando 20 anos de sua implantação.

Para concluir, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, fizemos a entrega da Carta da Saúde ao Presidente da República com os principais problemas e reivindicações para o setor, que ora transcrevo a seguir, para que seja inserida nos Anais desta Casa.

“Carta da Saúde ao Presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Povo Brasileiro.

Brasília, 14 de novembro de 2008

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, contempla entre seus princípios a universalidade, o que representa o direito à saúde a todos os brasileiros.

Para fazer frente a esse enorme desafio, é necessário um financiamento adequado. No entanto, a realidade mostra que nos últimos vinte anos o SUS tem



sofrido um crônico subfinanciamento. É importante registrar que o financiamento federal do SUS, inicialmente idealizado, deveria ser feito com base em 30% do Orçamento da Seguridade Social (OSS), o que representaria em valores atuais (2008) cerca de R\$96 bilhões.

Convivemos atualmente (2008) com um financiamento federal da ordem de R\$48,5 bilhões, que, acrescidos aos recursos estaduais e municipais, representam um valor em torno de R\$500,00 per capita/ano, muito inferior a países que não garantem atendimento universal aos seus cidadãos.

Com base nesse contexto e diante da atual situação de financiamento do SUS, as entidades abaixo, participantes de reunião realizada pela Frente Parlamentar de Saúde, em Brasília, no dia 12 de novembro de 2008, no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, vêm a público manifestar:

Sobre a necessidade de suplementação do orçamento do Ministério da Saúde para 2008.

O orçamento do Ministério da Saúde para 2008 necessita de uma imediata suplementação de pelo menos R\$2,674 bilhões para fazer frente a gastos já comprometidos com ações de média e alta complexidade



ambulatorial e hospitalar (R\$1,850 bilhões), aquisição de medicamentos de dispensação excepcional (R\$342 milhões), e implantação de novas políticas (R\$482 milhões) como os programas de saúde do homem, internação domiciliar, unidade de pronto atendimento, saúde na escola, farmácia popular e SAMU.

Cabe ressaltar que essa suplementação deve ser incorporada à base de cálculo para fins de cumprimento da Emenda Constitucional 29/00, de forma a definir os valores do orçamento de 2009 para ações e serviços públicos de saúde.

Se não houver a suplementação acima citada, não será possível realizar o pagamento no último mês de 2008 dos serviços prestados na área ambulatorial e hospitalar. Também não será possível o repasse de recursos para aquisição dos referidos medicamentos, referente aos últimos dois meses, e nem sequer suprir outras áreas de importância estratégica do Ministério da Saúde.

Sem esses recursos, teremos instalada uma crise de graves proporções, seja para os prestadores de serviços, que ficarão impossibilitados de cumprir seus compromissos e dar continuidade ao atendimento, quanto para o conjunto dos usuários do Sistema Único de Saúde que deles se utilizam. O não repasse de recursos



referentes aos medicamentos de dispensação excepcional afetará o atendimento de centenas de milhares de brasileiros.

Sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00.

É consenso entre as entidades que é fundamental a definição de recursos estáveis e condizentes para o financiamento do Sistema Único de Saúde, e que isso só será possível mediante a regulamentação da Emenda Constitucional 29.

As entidades conclamam o Congresso Nacional para que ainda em 2008 promova a votação da regulamentação da EC 29, de forma que contemple a ampliação de recursos para ações e serviços públicos de saúde.

Em nosso entendimento, a regulamentação da Emenda Constitucional 29 precede a votação da Proposta de Lei Orçamentária de 2009 e deve se constituir na base sobre a qual serão definidos os valores orçamentários a serem destinados ao Ministério da Saúde.

Sobre o impacto da crise financeira mundial e os seus reflexos na área da saúde.

A atual crise financeira mundial tem provocado impactos significativos em diversos setores da economia,



inclusive na área da saúde. Os prestadores de serviços do SUS, públicos e privados, são afetados pela elevação dos custos e dependem de crédito para a manutenção de suas atividades.

Além dos setores já contemplados com ações governamentais voltadas para o enfrentamento da crise, é preciso incluir a área da saúde no rol das medidas a serem adotadas pelo Governo Federal, no sentido de garantir a estabilidade financeira das instituições que atendem ao SUS, tendo em vista, também, o fato de a tabela de procedimentos do Ministério da Saúde estar abaixo do custo real.

Esta proposta justifica-se pela importância da continuidade do atendimento à população, hoje ameaçado, bem como pela eminência de desemprego maciço no setor que tem 8,8 milhões de trabalhadores e representa 8,0% do PIB brasileiro.

Em função do exposto, as entidades abaixo citadas promoverão, nos próximos dias, uma ampla mobilização, no sentido de sensibilizar os Poderes Legislativo e Executivo quanto às questões relatadas neste documento, que consideram como fundamentais para que o Sistema Único de Saúde possa atender aos princípios previstos na Constituição Brasileira de 1988.



Conselho Nacional de Saúde

Associação Médica Brasileira

Conselho Federal de Medicina

Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas

Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino

Federação Nacional dos Médicos

Confederação Nacional de Saúde

Conselho Federal de Odontologia

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

Comsaúde – Fiesp

Centro Brasileiro de Estudos da Saúde

Associação Brasileira dos Fabricantes de Produtos Médicos e Odontológicos

Sindicato dos Laboratórios de Minas Gerais

Frente Parlamentar da Saúde”.

Portanto, é importante haver sensibilidade do Presidente e do Relator da Comissão de Orçamento, como bem disse o Deputado Darcísio Perondi, a fim de se garantir recursos no Orçamento de 2009, para que se evite o que tem acontecido



todo o ano com a saúde em nosso País, que se encontra cada vez mais em situação de verdadeiro caos, como ocorre na minha cidade, Campina Grande.

Para concluir, Sr. Presidente, associo-me a possível pronunciamento que fará o Deputado Armando Abílio sobre o clima de preocupação que toma conta dos paraibanos.

Infelizmente, nosso Estado passa por momento de instabilidade política em decorrência de um programa social criado pela Assembléia Legislativa e que funcionou antes do período eleitoral de 2006. Sua alegada utilização para fins eleitorais agora ameaça de cassação o mandato do Governador Cássio Cunha Lima.

A bancada ligada ao Governador Cássio Cunha Lima, o PSDB e o PTB, aqui representado pelo Deputado Armando Abílio, estamos todos solidários com os paraibanos, os grandes prejudicados por todo esse processo.

Era o que tinha a dizer.



O SR. BETO FARO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no final de semana passado, foi realizada, na cidade de Washington, reunião de Chefes de Estado e de Governo do G-20, grupo que reúne os países mais ricos e os principais emergentes do mundo, incluindo o Brasil, e que respondem por 90% da economia mundial.

O encontro foi o prolongamento, em nível de cúpula, da reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais do G-20 ocorrida há pouco mais de uma semana na cidade de São Paulo com o objetivo de pactuar abordagens comuns no enfrentamento da crise econômica mundial.

No geral, as avaliações divulgadas sobre os resultados da reunião de Washington são positivas em vários aspectos. Entretanto, recomenda-se um otimismo contido, pois o que esteve na pauta desse evento envolve desafios, complexidades e interesses políticos e econômicos para além de grandiosos.

Afora os obstáculos colossais de se buscar consensos no plano multilateral, um fator, em especial, recomenda cautela com os resultados de Washington. Muitos consideram a coincidência da reunião com os estertores do Governo do Presidente Bush como o principal fator de risco para as tratativas do G-20.

Não acredito nessa hipótese. Afinal, além do permanente diálogo que vem ocorrendo entre os Presidentes Bush e Obama, o calendário para a definição das medidas propostas na reunião de Washington estende tais definições para o novo encontro de cúpula do G-20 acertado para 31 de março de 2009, quando o Presidente Obama já estará respondendo pelo Governo dos EUA.

O grande problema para o G-20 reside no posicionamento histórico, conservador, protecionista e economicamente isolacionista do Congresso



americano, resultado do forte *lobby* exercido pelos diversos setores econômicos daquele país.

Vale lembrar que, há alguns meses, enquanto o próprio Governo Bush vinha admitindo algumas concessões em agricultura para viabilizar a Rodada Doha da OMC, o Congresso americano derrubou os vetos do Presidente à nova Lei Agrícola daquele país. Com isso, foram incrementados os já vultosos valores dos subsídios aos agricultores americanos, na contramão dos esforços pelo multilateralismo coordenado pela OMC.

A propósito, vasculhando mais fundo a História, não se deve esquecer de que foi graças ao Congresso dos EUA que os países não criaram já há muito tempo uma instituição multilateral para organizar e destravar o comércio mundial. Ainda durante a 2ª Guerra Mundial, quando os "planejadores" americanos e britânicos do pós-guerra buscavam acordo pela viabilização da então Organização Internacional do Comércio (ITO), foi justamente o Congresso americano quem frustrou esta iniciativa. O fato é que, em matéria comercial, em especial, aquela Casa não consegue avançar no dilema entre emprego interno e remoção de barreiras ao comércio.

De todo o modo, a realização da reunião de Chefes de Estado e de Governo do G-20, no atual contexto e com a importância política que teve, já constituiu um fato político que poderá resultar em importantes mudanças na geografia do poder mundial.

Com efeito, de plano, significou a admissão, pelo G-8, que os novos marcos institucionais e regulatórios exigidos para a reforma do sistema capitalista requerida para o saneamento dos efeitos deletérios da atual crise econômica mundial, por eles



criada, não terá êxito sem a concertação das medidas com os países emergentes.

Esse fato é cercado de simbolismos e aspectos práticos. Tenho dúvidas se é objeto de comemoração, mas a verdade é que o acordo no G-20 desautoriza as apostas de que essa crise seria uma manifestação terminal do capitalismo. O pleno apoio dos membros do G-20 à idéia de reformas no sistema demonstra a total convergência desses Chefes de Governo e de Estado aos ideais do capitalismo. Pretende-se apenas reformá-lo, e às suas instituições, para poder superar a crise e prevenir a ocorrência de outras da mesma natureza.

Se a recuperação do capitalismo pode não corresponder às expectativas da esquerda mundial, tudo indica que o compartilhamento de tais responsabilidades, entre ricos e emergentes, implicará menor assimetria do poder mundial. Como bem falou o Presidente Lula, o G-8 pode até continuar, mas terá muito mais o caráter de um clube de amigos. Tudo indica que as grandes decisões econômicas, financeiras e políticas mundiais não se darão mais sem a efetiva e decisiva participação dos emergentes como o Brasil.

Em particular, por esse aspecto, para o Brasil, é provável que os custos econômicos internos da crise gerada pelos ricos venham ser mais do que compensados pelo maior grau de influência do país na nova ordem política do pós-crise.

De fato, com o provável novo *status* político a ser atribuído ao G-20, o Brasil verá consolidado e reconhecido o seu intenso e profícuo protagonismo na seara internacional pela desconcentração do poder mundial e pela quebra de hegemonias absolutas.

De outra parte, caso prospere o Acordo de Washington pela retomada das



negociações da OMC, ainda neste ano, conforme a agenda de curto prazo aprovada pela cúpula do G-20, o Brasil será, sem dúvida, sob qualquer prisma, o grande fiador dessas negociações. Note-se que foi o Presidente Lula o primeiro dirigente mundial a reclamar por Doha como uma das iniciativas para a resolução da crise econômica.

No que tange ao mérito dos encaminhamentos do G-20, em Washington, pode-se dizer que, aparentemente, eles apontam em sentido não coincidente ao do famoso e nefasto Consenso de Washington, que serviu de plataforma, na década de 80 do século passado, para a propagação da doutrina neoliberal entre os países não desenvolvidos.

O comunicado do G-20 lança um plano de ação com 47 recomendações para combater a crise, entre elas medidas emergenciais que devem ser adotadas até o dia 31 de março de 2009.

Conforme expressei antes, entre as medidas de curto prazo, destaca-se o encaminhamento da tentativa de conclusão da Rodada Doha. Houve o compromisso; duvidoso, deixo claro, por um acordo ainda no presente ano.

Reafirmando a relevância do papel do Brasil, serão formados grupos de trabalho para o tratamento dos demais temas, coordenados por Brasil, Grã Bretanha e Coréia do Sul.

Os temas básicos para viabilizar a chamada reforma do capitalismo envolvem medidas para a regulação do sistema financeiro, para reforço da transparência e dos princípios contábeis do sistema, para a promoção da integridade do mercado, para reforço da cooperação e para a reforma de instituições internacionais como o FMI e BIRD.

O preocupante dos resultados do consenso do G2-0 em Washington foi o



diagnóstico da crise. Responsabilizaram o forte crescimento global no início da década, o que levou os participantes do mercado a buscar retornos maiores sem adequada avaliação dos riscos.

Se o crescimento econômico gera crise, então estamos fadados ao subdesenvolvimento. Trata-se de grande equívoco. O que motivou a crise foi a permissividade neoliberal com os mercados financeiros e com os seus agentes. Essa circunstância levou ao ambiente generalizado de especulação que envolveu da orgia dos derivativos descolados da economia real, que estão na origem da crise hipotecária americana, até à criminoso especulação com alimentos.

É óbvio que o diagnóstico falacioso sobre as causas da crise não passou de um gesto diplomático do G-20 para suavizar o final melancólico da administração Bush!

Muito obrigado.



O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Estado do Amazonas, venho à tribuna — e hoje não poderia ser de modo diferente — para destacar este dia, 20 de novembro, em que se comemora o Dia da Consciência Negra, data em que se evoca a morte de Zumbi dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

O dia é reconhecido, Sras. e Srs. Parlamentares, como um dos mais importantes do calendário afro-brasileiro. Inserido no calendário das efemérides nacionais, em algumas cidades é considerado feriado. Em Manaus, por exemplo, assim é desde o ano passado, e o Prefeito Serafim Corrêa também decretou ponto facultativo na cidade no dia de amanhã.

Há 5 anos, em todo o Amazonas, é realizada a Semana da Consciência Negra, que reúne diversas atividades relacionadas às questões afro-brasileiras. As ações são realizadas de forma coletiva por entidades representadas no Fórum Permanente de Afrodescendentes do Estado. As estimativas dão conta que 30% dos amazonenses são afro-brasileiros.

A data de 20 de novembro, transformada em Dia Nacional da Consciência Negra pelo Movimento Negro Unificado em 1978, não foi escolhida ao acaso, mas, sim, como homenagem a Zumbi, líder máximo do Quilombo de Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695.

Sr. Presidente, "Deus da Guerra", "Fantasma Imortal" ou "Morto Vivo", seja qual for a tradução correta do nome Zumbi, seu significado para a história do Brasil e para o movimento negro é praticamente unânime: Zumbi dos Palmares é o maior ícone da resistência negra ao escravismo e de sua luta por liberdade.



Os anos foram passando, ilustres colegas, mas o sonho de Zumbi permanece atualizado e sua história é contada com orgulho pelos habitantes da região onde o negro-rei pregou a liberdade.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um dia de reflexão em torno dos avanços, desafios e, sobretudo, das perspectivas na atual conjuntura. Porém, a maior reflexão que paira neste dia é de que a injustiça racial, infelizmente, ainda aflige os negros no Brasil. Tanto que a data é marcada por manifestações, passeatas e seminários em várias regiões brasileiras.

Quero me associar aos afro-brasileiros e me juntar à comemoração do Dia da Consciência Negra. Ela é tipicamente brasileira, Senhor Presidente.

Que os poderes constituídos invistam cada vez mais em educação pública e, sobretudo, em políticas de inclusão social para a população negra, dando condições de igualdade aos cidadãos brasileiros, sejam eles brancos, sejam eles afrodescendentes.

Eram essas as minhas palavras.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JORGE KHOURY (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para falar sobre a fruticultura, que representa importante fonte de emprego e renda na região de Juazeiro. Atualmente, assim como outros segmentos da economia brasileira, o setor sofre com a crise financeira mundial.

No período de discussão da Medida Provisória nº 432, hoje Lei nº 11.775, foi solicitado ao Ministério da Fazenda, a inclusão da fruticultura no programa chamado Revitaliza, no qual o Governo Federal, através do BNDES, disponibilizou recursos para empresas prejudicadas pelo câmbio.

Realmente, na segunda edição desse programa, com a Resolução nº 3.596, de 31 de julho próximo passado, do Banco Central, o Ministério da Fazenda incluiu a fruticultura. Essa inclusão foi uma grande conquista para o setor, pois permitiu que as empresas de fruticultura tivessem o mesmo tratamento que outros setores do País vinham recebendo, resgatando-se inclusive a devida atenção que o setor merece e necessita.

O problema, Sr. Presidente, é que, até a presente data, nenhuma operação com essa linha do BNDES pôde ser realizada.

A procura na região de Juazeiro foi através do Banco do Brasil, que informou ao Presidente da Câmara da Fruticultura da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Juazeiro, Sr. Ivan Pinto da Costa, bem como aos demais produtores, que não está operando essa linha do BNDES, justificando a falta de regulamentação da Resolução nº 3.596 do Banco Central.

O Governo anunciou mais 10 bilhões no BNDES, mas os recursos não chegarão a tempo de resolver o problema da falta de crédito.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses anúncios feitos pelo Governo contribuem para aumentar a crise de confiança instalada no mercado financeiro, já que, no discurso, as medidas estão sendo tomadas, mas, na prática, nada acontece.

Todos os financiamentos agrícolas do Banco do Brasil, no caso das Regiões Norte e Nordeste, são analisados por uma diretoria em Recife, que vem seguindo um extremo conservadorismo quanto aos limites de crédito solicitados pelas agências, talvez em função da crise pela qual o setor passou nos últimos 3 anos. Neste momento de escassez de recursos, o Banco do Brasil poderia dar o exemplo e fazer suas análises voltadas para o potencial produtivo futuro da fruticultura, e não pelos balanços dos anos de crise, irrigando com crédito o setor, inclusive pondo em prática o discurso do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando manda os bancos financiarem o setor produtivo.

Quando solicitado o mesmo programa do BNDES para o Banco do Nordeste, este nos informou que não iriam trabalhar com esta linha, pois estariam disponibilizando recursos do FNE para socorrer as empresas exportadoras, através de uma readequação da linha Nordeste Export.

Essa readequação, Sr. Presidente, consiste em simplificar a operação do Nordeste Export, deixando nas mesmas regras de contratação de um ACC, com taxas de juros similares ao do programa Revitaliza, que após o rebate ficaria com 5,6% ao ano, contudo essas novas medidas ainda não chegaram às agências.

Pelas características dos produtos, Revitaliza e Nordeste Export, um complementaria o outro, flexibilizando as opções de crédito para as empresas.

Sem dúvida, com essas medidas, a crise financeira mundial poderia ser mais bem digerida pela fruticultura nordestina, dando seqüência à produção e ao



desenvolvimento.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de cobrar do Governo Federal esforços para que os programas anunciados, as resoluções do Banco Central e a simplificação do Nordeste Export se transformem em realidade o mais breve possível. Também considero necessária uma mudança de postura da Diretoria do Banco do Brasil em Recife em relação às liberações de crédito para a região.

Era o que tinha a dizer.



O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive seu mais intenso e mais rico momento de afirmação para cumprir o destino de uma nação desenvolvida. O caminho é longo, mas já começamos a percorrê-lo. Os avanços já materializados nos revigoram e encorajam a prosseguir para alcançar as metas projetadas, especialmente aquelas que descortinam a possibilidade concreta de assegurar cidadania e direitos aos brasileiros e brasileiras de todos os quadrantes, faixas sociais e econômicas, origens, credos e escolhas.

Seguir esse caminho e comprometer-se com tais objetivos pressupõem responsabilidades inalienáveis do Poder Público e da sociedade, a qual representamos nesta Casa, em toda a sua diversidade. No entanto, a pluralidade de idéias e de preferências que legitima a democracia abriga-se num arco onde também se situam pensamentos e objetivos comuns. E se há unanimidade sobre desafios prioritários do Brasil, um deles é o da educação, o da garantia de ensino e de conhecimento que deve ser dada, com qualidade e como obrigação do Estado, a todas as pessoas.

Para que esse direito seja de fato assegurado, cumpre realizar etapas determinantes que constam das mais atualizadas e abrangentes políticas públicas municipais, estaduais e federal de ensino. Hoje, temos uma etapa que precisa ser cumprida, sob pena de retrocedermos no tempo e na oportunidade. Falo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, da necessidade do cumprimento da Lei 11.738, de 16 de julho deste ano, que fixa o piso salarial do magistério em todo o território nacional.

Acaba de ser lançada em Brasília a Frente Parlamentar em Defesa do Piso



Nacional dos Professores, com mobilização maciça de Deputados, Senadores e representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação Nacional dos Técnicos em Educação (CNTE) e da Central Única dos Trabalhadores. A mobilização se justifica diante da ação articulada de Governadores e Prefeitos que recorreram e recorrem à Justiça na tentativa de barrar o cumprimento da lei sob o argumento da inconstitucionalidade.

Não quero aqui, de forma alguma, questionar razões periféricas de cada Governador ou cada Prefeito que se insurge, com seus argumentos específicos, contra a medida, quase sempre escorando-se na alegação de indisponibilidade orçamentária. Lembro que a matéria já vem sendo debatida há anos, objeto das mais acaloradas discussões e avaliações técnicas, financeiras, políticas, administrativas e operacionais. O saldo de tudo isso é a conclusão amadurecida pelo debate e respaldada pela realidade, apontando a essencialidade da valorização do professor como condição inegociável para a qualificação e o aperfeiçoamento do progresso cultural, científico, social e econômico do País.

Total apoio à Frente Parlamentar em Defesa do Piso do Magistério é, portanto, um motivador de ações não só desta Casa, mas de toda a sociedade, que se preocupa com o futuro dos seus filhos e dos filhos de seus concidadãos e concidadãs. Queremos crer que com os recursos do planejamento e da vontade política, aliados aos recursos do equilíbrio financeiro, os governantes estaduais e municipais criem as condições ideais para garantir que em 2010, como prevê a Lei 11.738, todos os professores deste País — da União, dos Estados e dos Municípios — tenham um piso salarial de 950 reais.

Vale registrar que a Procuradoria-Geral da República já havia solicitado o



arquivamento da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade intentada por 5 Governadores contra o piso do magistério. O Procurador-Geral, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, rebateu categoricamente, ponto a ponto, as diversas argumentações alinhadas na ADIN dos Governadores de Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Ceará.

Que este embate jurídico não se transforme em confronto político. E que o bom senso, alimentado pelos compromissos conceituais de todos os segmentos envolvidos na questão, endossem e consagrem essa histórica conquista do professor brasileiro, uma conquista legitimada por décadas sucessivas de mobilização, sacrifício e esperança, enfim concretizados em favor de todas as famílias brasileiras.

Muito obrigado.

O Sr. Manato, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arlindo Chinaglia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A lista de presença registra o comparecimento de 321 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento dos Srs. Líderes no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para apreciação do PL nº 3.627/04, que ‘institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências’”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Submeto à votação o presente requerimento.

Não é necessário o encaminhamento, porque vem de um acordo.

Vamos votar apenas o requerimento de urgência. Se for unânime, a votação será simbólica.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Resolução nº 76, de 2007, que ‘dá o nome de ‘Ala Júlio Redecker’ à Ala B do Anexo II, pavimento superior da Câmara dos Deputados”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Da mesma forma, vou proceder à votação simbólica.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos a V.Exa., nos termos do art. 155 do RICD, urgência na apreciação do Projeto de Resolução nº 140, de 2008, que denomina Plenário Mussa Demes o Plenário nº 4 da Ala de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Da mesma forma submeto à votação o referido requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 4.322/2008, que ‘denomina Otto de Lara Resende e Fernando Sabino os viadutos que compõem o Complexo do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, localizados no Km 312,8 da BR-262”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Da mesma forma submeto à votação o referido requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Item 1.

Projeto de Lei nº 5.979-A, de 2001

(Da Comissão de Viação e Transportes)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.979-A, de 2001, que acrescenta o art. 66-A e altera a redação do “caput” do art. 104 na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e estabelece normas referentes à Inspeção Técnica Veicular — ITV; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Deputado Jair Meneghelli); da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do de nº 1.174/03, apensado (Relator: Deputado José Borba); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária deste, do de nº 1.174/03, apensado, e das emendas da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e, no mérito, pela aprovação deste e das emendas da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, com emenda, e pela rejeição do de nº 1.174/03, apensado (Relator: Deputado José Pimentel); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, designado em Plenário, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa



deste, com emendas; das Emendas de nºs 1 a 8 adotadas pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; da Emenda nº 9 da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e da Emenda nº 1 da Comissão de Finanças e Tributação, com subemendas; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.174/03, apensado (Relator: Deputado Maurício Rands).

Tendo apensado o PL nº 1.174/03.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente, requeremos, nos termos regimentais, a retirada do PL nº 5.979-A/01, constante da pauta da presente sessão”.

Assina o Líder do PR.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu havia sido informado de que havia um acordo quanto à votação deste projeto.

O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB tem interesse na votação do projeto. Eu gostaria que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, vamos votar o requerimento do Deputado Luciano Castro.

O SR. COLBERT MARTINS - Fazemos um apelo para que possamos votar o projeto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago se há acordo quanto...
(*Pausa.*)

Eu pautei a partir da reunião dos Líderes. O.k.?

Líder Luciano Castro... (*Pausa.*)

O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, nós poderíamos votar uma outra matéria enquanto equacionamos essa questão da inspeção veicular, se for possível?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Podemos. Veja, ontem houve uma ponderação que, por se tratar de projeto de lei complementar, hoje não deveria entrar. Entretanto, eu fui informado ontem à noite de que havia um razoável consenso.

Então, peço que os Líderes se entendam.

Posso seguir a pauta?



O SR. LUCIANO CASTRO (PR-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu poderia retirar o requerimento temporariamente. V.Exa. inverte a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não, está retirado então.

O SR. LUCIANO CASTRO - ...retira o requerimento, e, depois, se for o caso, eu reapresento o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, posso andar com a pauta?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sugiro que votemos o projeto que dá os nomes de Otto Lara Resende e Fernando Sabino aos viadutos que compõem o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Poderíamos inverter a pauta, Sr. Presidente, porque estamos procurando fazer um acordo para o próximo item. O Deputado Paulo Renato ficou até as 6h da manhã votando a reforma tributária e ainda está conversando com o Relator da matéria sobre a discriminação afirmativa. Então, queremos ganhar um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k. Ontem eu até coloquei esse item na pauta, primeiro, porque todos temos a intenção de fazer justiça. Encontrei ontem com o Deputado Paulo Renato Souza, e S.Exa. me informou que havia sido produzido um texto consensual. Mas estou trabalhando com essa informação de ontem por volta de 17h, 18h, 19h — não sei exatamente. Mas V.Exa. tem toda a razão. Não há por que não aguardarmos. Vamos ver que projeto...

O SR. EMANUEL FERNANDES - A emenda está aqui, e precisa de assinatura, mas ele não está.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está bem. Então, vamos coordenando aqui.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago — a resposta pode ser dada também daqui a pouco — se posso incluir, extrapauta, o Projeto de Lei Complementar nº 59-A, de 1999, da Sra. Nair Xavier Lobo, que já está em urgência.

Vou ler a súmula:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 59-A, de 1999, que estende os direitos assegurados à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

Estou fazendo essa indagação a V.Exas. para saber se podemos colocá-lo em pauta.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mas temos que votá-lo nominalmente. Trata-se de projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É lei complementar. Pois é.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mas a urgência já existe.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A urgência já existe. Se não der para colocar hoje...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É porque tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - ...nós o colocaremos na semana que vem. Mas eu gostaria que os Líderes e as bancadas analisassem, o.k.?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu acho que a adoção é algo que nós temos que incentivar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Claro.



O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, poderíamos votar os projetos cuja urgência já foi votada.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há um outro aqui:

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº
1.710, de 2003, que altera a Lei nº 6.938, de forma a
obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental
sejam disponibilizadas na Rede Mundial de
Computadores.*

Eu também estou fazendo essa antecipação para que cada Líder e cada bancada reflitam sobre a possibilidade de votar isso ou não.

Vamos para aqueles sobre os quais já há consenso. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Próximo item.

Projeto de Resolução nº 75, de 2007

(Do Sr. Bruno Rodrigues)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 2007, que denomina “Plenário Deputado Júlio Redecker” a sala de reuniões da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Pendente de parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu posso dizer que sou a favor?

O Deputado Manato está aqui e dará o parecer pela Mesa.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ao Sr. Deputado Manato.

O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a grande importância que o Deputado Júlio Redecker teve para esta Casa, pelo seu modo de ser, por sua postura, pela defesa que fez do seu Estado e da agricultura, nós somos totalmente favoráveis a que esse plenário receba o nome de S.Exa.

Esse é o parecer da Mesa Diretora, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O parecer da Mesa é favorável.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o Projeto de Resolução nº 75, de 2007.



O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma orientação breve. Eu não poderia deixar de registrar que tive o privilégio de conviver com o Deputado Júlio Redecker, que honrava a representação que tinha do povo do Rio Grande do Sul. Foi o Deputado inclusive que me sucedeu, tive também esse privilégio de tê-lo como sucessor na Liderança da Minoria. Foi uma grande perda para a política brasileira, para a política gaúcha.

É justa a proposta. Votamos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PSDB temos a honra de ter tido o Deputado Júlio Redecker em nossas fileiras. Quando faleceu, naquele trágico acidente da TAM, em julho de 2007, era o Líder da Minoria.

Ficam aqui os nossos respeitos à família do Deputado Júlio Redecker e a nossa homenagem a ele, imortalizando seu nome nessa ala. Júlio Redecker merece a homenagem.

Sr. Presidente, sei que V.Exa. viajaria com ele naquele dia. Deve ter ficado muito chocado com a triste notícia.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PPS, Líder Fernando Coruja?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, enalteço o entusiasmo, a inteligência, o espírito público do



Deputado Júlio Redecker, que eram contagiantes nesta Casa. Ele tinha posição ativa, participava nas CPIs e era Líder da Minoria, liderando inclusive o nosso partido, que fazia parte do Bloco da Minoria. É claramente uma homenagem muito justa que faz nossa Casa ao falecido Deputado Júlio Redecker e a sua família.

O SR. WALDIR NEVES - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer a orientação, pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALDIR NEVES (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia ficar omissos num momento tão importante e histórico como este em que esta Casa denomina Júlio Redecker aquela ala. Hoje, ocupo a Liderança da Minoria, outrora ocupada com muito brilhantismo pelo Deputado Júlio Redecker, do qual fui Vice-Líder. Orgulho-me muito disso e gostaria de pelo menos chegar perto do trabalho que empreendeu nesta Casa, da sua desenvoltura política, da sua experiência e galhardia.

Estamos emocionados e honrados em homenagear essa figura emblemática, importante, que, com certeza, deixou sua passagem marcada nesta Casa pela sua conduta e postura.

Somos favoráveis à matéria, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o Projeto de Resolução nº 75, de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

Declaro promulgada, nesta sessão, a presente resolução.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero dizer que os Líderes foram bastante sóbrios nas palavras até porque estamos aqui com a responsabilidade de votar uma pauta.

De qualquer maneira, creio que — falo em nome de todos nós que convivemos com Júlio Redecker — está claro que não há nenhuma alegria em promulgar esta resolução, mas há o sentido de justiça, há o sentido da homenagem, principalmente, há o sentido do reconhecimento, do respeito. Creio também que cada um de nós que tivemos a alegria, a oportunidade da convivência com Júlio Redecker, sem dúvida, cada um de nós tem, na sua própria memória, os momentos de recordação.

Além de homenagearmos sua família, ao darmos o nome de Júlio Redecker a essa ala, também estamos homenageando, ainda que de forma indireta, todas as vítimas daquele acidente. Como conseqüência, creio que isso acentua a nossa responsabilidade.

Aquele acidente foi além da brutalidade, além da fatalidade. Quem participou de dada reunião de Líderes na minha residência, na residência da Câmara, após eu e o então Líder da Minoria, Júlio Redecker, termos feito uma reunião com oficiais da Força Aérea Brasileira, sabe que eu sempre levarei o sentido da responsabilidade do Líder Júlio, que, apreendendo a gravidade da situação, em nenhum momento fez o discurso fácil que poderia ter feito. Ele, inclusive de forma corajosa, fez ponderações, vamos dizer, até certo ponto inesperadas, dependendo de algum desavisado na avaliação, com referência à seriedade do momento e às eventuais conseqüências. Isso é um detalhe, mas que ganhou uma dimensão brutal. Por isso fiz referência também à nossa responsabilidade.



Quem conviveu com o Júlio e quem viveu aquele momento, talvez mais do que outros, tem o dever e a obrigação de ter a seriedade que ele demonstrou, já que, lamentavelmente, junto com outros, acabou sendo vítima daquela estrutura que queria combater. Por isso, nossas homenagens. Esperamos com isso homenagear o Júlio.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Projeto de Resolução nº 140, de 2008, do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 140, de 2008, que denomina o Plenário nº 4 da Ala de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados de Deputado Mussa Demes. Pendente de parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ao Sr. Deputado Manato.

O SR. MANATO (Bloco/PDT-ES. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, o nobre Deputado Mussa Demes, advogado, técnico em contabilidade, Deputado Federal na Constituinte, no seu sexto mandato pelo Democratas do Piauí, sempre lutou pelas causas do seu Estado e do nosso País.

Por acreditarmos ser muito justa a sugestão dos nobres Deputados José Carlos Aleluia e Antonio Carlos Magalhães Neto, somos favoráveis ao parecer referente a esse projeto que dá o nome de Mussa Demes ao Plenário nº 4 da Ala de Comissões Permanentes da Câmara.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

Para orientar a bancada, tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, pelo Democratas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Mussa Demes foi Constituinte, foi um dos maiores conhecedores do Sistema Tributário Nacional. O partido se orgulha muito de tê-lo tido em seus quadros.

Ele honrou sempre o Piauí e teve presença na vida pública do Ceará. Deixamos muita saudade, mas uma boa saudade, uma saudade de um companheiro que só honrou esta Casa, só honrou o povo do Piauí. Portanto, é muita justa a homenagem.

Nós Democratas estamos emocionados e muito satisfeitos com a possibilidade de aprovação deste projeto de resolução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 140, DE 2008.



O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, registro também, em nome do PPS, o respeito que o nosso partido tinha pelo Deputado Mussa Demes, um colega competente, amigo, qualificado, com visão muito focada na questão da reforma tributária, um dos expoentes desta Casa.

Estamos com saudade, com lembranças.

Nesta justa homenagem, parabenizamos o Deputado José Carlos Aleluia e toda a família do Deputado Mussa Demes.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

Declaro promulgada, nesta sessão, a presente resolução.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer, e do Líder Henrique Eduardo Alves, congratulamo-nos com esta grande homenagem a um grande Deputado, do qual fui colega, e a estendemos também aos seus familiares.

Eu acho que a Câmara se honra, neste momento, com esta homenagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB também rende homenagem ao grande Deputado Mussa Demes.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Desde que cheguei à Câmara dos Deputados, como outros, tive contato com o Deputado Mussa Demes. Só acrescento também, por crer que é nosso dever.

Há figuras que, embora com conhecimento, por causa da discrição muitas vezes não se levam ao reconhecimento do grande público. Mas o Deputado Mussa Demes aliava a essa discrição a competência e sucessivos mandatos.

S.Exa. tinha uma característica marcante: era um homem de coragem ímpar, dava suas opiniões com referência a temas da política e a temas delicados. Muitas vezes o Parlamentar prefere passar ao largo de certas questões, mas S.Exa., em processos em que poucos queriam entrar, como por exemplo o do DPVAT, ia para a tribuna, demonstrando coragem e solidariedade, a partir das suas convicções.



Aproveito a oportunidade também para homenagear sua família, da mesma forma como fiz com referência ao Deputado Júlio Redecker. Se não há alegria pelo fato do falecimento, há o sentimento de que estamos procurando, pelo menos, fazer a homenagem justa.

O SR. ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome do PTB, gostaria também de me acostar a este momento de lembrança do companheiro Deputado Mussa Demes, principalmente agora que esta Casa está discutindo a reforma tributária. Quando falamos em reforma tributária, essa reforma tem a cara do Deputado Mussa Demes, em função de sua história.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de acompanhar, na qualidade de médico, todo o seu sofrimento como diabético, como hipertenso, e os de ordem visual. Mas sempre que teve condições físicas de estar presente à Casa, principalmente ao plenário, participou do debate, da discussão.

Fica registrada, portanto, em nome do PTB, a nossa solidariedade.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSB se associa às homenagens prestadas ao Deputado Mussa Demes.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos registrar nossa boa lembrança, nossa saudade e o papel que a figura do Deputado Mussa Demes desempenhou nesta Casa.

De maneira cordata e correta, de forma corajosa, séria e republicana, sempre tratou das questões, particularmente, como foi citado, a da reforma tributária.



Merece de nossa bancada e de toda esta Casa as homenagens, às quais nos somamos, que rendemos neste momento de reconhecimento da sua passagem por esta Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Projeto de Lei nº 4.322, de 2008, de autoria do Deputado Virgílio Guimarães.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.322, de 2008, que denomina Otto Lara Resende e Fernando Sabino os viadutos que compõem o complexo do anel rodoviário de Belo Horizonte, localizados no Km 312,8 da BR-262. Pendente de pareceres das Comissões: de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Viação e Transportes, ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela Comissão de Viação e Transportes, nosso parecer é favorável.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Educação e Cultura, ao Deputado Miguel Martini.

O SR. MIGUEL MARTINI (PHS-MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de dizer da nossa alegria, como mineiros, com o grande crescimento do Estado, trabalho maravilhoso que o Governador tem feito.

Essa Linha Verde vem a ser um dos marcos do nosso desenvolvimento, do nosso crescimento. E homenagear Otto Lara Resende e Fernando Sabino é para nós mineiros um grande orgulho.

Fica registrado o nosso parecer favorável.

Agradecemos aos nobres pares o reconhecimento a esses 2 grandes expoentes brasileiros. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a Linha Verde é significativa no sentido de trazer crescimento, desenvolvimento e modernidade ao nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Deputado Miguel Martini.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, ao Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os mineiros são meio baianos sempre.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Aprovamos, dessa forma, esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço a V.Exa., da mesma forma.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Passa-se à votação da matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o Projeto de Lei nº 4.322, de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como votam os Srs. Líderes?

Para orientar a bancada, concedo a palavra ao Líder Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, hoje é um dia de homenagens, e prestamos homenagem a 2 mineiros ilustres, da escol da intelectualidade brasileira, Otto Lara Resende e Fernando Sabino. Fernando Sabino, inclusive, foi sogro de um companheiro nosso, o Deputado Miro Teixeira, cuja mulher é filha do falecido Fernando Sabino.

É uma homenagem justa a 2 intelectuais brasileiros, que representam o povo mineiro, como o Deputado Humberto Souto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como desconfieei que os mineiros teriam vocação de citar a obra completa dos dois, falei que queria um paulista agora. Foi uma brincadeira com os mineiros, e o Deputado Fernando Coruja tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como vota o PSDB?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB também gostaria de homenagear estes 2 mineiros ilustres, Otto Lara Resende e Fernando Sabino. Muito provavelmente os viadutos vão começar a se comunicar, como naquela prosa dos mineiros que os 2 grandes escritores sempre travavam.

Nossas homenagens a Otto Lara Resende e Fernando Sabino.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o projeto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Houve 2 acordos referentes aos 2 projetos, o que dispõe sobre a cota das universidades e o que diz respeito à inspeção veicular. Vou colocar em primeiro lugar o das cotas.

Quero pedir a todos atenção, porque, às 14h, vai haver sessão do Congresso Nacional. Sei que esse tema é apaixonante, mas eu gostaria que todos conseguissem se concentrar ao máximo. O que estiver mais, digamos, preparado...

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não podemos começar pelo projeto que se refere à inspeção veicular?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Podemos. Para mim, não há problema algum.

O SR. COLBERT MARTINS - Imagino que haja mais consenso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Não, vamos começar pelo das universidades.

O SR. COLBERT MARTINS - V.Exa. decide.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Projeto de Lei nº 3.913, de 2008, do Senado Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.913, de 2008, que institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação superior, profissional e tecnológica; tendo pareceres das várias Comissões, apensados os PL nºs 73/99, 373/03, 615/03, 1.313/03, 2.923/04, 3.627/04, 14/07, 1.330/07 e 1.736/07.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa., nos termos do art. 193, combinado com o art. 117, X, do RICD, o adiamento da votação por 2 sessões do PL 3.913”.

Assina a Liderança do PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago do Líder Emanuel Fernandes se podemos retirar, de ofício, esse requerimento do PSDB, que propõe o adiamento da votação por 2 sessões.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, está retirado de ofício.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, que falará a favor da matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. e o Colégio de Líderes por colocar este projeto em pauta.

Este projeto é da maior importância e demonstra o compromisso com a educação que tem o Governo Lula, que já ampliou muito o número de universidades públicas e o de extensões universitárias técnicas federais, sempre com o apoio desta Casa, na contratação de professores para o ensino superior e para o ensino técnico e profissional.

Agora, este projeto vem reservar 50% das vagas das universidades públicas e das escolas técnicas federais para alunos oriundos das escolas públicas.

É bom ressaltar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que recentemente o *Correio Braziliense* divulgou pesquisa realizada com os alunos cotistas da Universidade de Brasília. Ficou claramente demonstrado o melhor desempenho desses alunos cotistas ao longo de todo o período acadêmico na universidade.

Não tenho a menor dúvida de que este projeto, além de democratizar o acesso ao ensino superior brasileiro, promoverá uma melhoria da escola pública, sobretudo das escolas públicas de ensino médio.

Precisamos continuar no esforço de melhorar o ensino público brasileiro e acabar com o questionamento sobre se devemos investir no ensino básico, no ensino superior ou no ensino tecnológico. Precisamos, sim, melhorar a educação em todos os níveis, garantir a educação infantil, a educação básica e o ensino superior



de boa qualidade, continuar a exercitar o princípio indissociável do ensino, pesquisa e extensão e desenvolver o ensino tecnológico profissional.

Quero cumprimentar a Câmara dos Deputados pelo dia de hoje, quando ela se encontra com o desejo da população e realiza sua grande tarefa: a de melhorar e democratizar o acesso ao ensino público brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres, que falará contra a matéria.

O SR. GERSON PERES - Sr. Presidente, só para esclarecer: eu estava inscrito para falar neste projeto?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sim. Na verdade, V.Exa. se inscreveu para tratar do Projeto de Lei nº 73, que está apensado. Mas se V.Exa. neste momento quiser reavaliar, porque foi produzido um acordo, passo a palavra a outro Parlamentar e, em seguida, caso V.Exa. queira falar contrariamente, volto a conceder a palavra a V.Exa. O.k.?

O SR. GERSON PERES - Após outro Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Sim.

O SR. GERSON PERES - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para discutir favoravelmente à matéria, concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe. (*Pausa.*)

Deputado Fernando Coruja. (*Pausa.*) Abriu mão.

Deputado Ivan Valente. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Rubem Santiago. (*Pausa.*)

Deputado Ricardo Barros. (*Pausa.*) Abriu mão.

Deputado José Genoíno. (*Pausa.*)

Deputado Reginaldo Lopes. (*Pausa.*)

Deputado Dr. Rosinha. (*Pausa.*)

Deputado Carlos Santana. (*Pausa.*)

Deputada Manuela d'Ávila. (*Pausa.*)

Deputada Alice Portugal. (*Pausa.*)

Deputado Chico Lopes. (*Pausa.*)

Deputado Edmilson Valentim. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Quintella Lessa. (*Pausa.*)

Indago ao Deputado Gerson Peres se quer discutir, contrariamente, a matéria.
(*Pausa.*)

Tem a palavra V.Exa.

O SR. GERSON PERES (PP-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considero estranho o procedimento de estabelecer vagas. Em primeiro lugar, porque discrimina direitos igualitários. Em segundo lugar, porque cai num vazio, pois, mesmo que se reserve ao negro um determinado número de vagas, ele vai se submeter ao processo seletivo do vestibular. E os que não passarem? Para onde irão as vagas reservadas a eles? Estão querendo dar ao ingresso nas universidades



tratamento igual ao dado às vagas para mulheres por partido: não havendo mulher para ser candidata, fica o partido com as vagas abertas.

Sr. Presidente, o bom senso nos diz que é muito mais seguro para o princípio da igualdade todos disputarem em condições de igualdade. É muito melhor para os negros, que estão ganhando cada vez mais espaço na sua formação e na sua escolarização — vejam quantos negros ocupam hoje no Brasil posições de destaque, pelo seus esforços, sem precisar ter alcançado essas posições por estarem inseridos no contexto de vagas. As vagas estimulam até uma espécie de irregularidade: por compaixão ou para preencher de qualquer maneira, alinhar ou igualar as notas de ingresso na faculdade.

Se fôssemos estudar o princípio da igualdade que está inserido no texto constitucional, veríamos essa lei não terá amparo na Constituição, porque discrimina ainda mais o negro. Se 15% das vagas forem destinadas aos negros, mas houver negros além desses 15%, eles não poderão disputar outras vagas na universidade.

Há uma diversificação brutal no que diz respeito ao princípio de que somos todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Não existe distinção de qualquer natureza. Aí está a restrição básica para que nós não aproveamos esse princípio de ceder vagas em escolas para negros e brancos. É um erro. As associações, às vezes, não compreendem isso quando conversamos com elas e dizemos que os negros têm mais vantagens quando competem em condições de igualdade, sem distinção de qualquer natureza. Quando as vagas estiverem preenchidas — os 15% ou 20% —, os negros não vão poder entrar na faculdade, porque a lei só permite até 15%. Lembrei isso aos colegas.

Meu voto pessoal será contrário a essa medida, baseado nessas considerações que fizemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento do Sr. Relator, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Na verdade, vou dar a palavra agora para que sejam oferecidos pareceres pelas Comissões aqui em plenário, a partir das emendas de Plenário.

Creio, então, que no momento apropriado V.Exa. poderá indagar aquilo que tem em mente.

O SR. COLBERT MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - São Relatores: da Comissão de Educação, Deputado Carlos Abicalil; da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Deputada Iriny Lopes; para a Comissão de Constituição e Justiça, vamos indicar alguém. *(Pausa.)*

Não estou vendo aqui os Relatores.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu indico como Relator da Comissão de Educação e Cultura o Deputado Luiz Couto, a quem concedo a palavra.

As emendas estão chegando. *(Pausa.)*

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estão pedindo 1 minuto, porque há possibilidade de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, vamos conceder um tempo breve. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Líder Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos produzindo um entendimento. Há uma emenda do Deputado Paulo Renato que estabelece critério diferenciado para a renda. S.Exa. quer que os beneficiários sejam os que têm renda de até 3 salários mínimos, e o Governo, como já tem o PROUNI aprovado, com renda de 1,5 salário mínimo *per capita*, preferiria que o critério fosse igual, para não ficar havendo vários critérios dentro de uma mesma política, que é a de favorecer as pessoas de menor renda com o acesso à universidade. Por isso, estamos tentando aqui um entendimento. Pedi que viessem os Parlamentares mais qualificados para o debate dessa matéria.

Se V.Exa. puder nos conceder mais alguns minutos, tentaremos chegar a um entendimento para que a solução das quotas seja a melhor possível, dentro de uma estatística. A alegação é que 70% dos brasileiros têm renda menor do que 3 salários mínimos.

O Ministro Paulo Renato defende esse critério, e o Ministro Fernando Haddad pretende, para não criar um critério para cada tipo de ação do Ministério, manter a renda de 1,5 salário mínimo *per capita*, que já vale para o PROUNI, cujos resultados têm sido muitos bons — os alunos desse programa têm tido melhor desempenho do que os alunos que vêm de escolas particulares.

Portanto, Sr. Presidente, peço um pouco de tempo para chegarmos a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Naturalmente, vamos conceder o tempo. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Evidentemente, eu tentar dar sugestão daqui é forte, mas poder-se-ia colocar um ponto. Três salários mínimos. Ponto. E aí se acrescenta, para resolver essa situação específica...

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas comunicar a V.Exa. que estamos discutindo com o Ministro Paulo Renato, o Ministro Fernando Haddad e o Presidente da Frente Parlamentar da Juventude, o colega Deputado Reginaldo Lopes. Estamos chegando a um acordo, talvez seja possível. É melhor um bom acordo do que uma disputa. É um projeto importante para o Brasil.

E no Dia de Zumbi, quero parabenizar V.Exa. pela edição de hoje do *Jornal da Câmara*, que publica caderno especial alusivo ao transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra. Parabenizo V.Exa.

Nós queremos chegar a um acordo. Parece que estamos a caminho desse acordo. Este projeto não é partidário, Sr. Presidente. É um projeto para o Brasil. Por isso, quero parabenizar V.Exa. pela paciência, a liderança do Deputado Ricardo Barros, o Deputado Fernando Ferro, o Deputado Luiz Couto.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu não estou dando a palavra para breves comunicações, porque o silêncio ajuda a pensar mais. Então, vou aguardar o tempo necessário e suficiente.



O SR. RICARDO BARROS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, nós votamos a matéria da Comissão da Reforma Tributária. Então, eu gostaria apenas de comunicar ao Presidente que na Comissão os trabalhos estão encerrados.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Parabéns a todos da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tenho uma lista de inscritos e, como sempre gera desconfianças, todas elas infundadas, de forma deliberada estou mantendo essa lista em suspenso, porque acho que devemos nos concentrar na negociação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quanto ao item 3 da pauta, acerca da publicação de informações sobre licenciamento ambiental na Internet, parece-me que há amplo consenso entre os Líderes.

Então, se não estiver enganado — e peço a atenção dos Líderes para essa questão —, podemos votar o item 3 enquanto as negociações continuam, num acordo de Plenário, se o Presidente puder fazer e não houver objeção dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Da minha parte, não há objeção. Do ponto de vista regimental, tenho de consultar o Plenário.

Com o intuito de produzir um acordo e torcendo para que isso seja possível no que tange a este projeto de lei de cotas, indago se podemos momentaneamente deixar este projeto e passar ao projeto que trata da disponibilização na rede mundial, Internet, das ações referentes a meio ambiente.



O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB, Sr. Presidente, respalda a posição, e nós poderemos fazer essa alteração enquanto estivermos nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Se ninguém for contra, as manifestações favoráveis já nos contemplam.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP concorda, Sr. Presidente.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR concorda, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu indago do Líder Juvenil, que pediu a palavra como Líder, se podemos aguardar um pouco. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Nessa matéria, de informação sobre licenciamento ambiental, há um requerimento de retirada de pauta do Democratas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pode retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Retirar de ofício.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não. Qual é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou ler aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Se for licenciamento ambiental, queremos retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - *“De forma a obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas na rede mundial.”*

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nós queremos retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, não dá para passar para este.

Vamos, então, dar um tempo, para ver se conseguimos.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou dar a palavra, como Líder, ao Deputado Juvenil Alves.

O SR. JUVENIL (PRTB-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados e Deputadas, é do conhecimento dos Líderes que hoje pela manhã o Ministro Guido Mantega esteve na reunião do Colégio de Líderes, apresentando um projeto que virá em forma de medida provisória para esta Casa.

Não poderia deixar de, neste momento, fazer um elogio a esse projeto, porque é o primeiro de ordem tributária — incluindo todos os Governos que antecederam ao do Presidente Lula — que faz justiça fiscal.

Esse projeto pretende tirar da prateleira do Judiciário milhares e milhares de processos que compõem o quadro de quase 1 trilhão da dívida ativa tributária brasileira. Isso não só contribui para que o Judiciário opere de forma mais lenta, no prejuízo de toda a sociedade, como também impede que pequenas empresas tenham acesso ao mercado formal, porque, de uma forma ou de outra, tendo ficado com uma dívida tributária, esses empresários ficaram impedidos de participar do processo produtivo brasileiro.

Com essa sensibilidade extremada do Presidente Lula, será possível, a partir da aprovação dessa medida provisória, que esses contribuintes, ficando em dia com o Fisco Federal, voltem de forma tranqüila e plena ao exercício da economia formal.

O cerceamento à participação na economia formal gera não só maior dificuldade de arrecadação do Fisco, como falta de dignidade social dos pequenos contribuintes que devem ao Fisco, que, uma vez obrigados a ficar na marginalidade



da Receita, não têm condições de operar livremente o seu comércio e a sua atividade.

Portanto, já tendo sido manifestado no Colégio de Líderes, parece-me, um amplo apoio, tanto da Oposição quanto da base governista, a esse projeto, eu conclamo a sociedade brasileira a que se faça presente a esse debate, para que se resolva essa grande mazela existente da dívida tributária brasileira.

Será um grande avanço para o Governo e para os contribuintes e mostra com propriedade que o Governo Lula está atento à crise econômica mundial. Esses contribuintes, ao voltarem para a economia formal e terem acesso a financiamentos, com certeza gerarão mais empregos e mais renda e farão frente, de forma corajosa, a essa crise que insiste em bater às portas do Brasil.

Portanto, o momento é para que todos nos unamos na aprovação dessa medida provisória e para que a sociedade também participe, com emendas, para que possamos melhorar essa grande iniciativa do Governo Lula.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para breves comunicações, tem a palavra a Deputada Dalva Figueiredo. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado Manoel Junior. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

Deputado Nilson Mourão. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia do lançamento da campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*, registro desta tribuna a Marcha das Josys, que será realizada dia 21, em Santana, no Estado do Amapá, e da qual participarei.

A Marcha das Josys é parte das ações do movimento de combate à violência contra as mulheres no Município de Santana, considerado o mais violento do Estado. É uma homenagem a Josyléia Guimbal, a Josy, uma professora de 30 anos assassinada covardemente com 1 facada, em 2003, pelo ex-marido, que não aceitava a separação. O crime comoveu a cidade, que realizou a primeira manifestação naquele mesmo ano.

A coordenadora Isameire Cunha estima em mais de 5 mil os participantes da Marcha das Josys, que sairá do Campo Paraíso, às 16h, em direção à Praça Cívica, no Município de Santana.

Aproveito, Sr. Presidente, para parabenizar a Vereadora Cristina Almeida, eleita para a Câmara Municipal de Macapá e que levará àquela Casa de leis a voz do povo negro do Município de Macapá, do Amapá e do nosso País.



Cristina é mulher e é negra. Este é um dia especial para parabenizar a companheira do meu partido — o Partido Socialista Brasileiro —, que levará à Câmara de Vereadores da Capital do meu Estado a voz da população do Município como um todo, mas em especial a das mulheres, a das mulheres negras e a do povo negro.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

Deputada Janete Capiberibe, para concluir seu pronunciamento.

E não é chamar pela segunda vez. É que V.Exa. está inscrita 2 vezes. Para evitar...

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - É a insistência, Sr. Presidente. Somos 513 e é normal que o espaço seja pequeno para cada um.

Ao concluir, Sr. Presidente, solicito a publicação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, principalmente no que diz respeito ao registro que faço sobre a população negra, quilombola, do Município de Macapá, Capital do meu Estado, o Amapá.

Parabenizo, mais uma vez, Cristina Almeida, mulher negra eleita pelo povo de Macapá para representá-lo na Câmara Municipal.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Edinho Bez. (*Pausa.*)

Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, terminamos hoje, depois de 9 ou 10 horas de reunião na Comissão Especial da Reforma Tributária, a aprovação do substitutivo ao texto do Deputado Sandro Mabel e também a apreciação de todos os destaques.

Eu apresentei destaque a uma emenda para fazer justiça ao povo brasileiro e distribuir um bem que pertence à União não apenas, com privilégio, para determinados Estados, mas para todo o Brasil, porque a plataforma continental, como diz a Constituição, pertence à União e somente à União. Não é para a lei aqui contrariar princípio constitucional.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, o meu destaque à emenda, que foi aprovada no primeiro relatório do Relator, por pressão política de grupos localizados foi retirado no segundo substitutivo. Depois que defendi que esse destaque fosse aprovado separadamente do grupo e que mostrei para toda a Comissão os dados desse privilégio, chamei a atenção de toda a base do Governo.

Sentimo-nos discriminados e queremos reapresentar esse destaque em Plenário quando for apreciada a reforma tributária. O que eu quero é que o que couber ao Município seja distribuído pelo FPM — pega todo o mundo, todo o mundo do Brasil ganha — e o que pertencer a Estado seja distribuído pelo FPE, o Fundo de Participação dos Estados.

Com isso, redistribuiremos renda, haverá diminuição dos privilégios localizados existentes neste País, modernizaremos a administração pública e, com certeza, contribuiremos para a melhoria das condições de vida do povo mais sofrido



do Nordeste, que tem o pior IDH do Brasil, a pior renda e a menor capacidade contributiva.

O Nordeste, apesar dos programas sociais, nunca consegue crescer. Continuamos há 20 anos com 47% da renda *per capita* do País e há muitos anos com 13% do PIB brasileiro.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu quero indagar se deu acordo ou não.

Quem está conduzindo? Deputado Paulo Renato, Deputado Ricardo Barros, deu acordo? (*Pausa.*)

Eu quero agradecer ao Líder Waldir Neves, que estava inscrito como Líder, mas nos permite evoluir na pauta.

Na medida em que deu acordo, vamos, então...

Já tem cópias das emendas distribuídas? Não? Ah, tá. Foi redigida agora? Não foi escrita ainda? É que não está escrito ainda o acordo. Então, poderia dar a redação. Eu dou a palavra ao Líder Waldir Neves por 5 minutos, alguém redige aí a... Pode ser?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldir Neves, pela Liderança da Minoria.

O SR. WALDIR NEVES (PSDB-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Sras. Deputados, venho à tribuna falar sobre a Medida Provisória 446.

Analizamos detidamente essa medida provisória, até porque nunca fazemos uma crítica simplista, procuramos fazer uma crítica no sentido de promover uma avaliação ampla e pormenorizada.

Achamos até que o primeiro ponto dessa medida provisória, a transferência da fiscalização para entidades afins, é positivo. No que tange à fiscalização, ela se torna até um pouco mais rigorosa. É o Ministério da Educação que avaliará se, efetivamente, as entidades estão ou não cumprindo seu papel.

Não podemos concordar com a pura e simples anistia de uma série de outras entidades, que, inclusive, têm suspeição antecipada de fatos, sobretudo num momento como este.

Alertamos novamente esta Casa sobre a nossa preocupação com a dimensão dessa crise. Muitos ainda acham, ou pelo menos agem como se essa crise, que demonstrou ser de grandes proporções, fosse, realmente, uma pequena marolinha. Não é. Portanto, é muito arriscado, neste momento, votarmos uma medida provisória que concede em torno de 5 bilhões de isenção fiscal.

O mais interessante é que — e chamo a atenção desta Casa, principalmente daqueles que eram cáusticos críticos —, nos Governos anteriores, medidas provisórias eram editadas em número bem menor e sofriam todo tipo de crítica aqui, sobretudo dos partidos que hoje compõem a base, principalmente o PT, partido do



Governo, crítico permanente da edição de medidas provisórias, seja qual fosse a medida editada.

E agora? Cadê os críticos? Será que estão embevecidos pelo Poder, a ponto de não criticarem mais? O que aconteceu? Agora pode tudo e as medidas provisórias valem?

Mas o que queremos registrar fundamentalmente quanto a essa medida provisória é: onde está o princípio da relevância e urgência? Ressaltei aqui alguns pontos positivos. Repito: onde está o princípio da relevância e urgência? Onde está contemplado?

Quero ressaltar a postura do Senador Garibaldi Alves, que devolveu ao Poder Executivo essa medida provisória, porque é inoportuna, indevida, pelo momento. E mais do que isso, ela não atende aos princípios fundamentais daquilo que norteia as medidas provisórias, instrumentos para dar agilidade aos governos em momentos difíceis, ante fatos relevantes. Anistiar algumas entidades filantrópicas não é um fato relevante.

O que nos entristece é ver um Governo que foi forjado nas lutas populares e que veio para ser diferente usar de expedientes antes condenados pelos que o integram.

De forma que impede o debate, porque a medida provisória tem prioridade na pauta de discussão, e engessa o Parlamento com fatos não importantes a esse ponto, que poderiam ser objeto de tramitação normal. E nós aqui, até quando vamos aceitar isso?

Quero ressaltar a grandeza de estadista do Presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, que teve coragem e firmeza, além de dignificar o Poder Legislativo,



quando remeteu a medida de volta e disse: *“Aqui, ela não vai tramitar, porque desatende os princípios elementares estabelecidos na Constituição”*.

Poderíamos ter feito isso. Perdemos uma grande oportunidade. Lamento ver que esta Casa muitas vezes tem sido filial do Poder Executivo.

Quero ressaltar a postura adotada pelo Senador Garibaldi Alves Filho, que surpreendeu a todos nós e nos deu demonstração de que ser aliado é diferente de ser subserviente. Aquilo que está errado tem de ser rejeitado.

Deixo, portanto, registrado o nosso pensamento quanto aos fatos que vêm ocorrendo. O posicionamento do Senador Garibaldi Alves Filho virou manchete na imprensa nacional, uma vez que foi um fato inédito e até surpreendente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Foi dada a redação? Ainda não chegou à Mesa. Estou perguntando porque ainda não a temos.

Vou ler aquilo que foi acordado entre os Líderes. Peço atenção, pois ainda está de próprio punho. A proposta é que no art. 1º e no art. 4º seja incluído o mesmo parágrafo único, que passo a ler:

“No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% deverão ser reservados a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita”.

Está certo? É esse o acordo?

É nos arts. 1º e 4º. É o mesmo parágrafo único.

Concederei a palavra ao Deputado Paulo Renato, que explicará, e em seguida falarei sobre a questão regimental.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado Paulo Renato.

O SR. PAULO RENATO SOUZA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de projetos de lei, de iniciativa de Parlamentares de diversos partidos, sobre reservas de vagas nas universidades públicas há muitos anos em tramitação nesta Casa. Alguns deles, entre os quais o da Deputada Nice Lobão e os de outros Deputados, defendiam uma cota dita eminentemente social, ou seja, 50% das vagas das universidades públicas deveriam ser reservadas a alunos oriundos de escolas públicas. Outros projetos reservavam o percentual de 50% em geral apenas pelo critério racial.

O Relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura, o Deputado Carlos Abicalil — infelizmente S.Exa. não está presente —, ao elaborar o seu substitutivo, que foi aprovado na Comissão de Educação e estava pronto para vir a plenário, fez uma mistura das duas tendências, estabelecendo o seguinte: 50% dos alunos vêm da escola pública, e, dentro desses 50%, se fará o preenchimento das vagas de acordo com a proporção das raças da população de cada Estado, segundo o IBGE.

Aqui, de certa forma, avançou-se, porque não estava se fazendo uma cota geral para todo País, mas uma cota proporcional à diversidade racial de cada Estado. Nesse sentido, o Ministro Fernando Haddad esteve aqui e afirmou que não se estaria dando privilégio a nenhuma raça no âmbito de cada Estado.

Na ocasião, em reunião com os Líderes partidários, levei alguns dados que indicavam que, na verdade, a diferenciação na educação brasileira se dá muito mais por critérios sociais do que por critérios raciais.. É a renda da família que determina



um desempenho diferenciado do estudante no sistema de ensino, e não tanto o critério racial.

Houve, então, um processo de negociação na Casa, e foi feito um apelo para que tentássemos um acordo que sintetizasse as duas propostas.

Tenho aqui os dados da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Permita-me interrompê-lo, Sr. Deputado. Prorrogo a presente sessão por 1 hora e, ao mesmo tempo, lembro a todos que teremos sessão do Congresso Nacional às 14h.

O SR. PAULO RENATO SOUZA - No que se refere à população com renda de até 3 salários mínimos, na população indígena em geral esse percentual corresponde a 70%; na população branca, a 47%; na população negra, a 68%; na oriental, apenas a 32%; e na população parda, a 72%.

A minha tese era a de que, se simplesmente estipulássemos o critério de renda, estaria resolvido o problema racial também.

Entretanto, especialmente da parte do Governo e do Partido dos Trabalhadores, havia compromissos com os movimentos sociais que reivindicavam a inclusão do critério racial.

Ontem, chegamos ao entendimento — proposta de minha autoria — de que, dentro dos 50% garantidos aos egressos da escola pública, metade seria atingida pelo critério de renda de até 3 salários mínimos. E dentro dos outros 50%, então, estaria contemplado o critério racial, de acordo com o projeto.

Isso foi acordado ontem, à noite. Hoje, pela manhã, infelizmente, a situação era diferente.



Destaco que cedi em 2 pontos importantes para o Governo, a fim de que o projeto pudesse ser hoje aprovado.

Devo registrar que não me senti totalmente confortável com o procedimento que seguimos, porque, ontem à noite, tínhamos acordado uma coisa e hoje, pela manhã, a situação era outra.

Sr. Presidente, estamos votando 2 critérios paralelos. O critério geral é 50% das vagas para os egressos da escola pública; dentro desses 50%, metade deverá ser destinada a pessoas oriundas de famílias de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

Vale ressaltar que atendi a um pedido do Ministro da Educação, porque os 3 salários mínimos propostos por mim, segundo ele, atingiriam um estrato da população que não teria condições de se manter na universidade. Portanto, deveria ser um estrato de renda um pouco menor, ou seja, 1,5 salário mínimo *per capita*.

Por outro lado, também dentro do 50% de reserva de vagas para os egressos da escola pública, paralelamente, para todo o conjunto, haveria o critério racial, tal como definido no projeto.

Na minha visão, este não é o projeto ideal. Deveríamos ter nos fixado apenas na questão da renda. Mas, tendo em vista que este projeto vem tramitando há muito tempo nesta Casa e que proposição exatamente igual à que estava sendo aqui analisada fora aprovada no Senado, acatei as sugestões.

Portanto, vamos acrescentar o seguinte parágrafo único aos arts. 1º e 4º do texto que o Sr. Presidente leu:

“Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% deverão ser



reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita”.

Com isso, teremos os 2 critérios em paralelo. E Deus haverá de nos ajudar para que o resultado seja o melhor possível para a educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero agradecer ao Deputado Paulo Renato, porque S.Exa. deu explicações e, naturalmente, apresentou sua visão. Foi muito importante que assim o fizesse, porque, ao mesmo tempo, S.Exa. relatou que, no evoluir das negociações, foi feito um acordo. E, frente às divergências, a produção de um acordo sempre tem d ser comemorada.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O projeto foi emendado.

Foram apresentadas 2 emendas em plenário.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário, pela Comissão de Educação e Cultura, ao Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rejeitamos a Emenda nº 1 e apresentamos uma subemenda substitutiva à do Relator quanto à Emenda de Plenário nº 2, cuja redação é a seguinte:

“Acresçam-se aos arts. 1º e 4º do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura parágrafos únicos, ambos com a seguinte redação:

‘No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% deverão ser reservados a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita’”.

Esse é o parágrafo a que estamos dando o parecer favorável. E rejeitamos, no mérito, a Emenda nº 1.

O parágrafo único do art. 4º também terá a mesma redação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu ia comentar antes do parecer, para que todos possam acompanhar, o seguinte: tendo em vista já ter passado o prazo para apresentação de emendas, o Relator rejeitou a Emenda nº 1 e, na forma de subemenda, S.Exa. pegou a Emenda de nº 2 e passou a compor o parecer da Comissão de Educação e Cultura.

Agradeço ao Deputado Luiz Couto o trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, ao Sr. Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Emenda nº 1 foi rejeitada, portanto, não cabe manifestação sobre ela.

E, pela Comissão de Direitos Humanos e Minoria, somos pela aprovação da Emenda nº 2, nos termos relatados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Deputado Colbert Martins, que, de forma cirúrgica, deu seu parecer.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra, para oferecer parecer às Emendas de Plenário, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto envolve a questão da ação afirmativa ou da discriminação positiva. Houve longo debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a constitucionalidade da matéria, tendo vencido a tese da constitucionalidade da discriminação positiva ou da ação afirmativa.

Tenho a opinião de que as ações afirmativas e discriminações positivas são constitucionais. Quer dizer, as cotas são constitucionais. E as emendas vão na linha de estabelecer cotas.

A Comissão de Constituição e Justiça dá parecer apenas sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Portanto, dou parecer favorável tanto às Emendas de Plenário como à subemenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Agradeço ao Líder Fernando Coruja, e vou tomar a liberdade de fazer uma brincadeira. Todos percebemos que S.Exa. circunstanciou o seu parecer mostrando que é um sistema, como endocrinologista que é.



O SR. RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar como autor da Emenda nº 1, que foi rejeitada.

A emenda de que sou autor diz o seguinte:

“Art. As instituições do ensino superior público destinarão, a partir de 2017, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, 100% das vagas para alunos que tenham cursado, integralmente, o ensino fundamental e médio em escola pública”.

O objetivo dessa emenda, Sr. Presidente, era evidentemente que os pais fossem esclarecidos sobre o fato de que, se quisessem que seu filho estudasse em uma universidade pública, teriam de matriculá-lo em escola pública durante todo o período da sua formação.

Sobre esse objetivo falei com o Sr. Ministro, que disse que estudaria melhor o assunto.

Eu imagino que esse é um passo importante, porque as pessoas têm de optar. Não é possível um aluno que estudou em escola particular disputar uma vaga no vestibular com o que estudou em escola pública.

Então, o ensino fundamental e médio tem ser cursado durante toda a formação do aluno na escola pública, e os pais têm de saber que, se não colocarem



o filho desde o início na escola pública, ele não poderá, no futuro, desfrutar desse benefício.

É uma pena a emenda ter sido rejeitada, mas espero que no Senado Federal possamos recuperar esse espírito público em relação ao ensino público superior.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há oradores inscritos.

Para discutir a matéria favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*



O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida e quero esclarecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - V.Exa. tem inteira razão.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 1º do Projeto de Lei nº 3.913 diz:

“Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior profissional, em cada concurso seleção, reservarão 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas”.

A questão é: quem cursou integralmente o ensino fundamental em escola pública, mas cursou o ensino médio em escola privada, estará amparado pelo art. 1º e terá prioridade nas vagas reservadas?

No caso de não-preenchimento de vagas, segundo o critério do *caput*, as vagas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente também o ensino médio nas escolas públicas?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou tentar explicar de outra maneira, não de interpretação. O que vai a voto é a seguinte redação do art. 1º — página 50 do avulso:

“Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, 50% das vagas



para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”.

Portanto, V.Exa. há de perceber que não é apenas o ensino fundamental. Quando da vinda do Ministro Haddad a esta Casa, eu fiz outra indagação, mas não quero complicar. É que, quando se fala no mínimo, não se estabelece o máximo. Então, fica uma margem, e creio que isso deverá ser aprimorado com algum tipo de regulamentação.

O SR. COLBERT MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando se usa a expressão "*no mínimo*" — só para ajudar na compreensão — é porque, se as notas que os estudantes obtiverem no vestibular, por exemplo, derem aos oriundos de escola pública 60% das vagas, não se vai diminuir, evidente. Mas essa não é a realidade atual no País hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É isso que estou qualificando de "regulamentação", mas o texto, por si, não dá a dimensão que V.Exa. acabou de comentar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Mas, Sr. Presidente, esse é o curso integral. Nota mínima no curso integral na escola pública.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Como não está explicitado, seguramente, com a explicação dada pelo Líder Henrique Fontana, isso compõe o arcabouço, digamos, integral — acho que o termo não é apropriado — de como manejar o que a lei vai estabelecer.

Deputado Colbert Martins, V.Exa. está esclarecido?

O SR. COLBERT MARTINS - Esclarecido, Sr. Presidente. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência.

Nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3.960, de 2008, do Poder Executivo, que 'altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de maio de 1998, 9.984, de 17 de julho de 2001, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior — DAS, Funções Comissionadas do Banco Central — FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências, e

RESOLVE

I – designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II – convocar os membros ora designados para reunião de instalação e eleição” — o dia anunciaremos depois; deve ser quarta-feira que vem.

Brasília, novembro de 2008

Arlindo Chinaglia

Presidente da Câmara dos Deputados



Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei de 2008, do Poder Executivo, que “altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de maio de 1998, 9.984, de 17 de julho de 2001, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior — DAS, Funções Comissionadas do Banco Central — FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências”.

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Titulares: Celso Maldaner, Flávio Bezerra, Geraldo Pudim, Iriny Lopes, João Maia, José Airton Cirilo, Luiz Sérgio, Paulo Roberto, Zonta.

Suplentes: Assis do Couto, Gerson Peres, Gorete Pereira, José Eduardo Cardozo, José Guimarães, Marinha Raupp, Moisés Avelino, 2 vagas.

PSDB/DEM/PPS

Titulares: Duarte Nogueira, Eduardo Sciarra, Wandenkolk Gonçalves, 2 vagas.

Suplentes: Rômulo Gouveia, William Woo, 3 vagas.

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Titulares: Evandro Milhomen, Givaldo Carimbão.

Suplentes: Julião Amin, Sandra Rosado.

PV



Titular: Sarney Filho.

Suplente: Edson Duarte.

PHS

Titular: 1 vaga.

Suplente: Ronaldo Leite.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Passa-se à votação da matéria.

Há oradores inscritos para encaminhar.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Abro mão da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Muito bem.

Concedo a palavra à Deputada Manuela d'Ávila. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou baiano, e na Bahia a ação afirmativa pode gerar resultados muito agradáveis para o futuro do Estado.

Acompanho a questão da discriminação reversa há muito tempo. Presenciei embates muitos grandes em alguns Estados americanos pioneiros na discussão do tema, como a Califórnia.

Evidentemente, num primeiro momento, esses projetos causam algum *stress*, porque toda a vez que se discrimina, discrimina-se alguém. É como uma *pizza*, Sr. Presidente. Na medida em que se reserva metade da pizza para os alunos que vêm da escola pública, está se dizendo que os outros não participam da outra metade.

Em linguagem mais simples: quando uma universidade possui mil vagas e reserva 500 para os alunos da escola pública, significa que os demais alunos



disputam apenas 500 vagas. É uma discriminação, sim, mas acho que isso pode ser muito positivo, e certamente será.

Vamos evoluir. A cota é o passo ainda primitivo na inserção que se pretende, tanto no que se refere ao critério racial, quanto ao critério econômico. Nos Estados Unidos, num primeiro momento, o que funcionou também foram as cotas. Em seguida, as universidades foram sendo mais criativas. Hoje, o mundo presencia o exemplo do que pode ser uma política bem-sucedida de inclusão.

O Presidente americano eleito, Barack Obama, é um exemplo de como a Universidade de Harvard lutou para recuperar a imagem da instituição. Não sei se todos os senhores sabem que a Universidade de Harvard chegou, em determinado momento, a fechar o Departamento de Geografia, cuja linha de atuação trazia para a universidade uma posição francamente conservadora na questão racial.

Com a entrada de Obama na Universidade de Harvard, ele poderia ter se alinhado aos grupos que apenas se dedicavam à questão da movimentação racial, mas ele teve uma visão mais ampla e se tornou Presidente dos Estados Unidos.

Isso não é algo acidental. As políticas de discriminação reversa podem evoluir. O Ministro Paulo Renato, no meu entendimento, apresentou uma evolução ao projeto, ao incluir a questão social, que é mais ampla.

Quem teve oportunidade de ler o livro do próprio Barack Obama viu que ele fala de algo muito sintomático. Ele diz: *“As minhas filhas são filhas de uma advogada com BAR — American Bar Association” — é a OAB dos Estados Unidos — “e de um Senador da República. Nós, minha mulher e eu, nos sentiríamos muito constrangidos se os nossos filhos tomassem a vaga do filho de um carpinteiro*



americano". Poderia ter dito encanador, pois um encanador quase cria grandes problemas para ele na eleição.

Estamos começando bem. Este é um passo importante, tem o nosso apoio. Mas não devemos parar aí, porque o problema não é apenas acessar a universidade. O jovem tem de ter acesso à universidade, sim, mas ele precisa ter a possibilidade de se desenvolver.

Portanto, sou favorável ao projeto, entendendo que esse é um passo importante que conta com o apoio geral da sociedade e que é resultado das políticas que implementamos anteriormente, como o FUNDEF — e aqui está o Ministro Paulo Renato. Não fosse o FUNDEF, não haveria sequer alunos para acessar esse tipo de atividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Maurício Rands. (*Pausa.*)

O SR. CIRO GOMES - Sr. Presidente, para encaminhar, em nome do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Ainda não está na hora, Sr. Deputado.

O SR. CIRO GOMES - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Maurício Rands. (*Pausa.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a matéria.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há, primeiro, o seguinte destaque de preferência da bancada do PR e sobre o qual há acordo:

“Requeremos, nos termos regimentais, que o PL nº 73, de 1999, seja apreciado com preferência sobre o PL nº 3.913, de 2008, do Senado Federal”.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura.

Para orientar a bancada, tem a palavra, por um minuto, o Deputado Ciro Gomes.

O SR. CIRO GOMES (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, claro que o espírito do entendimento avança na direção de conciliar, o que é sempre uma virtude.

Entretanto, quero crer que ainda seja possível corrigir um erro derivado da nossa própria dificuldade em nos reconhecermos etnicamente, na medida em que raça não existe — isso está demonstrado —, mas etnias. Isso é mais um traço de identidade cultural do que propriamente uma questão sangüínea, cujo debate seria de todo estéril.

E eu me refiro, para citar um exemplo prático, basicamente ao sertão do Nordeste, onde, por uma geografia caprichosa e por absoluta miséria tradicional, não houve mão-de-obra escrava. Esta foi concentrada na monocultura da cana-de-açúcar, nas zonas litorâneas ou na Zona da Mata de Pernambuco, ou na cultura do café da Região Sudeste. O ciclo do gado colonizou o mais profundo rincão nordestino, onde está a sede da pobreza brasileira mais concentradamente, o que não quer dizer que não haja também expressões dessa pobreza e dessa desigualdade no Brasil inteiro. Anote-se a metade sul do Rio Grande do Sul, o oeste catarinense, o Vale do Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais, apenas para mencionar alguns espaços mesorregionais sobre os quais eu me aprofundei por dever institucional e por delegação do Presidente Lula.



Como há uma organização das etnias, há também a afirmação de um conceito, correto, que merece o nosso apoio. Os índios sofreram um genocídio ao longo de muito tempo, embora os portugueses tenham sido muito menos genocidas do que os espanhóis, que dizimaram as culturas maia e asteca, como sabemos. Essa é mais uma virtude da civilização portuguesa entre nós. Os negros, idem, conseguiram uma identidade. Mas os pardos não se reconhecem como tal. O nordestino, descrito por Euclides da Cunha como antes de tudo, um forte, é fundamentalmente uma etnia, como os mulatos.

E aqui há uma contradição que se expressa na própria enunciação do artigo, que dispõe: *“Serão distribuídas as vagas”* — e há mérito nisso — *“entre os indígenas e os negros que assim se declararem na proporção (...)”*. E aí vai para a referência ao IBGE, porque existem na população brasileira os índios, os pardos, os orientais etc.

Então, há um erro grave aqui, que faz com que seja necessário de duas, uma: ou corrigir, para que se funde, quem sabe?, como déspotas esclarecidos fazem, uma etnia parda em busca de uma organização, ou não é possível ao Bloco senão pedir um adiamento da votação.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu vou dar a palavra aos Srs. Parlamentares para as próximas orientações, até porque nós saberemos a dimensão de Plenário com referência ao substitutivo.

Para orientar, PSDB.

O SR. PAULO RENATO SOUZA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, estou muito à vontade para falar da questão racial ou social da educação, porque fui o responsável pela grande inclusão de pobres, nordestinos, negros e indígenas na escola brasileira.

Quando assumi o Ministério da Educação, tínhamos 25% de pobres fora da escola, no ensino fundamental, 20% de negros, 25% de nordestinos, crianças de 7 a 14 anos. Nós as incluímos na escola por meio do FUNDEF.

Agora se dá um passo à frente na questão do acesso à universidade pública. Eu continuo achando que, se tivéssemos um critério transparente, fácil, seria simplesmente o da renda, no qual contemplaríamos a questão racial.

Chegamos ao entendimento. O projeto que está sendo apreciado é melhor do que aquele que tínhamos, mas caberá ainda ao Ministério da Educação uma regulamentação para esclarecer exatamente como é que se vai dar este equilíbrio entre o critério racial e o critério de renda.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB apóia o projeto.

Muito obrigado.

O SR. COLBERT MARTINS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PMDB, para orientar.

O SR. COLBERT MARTINS (Bloco/PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB, Sr. Presidente, votará favoravelmente. Estive com o Reitor da



Universidade Federal da Bahia, que tem um trabalho muito importante sobre alunos oriundos do sistema de cotas. Na maioria dos vários cursos, um deles o de Comunicação, eles estão melhores, neste momento, do que alunos oriundos até de escolas particulares.

Entendemos que o nivelamento deva ocorrer exatamente no ensino médio. E o grande avanço que o Presidente Lula oferece neste momento é que nós possamos, aí sim, promover um nível de igualdade maior se o fizermos no âmbito do ensino médio.

Na minha cidade, por exemplo, Sr. Presidente, são 125 mil vagas de escolas públicas no fundamental e 26 mil no ensino médio. Nós não temos a universalidade no ensino fundamental e médio no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, acho importante e necessário dizer que as universidades dos Estados Unidos são pagas. Aqueles que lá conseguem estar no topo, neste momento, tiveram condições econômicas bem diversas da nossa. Mas a Europa e os Estados Unidos nivelaram exatamente pelo ensino médio. Espero que isso aconteça também conosco, agora, através do FUNDEB.

O PMDB encaminha favoravelmente à matéria. Achamos a discriminação positiva. Na Bahia, os resultados também são bons. E eu, com representante da Bahia, também, Sr. Presidente, associe-me àqueles que lá, por uma grande parcela de população de outras raças, possam ser incluídos.

E apoiamos também a proposta do Deputado Ciro Gomes: os pardos têm iguais direitos em termos de discriminação positiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Liderança do Governo.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, primeiro, eu quero prestar uma homenagem, que me parece importante, à Deputada Nice Lobão, que não pode estar aqui conosco hoje, e é autora do primeiro projeto que abriu esse debate em 1999.

Segundo, quero lembrar que essas coisas são positivas na democracia. Esse é um debate que há muitos anos o Brasil vem fazendo. Quero cumprimentar o Ministro Fernando Haddad, que se dedicou muito a trabalhar esse tema na sua gestão; o Ministro e hoje Deputado Paulo Renato, que contribuiu ao longo de todo o debate, mas especialmente nessas últimas horas para que chegássemos a este momento de votação.

Quero registrar uma frase, Sr. Presidente: esse projeto revoluciona o acesso ao ensino público superior no nosso País. A Câmara hoje marca uma mudança na história do acesso ao ensino público superior, e o que é mais positivo: com um projeto que, ao que tudo indica, será votado por unanimidade pelos Parlamentares. Ou seja, é um projeto do Estado brasileiro para qualificar o acesso à educação pública superior no Brasil.

Parabéns a todos nós.

O Governo vota "sim".



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Democratas, para orientar...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É que o Deputado Miro Teixeira solicita a palavra. E como houve orientação do Bloco, eu ia...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Como autor do requerimento de urgência, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Pela idade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há controvérsias. Enfim, vamos lá. O Deputado Miro Teixeira apenas lhe deu a vez, mas eu não levei em conta a última observação.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Aleluia ficaria até melhor com os cabelos inteiramente brancos, naturais.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Até para fazer uma discriminação positiva com quem tem cabelos brancos. Vai ser difícil, mas nós faremos. *(Risos.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, quando apresentamos aqui, estimulado por muitos companheiros, o primeiro requerimento de urgência para este projeto de cotas, enfrentamos aqui sérias resistências. Realizamos Comissão Geral e debates aqui e houve companheiros que até tiveram de se explicar.

Hoje a Câmara dos Deputados dá a demonstração exata do que é a organização do pensamento. Não é uma elaboração. Não é um negócio tirado do



laboratório, o que não teria demérito algum. Mas aqui é uma conformação; acabou com o tempo, porque o tempo às vezes é útil mesmo para isso. Com o tempo, nós acabamos organizando o consenso.

Tenho a impressão de que esta solução aqui é também pacificadora, pela maneira como acontece esta sessão e vai acontecer a votação.

Eu cumprimento todos os Deputados, especialmente, muito especialmente aqueles que eram contrários e reviram as suas posições, porque aí está a grandeza da atividade pública — e também na vida, de modo geral, mas na nossa atividade principalmente

V.Exa., Sr. Presidente, que vem conduzindo todo esse processo também está de parabéns, embora devesse cuidar mais da saúde dos Deputados, proibindo sessões até às 6h da manhã em algumas Comissões.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Para orientar, Democratas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei breve.

Quero apenas registrar que, há pouco, esse projeto aparecia aqui como projeto de autoria da primeira iniciativa. Aqui é como no DNPM, na mineração: tem direito à concessão quem primeiro pede. Até pouco tempo, a Deputada Nice Lobão, do meu partido, autora do Projeto nº 73, de 1999, aparecia como a autora desse projeto. Porém, regimentalmente, como o Senado aprovou um projeto, o dela passou a ser apensado, assim como outros. Portanto, aparece como projeto do Senado. Nós votamos com o projeto Nice Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está registrada a orientação da bancada dos Democratas.

A sessão está eloqüente, por si, porque houve um requerimento assinado pelo PR, que pediu preferência para o projeto da Deputada Nice Lobão, exatamente o que vai ser votado em seguida, como apelidou V.Exa.. Mas, na forma substantiva, também é o projeto Deputada Nice Lobão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É homenagem a uma companheira que, além de representar bem o Estado do Maranhão, teve essa preocupação; o Estado do Maranhão, como o da Bahia, é um Estado onde esse projeto fará muita diferença.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

O SR. BRUNO ARAÚJO - PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PSDB já orientou.

PTB.



O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos aqueles que participam da tentativa de melhorar o ensino no nosso País. Esse é o grande problema.

Se tivéssemos escolas de bom nível, particulares ou públicas, talvez hoje não estivéssemos aqui. Se tivéssemos também uma sociedade com melhores condições financeiras, hoje não estaríamos discutindo quotas, porque o PTB sempre foi contra a programação de quotas por raça, cor e todas as finalidades que apareceram no País.

Mas hoje quero cumprimentá-lo porque V.Exa. trouxe para o plenário um projeto que a sociedade discute em todos os cantos do País. Precisamos fazer com que a sociedade brasileira de fato freqüente escola, estude, procure cada vez se especializar mais. No mundo moderno é necessário aqueles que se preparam, independente da sua cor ou classe social, procurando cada vez mais estar aptos a freqüentar uma escola e formar-se dentro de uma profissão, para que o País possa crescer.

O PTB é favorável e cumprimenta V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Obrigado.

PP.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na manhã de hoje, a Câmara dos Deputados, através dos entendimentos que tem feito desde o início na tramitação deste projeto, sai fortalecida, até porque na aprovação desta matéria está-se oportunizando principalmente aqueles oriundos da escola pública. Normalmente, para quem chega



à universidade, o percentual é bem considerável em comparação aos alunos aprovados da escola privada e àqueles que fazem parte do ensino público.

Lembro-me, Sr. Presidente, da minha infância, da minha juventude, eu que sempre estudei em escola pública, de um ensino diferente do de hoje. Conseqüentemente, havia quase que um equilíbrio nas disputas para entrar nas universidades. Com o passar do tempo, a escola privada avançou no aprendizado, que ficou melhor.

Hoje a Câmara aprova, por unanimidade, projeto que aprimora o ensino público, o que me dá muita alegria.

Por isso, quero me congratular com todos os companheiros que trabalharam para que essa matéria fosse aprovada nesta manhã.

Conseqüentemente, o meu partido vota favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.

PT.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente ao projeto neste momento importante da história do Brasil e da luta contra o preconceito.

A aprovação dessa matéria pela Câmara dos Deputados demonstra a sensibilidade e o compromisso de diminuir as diferenças por meio da afirmação de políticas importantes para a superação e universalização das oportunidades.

O Partido dos Trabalhadores, ao votar favorável a esse projeto, compreende a importância de igualar as oportunidades e, acima de tudo, acredita que esse projeto irá valorizar muito a escola pública do Brasil, na medida em que serão garantidas 50% das vagas das universidades para os alunos oriundos da escola



pública, o que vem fortalecer a luta de todos nós que queremos uma escola pública para todos e de boa qualidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero lembrar a todos que temos 5 votações nessa matéria. Então, pergunto, encarecidamente, se alguém deseja orientar.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, uma vez que foi aceita emenda proposta pelo Deputado Ciro Gomes, o Bloco quer reiterar o que disse o Líder do Governo. Essa é uma revolução no acesso da juventude brasileira à escola pública e no conhecimento que produziremos nas nossas universidades.

Parabéns ao Congresso Nacional, que aprovará as cotas para os estudantes de escolas públicas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - PPS, "sim".

PR.

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota com o substitutivo. Queremos ressaltar o trabalho da Deputada Nice Lobão. Por esse motivo nosso partido dá preferência a isso.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, queremos comunicar novamente à Casa a votação e aprovação, na Comissão Especial, ontem, da reforma tributária, que se encerrou hoje, às 6h30min, um trabalho muito duro de toda a Liderança e de todos os partidos, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O PPS acabou de anunciar “sim”, o PR acabou de anunciar “sim”. Espero não ter que ficar repetindo aqui, porque fico olhando lá, e vou ser cobrado. O que faço aqui, Dr. Mozart, para que a coisa funcione?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação o substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a Emenda nº 1 de Plenário, com parecer pela rejeição.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a emenda substitutiva oferecida pelo Relator à Emenda nº 2 de Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

Prejudicada a Emenda de Plenário nº 2.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação as 2 subemendas de redação adotadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADAS.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em votação a emenda de redação oferecida pelo Relator, Deputado Luiz Couto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria retorna ao Senado Federal. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Quero lembrar a todos que, desde 1960, neste dia se comemora o Dia da Consciência Negra, o que contribuiu para que eu vislumbrasse a possibilidade de colocar no dia de hoje esta matéria, porque ela tem todo o conteúdo da justiça social, o que já foi aqui observado, e tem todo o conteúdo de etnia, que também foi observado. E creio, como já foi aqui observado pelo Deputado Miro Teixeira, que a grandeza está exatamente naqueles que, tendo opiniões divergentes, cederam e produziram um texto, que, como sempre, é o possível, mas que seguramente resultou num grande avanço.

Então, numa quinta-feira, votarmos uma matéria desta — e muitos dos que trabalharam por este tema talvez sejam surpreendidos pelo noticiário —, eu quero dizer que a Câmara dos Deputados está de parabéns. Quero agradecer a todos aqueles que, desde sempre e nas últimas horas também, como já foi observado, deram decisiva contribuição para que aprovássemos esta matéria.

Eu me encontro entre aqueles que comemoram esta votação no dia de hoje.

Bem, temos mais matérias. Eu quero primeiro indagar o seguinte: ao Projeto 5.979, apelidado de “inspeção veicular”, apresentou-se requerimento de...

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Adiamento da discussão, presumo.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Tem de adiamento da discussão e de retirada de pauta.

Indago o seguinte: se for adiamento de discussão, poderá ser lido o parecer; se for de retirada de pauta e aprovado, não poderá ser sequer lido o parecer.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Há requerimento de retirada de pauta?



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Há requerimento de retirada de pauta.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Então, eu opto pelo requerimento de retirada de pauta, porque este projeto...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Este aqui o Dr. Mozart me passou de volta, mas eu acho que ele retirou.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Retirou por cautela, porque já não havia prazo para retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu me lembro: ele retirou e disse que, se fosse o caso, reapresentaria. Ele não reapresentou. Este é um requerimento velho.

O que há aqui é o de adiamento de discussão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu gostaria de continuar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O Deputado Miro Teixeira é o autor do requerimento.

Quando eu pautei, orientei-me por uma reunião de Líderes em que parecia que haveria consenso. Não há.

Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero lhe pedir que não se dê qualquer passo em relação a este projeto antes de colocá-lo no Portal da Câmara dos Deputados. Mas colocá-lo com uma chamada, para o povo saber o que tem aqui dentro; para que aqueles jornalistas informem à opinião pública o que há aqui dentro deste projeto.



Agora está surgindo um substitutivo. É grave, é sério, é de alta repercussão na vida de cada cidadão, e as coisas não estão propriamente com a visibilidade que deveriam estar, seguindo até os padrões da Câmara dos Deputados, sob a Presidência de V.Exa.

Eu fiz um requerimento — um ato formal —, mas acho que tem de ser uma decisão política. E, se possível, fazer Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Eu decido já, se me permitirem.

Como veio da reunião de Líderes de ontem, e é nítido que não há consenso para fazermos a discussão hoje, então, se não houver discordância do Plenário, eu retiro neste momento. E vamos para o próximo item, se houver.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sobre este item, Sr. Presidente, é o seguinte: nesta fase do procedimento legislativo, ainda cabe Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Vou ver e responderei depois.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Emanuel Fernandes e depois Deputado Sandro Mabel.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que as observações do Deputado Miro Teixeira são pertinentes.

Eu comentei com V.Exa. que eu acho que, quando existem medidas que mexem com a população brasileira, nós temos de tomar mais cuidado para construir consensos com a sociedade.

Eu, ato contínuo, agora vou colocar no meu *site*, para saber a opinião dos meus eleitores, das pessoas que eventualmente lêem.

Além de colocar na mídia, no Portal aqui, eu acho importante que se faça com que a Câmara dos Deputados tenha ressonância na sociedade. Nós temos de construir aqui as leis depois dos consensos, e não o contrário: fazemos uma lei e tentamos estabelecê-la goela abaixo.

Então, é de bom alvitre retirarmos. E eu acho que esta lei é muito boa, mas precisamos debatê-la com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Está bem. Isso está resolvido.

Com referência ao dia de hoje, o debate vai continuar.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não conheço este projeto para dar a mesma opinião que o Deputado Miro Teixeira deu. Então, eu não quero dar opinião quanto ao mérito. Quero dar opinião sobre o projeto sobre inspeção veicular.

É uma coisa necessária, deve ser feita. Eu acho que deveríamos enfrentar esta discussão para que pudéssemos discutir o projeto, colocar no *site* da Câmara dos Deputados, tirar as opiniões. Mas isso, Sr. Presidente, tem algumas melhorias para a sociedade. Primeiro, porque os carros — e eu conheço porque na minha terra tem isso —melhoram a condição, e a economia no que se paga se transforma em benefício. Segundo, porque a segurança para todos que circulam é muito maior, porque os carros inseguros são retirados de circulação.

Então, sem falar do mérito do projeto, que eu não conheço, quero dizer a V.Exa. que a inspeção veicular é uma coisa necessária no Brasil. Nós precisamos fazer. É bom para o dono do carro, inclusive.

E eu quero deixar uma sugestão: que enfrentemos, na hora que acharem importante, este projeto; discutir o projeto, colocar no *site* da Câmara. Mas eu acho que é importante votar um projeto como este, sem compromisso com o mérito. É importante que seja votado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deixem-me fazer um apelo ao Plenário.

Nós temos mais 13 minutos de sessão. E nós temos um projeto que trata exatamente da questão ambiental, como chamou a atenção o Deputado Sandro Mabel — porque tem a ver também, a inspeção veicular, com a questão ambiental.

Indago se esse requerimento da Liderança do Democratas está mantido, no que tange à retirada de pauta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fui procurado pelo Deputado Nelson Marquezelli...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse é o quarto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É aquele que trata de obrigar que as informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Não, esse é o terceiro. O terceiro vai ser retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - É o item 3.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Está mantido o nosso requerimento.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - O terceiro mantém: retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

Então, dado o *quorum*...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Agora é o quarto.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Qual é o quarto? O quarto também tem requerimento.



O SR. NELSON MARQUEZELLI - Mas S.Exa. vai retirar o requerimento no quarto. No quarto, S.Exa. retira; aceita as 2 emendas; e volta para a Comissão.

Essa foi a orientação da Mesa para nós.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Indago ao Líder Aleluia...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, desde que fique evidente que, sendo emendado, volta para o plenário — eu não quero é votar —, então, pode-se aceitar a emenda. E, em seguida...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Esse foi o acordo. S.Exa. retira, aceita a emenda; e volta às Comissões.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas pode ser emendado sem retirar.

Emenda e volta...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - ...volta ao plenário na próxima.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Ou seja, mantenho o requerimento, com a emenda.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Foi a orientação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Acho que é o contrário, se eu entendi bem: V.Exa. retira o requerimento, desde que a emenda seja acatada e, por consequência, volte à Comissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não. Nós queremos votar este projeto hoje.

A emenda não vai ser acatada. Ela foi apresentada. Ela pode ser apresentada com o meu requerimento ou sem o meu requerimento.

Então, mantenho o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Então, hoje não vai ser possível.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - O projeto era este: a orientação da Mesa e da Assessoria, de que, para aceitar as 2 emendas, para voltar...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu indago o seguinte: só se aceita a emenda se eu retirar? *(Pausa.)*

Então, eu retiro o meu requerimento,...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Só para aceitar as emendas. E volta para as Comissões.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - ...aceita-se a emenda, e vai para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Um momentinho! Um momentinho!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Retiro o requerimento.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Essa foi a orientação: aceita as emendas e volta para as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Um momento, Deputado Marquezelli.

Veja, nós devemos encontrar a saída regimental. Para poder acatar a emenda, tem de abrir a discussão. Para poder abrir a discussão, tem de retirar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Então, eu retiro o requerimento. Pode abrir a discussão. Nós não queremos é votar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Isso. Não será votado hoje, fica resolvido, já...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nem encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - ...nem encerrada a discussão. Pronto.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Projeto de Lei nº 4.385, de 1994, do Senado Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.385-A, de 1994, que dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A
DISCUSSÃO.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Emendado, o projeto volta às Comissões.



O SR. FERNANDO FERRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Deputado Fernando Ferro, eu vou encerrar.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar — eu não tive tempo antes —, quero fazer o registro do papel desempenhado pelo Deputado Carlos Abicalil na discussão do estabelecimento de políticas de cotas, para acesso às universidades públicas do País.

Portanto, quero fazer este registro do trabalho desempenhado pelo Deputado, em nome da bancada, que reconhece a sua ação, que colaborou na negociação e no sucesso desta votação que engrandece esta Casa. Essa é a manifestação da bancada dos Partidos dos Trabalhadores.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Regimentalmente, eu tenho de encerrar a sessão, mas percebo que o Líder Maurício Rands vai usar a palavra de forma breve.

O SR. MAURÍCIO Rands (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é a saudação da bancada do PT ao Dia da Consciência Negra e a homenagem à Câmara dos Deputados, que faz justiça à escola pública e ao combate à discriminação, com ação afirmativa na Semana da Consciência Negra e do Combate à Discriminação Racial.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Pois não.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que hoje, quinta-feira, dia 20, às 14h, haverá sessão conjunta, no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projeto de lei do Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 21 de novembro, às 9h, sessão ordinária da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 286.2.53.O
Data: 20/11/2008

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 52 minutos.)